

# PRIVATIZAÇÕES

## A cavalgada do Governo para desfigurar Portugal

- Editorial - Pág. 2
- Nota da Comissão Política - Pág. 3



# SOLIDARIEDADE

Movimento de apoio ao povo de Timor alarga-se em Portugal e no mundo

Págs. 4 e 5 FOTOGRAFIAS

# Universidades à beira da ruptura

Governo não paga as bolsas de estudo e responde aos protestos com a polícia

Págs. 16 e 17



# Que futuro para o Eden?

Págs. 22 e 23

# Os estatutos e a democracia partidária

Págs. 20 e 21

# A administração interna no programa do Governo

Pág. 19

# A política do Governo para a Juventude

— artigo de Francisco Lopes

Pág. 18

## EDITORIAL

## Enquanto é tempo!



Cresce a onda de solidariedade com Timor

## RESUMO

20  
Quarta-feira

Uma manifestação de estudantes bolsieiros da Universidade do Porto, convocada para protestar contra o atraso do pagamento da bolsas de estudo e a má qualidade das cantinas, é interrompida por uma carga policial de que resultam cinco feridos e quatro detenções ■ A Cruz Vermelha Portuguesa anuncia a sua intenção de tentar instalar um hospital de campanha em Timor ■ O Presidente da República critica a televisão por não fomentar o debate, evitando, desta forma, a criação de uma opinião pública em Portugal ■ O representante da Fretilin em Nova Iorque renova o apelo para a convocação do Conselho de Segurança da ONU ■ George Bush anuncia que tenciona avançar com quaisquer planos de «reanimação económica» antes de 1992 ■ A Síria afirma opor-se a qualquer acção militar contra a Líbia.

21  
Quinta-feira

A Assembleia da República reconstitui a Comissão de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, cujo principal objectivo é reforçar as acções de sensibilização do Estado português junto das instâncias internacionais ■ Conselho de Ministros conclui privatização do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa ■ Em reunião camarária, o Executivo do Município de Lisboa compromete-se a salvar culturalmente o velho cinema Eden ■ O New York Times critica a ONU no caso de Timor, lamentando em editorial que este organismo tenha «esquecido a sua própria anterior condenação da anexação territorial por parte da Indonésia» ■ Na sequência de protestos em que morreram três pessoas, governo venezuelano encerra estabelecimentos de ensino ■ Após a queda de Vukovar, Exército federal jugoslavo inicia concentração das suas forças para lançar ofensiva contra Osijek.

22  
Sexta-feira

Após um prolongado silêncio, o Vaticano divulga nota onde refere que os recentes acontecimentos em Timor «tocaram profundamente a Santa Sé» ■ Milhares de pessoas participam numa manifestação em Lisboa de solidariedade com o povo de Timor-Leste ■ Pronunciando-se sobre a carga policial contra estudantes no Porto, o Provedor de Justiça, Mário Raposo, considera-a «desproporcionada» e coloca reservas quanto à legalidade das detenções efectuadas ■ Butros Ghali, chefe da diplomacia egípcia, é escolhido pelo Conselho das Nações Unidas, entre 13 candidatos, para futuro secretário-geral da organização, devendo a eleição ser confirmada pela Assembleia Geral da ONU em Dezembro ■ Croácia aceita plano de evacuação das casernas do Exército federal ■ Comunistas alemães ameaçam lançar campanha de «resistência civil e política» em protesto contra o propósito governamental de despossar o seu partido da maior parte dos seus bens.

23  
Sábado

Produtores de tomate do Ribatejo reclamam, em Alpiarça, da Unital, empresa transformadora, o pagamento de 300 mil contos, bem como o recebimento do subsídio atribuído pela CEE ■ A Comissão Política do CDS critica o pedido de demissão de Lucas Pires, considerando que a decisão por ele tomada desvaloriza injustamente o papel que o partido teve na sua eleição para o Parlamento Europeu ■ Hun Sen e o filho de Sihanouk, príncipe

Ranarradih, formam governo de coligação no Camboja ■ A OLP afirma aceitar diálogo de paz em Washington, desde que os EUA satisfaçam algumas exigências ■ Butros Ghali, nas suas primeiras declarações públicas, afirma que paz é missão mundial ■ Mediador da ONU anuncia novo cessar-fogo na Jugoslávia.

24  
Domingo

A Confederação Nacional da Agricultura, em reunião do seu Conselho Nacional, considera que a proposta MacSharry de reforma da Política Agrícola Comum (PAC) «está a ser feita debaixo das imposições dos EUA nas negociações do GATT» ■ O representante da Fretilin na Austrália confirma o fuzilamento em Dili, no dia 18, de um bebé de um ano, uma criança de quatro e cinco jovens timorenses; as vítimas tinham testemunhado o fuzilamento de 80 pessoas no Alto de Camorro, após os massacres do dia 12 ■ Uma sondagem indica que a popularidade do presidente francês François Mitterrand desceu cinco pontos num mês ■ Eleições gerais na Bélgica revelam subidas significativas da extrema-direita e dos ecologistas ■ O Exército jugoslavo continua a avançar em direcção à cidade de Osijek.

25  
Segunda-feira

Comissão Nacional Justiça e Paz propõe comunhão com povo de Timor a realizar dia 15 de Dezembro em todas as igrejas do país; a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, por sua vez, pede em Estrasburgo o envio de uma missão a Timor-Leste ■ Parlamento polaco recusa a Walesa apoio para manutenção do chefe do governo, Jan Bielecki ■ Exército federal jugoslavo exige aos croatas a rendição de Osijek ■ A Coreia do Norte desmente ter autorizado qualquer inspecção às suas centrais nucleares ■ Milhares de pessoas manifestam-se em Bagdad reclamando o fim do embargo da ONU.

26  
Terça-feira

Na Assembleia da República o debate do Orçamento rectificativo para 1991 prossegue e o Governo pede um acréscimo de despesas de 50 milhões de contos para tapar buracos de forma a permitir o pagamento dos salários aos funcionários públicos ■ A Indonésia ameaça retirar da Austrália o seu embaixador por alegada falta de segurança dada à sua representação diplomática, na sequência dos protestos contra os massacres de Timor realizados na capital australiana. Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros do Conselho da Europa pedem a realização de um inquérito internacional sobre os acontecimentos de Timor ■ O presidente da República, Mário Soares, defende numa conferência de economistas a entrada imediata de Portugal no Sistema Monetário Europeu, o que diverge de opiniões tornadas públicas pelo primeiro-ministro, Cavaco Silva, que defende essa entrada depois de a inflação no nosso país descer abaixo dos dez por cento ■ O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas apresenta no Parlamento Europeu uma queixa contra o Banco Comercial Português por discriminação das mulheres ■ A Polónia converte-se no 26º membro de pleno direito do Conselho da Europa ■ O presidente italiano, Francesco Cossiga, pede ao procurador da República que apure se deverá ser acusado de «conspiração política» por ter aprovado a formação da rede Gládio, uma rede militar clandestina que com ajuda da CIA actuava em vários países, como Itália ou Portugal.

A

fúria privatizadora do PSD parece ter entrado numa fase de verdadeiro delírio. Cavaco Silva, logo a seguir às eleições, depois de ver confirmada a maioria absoluta, anunciou alegremente a uma revista americana, «Time», que ia privatizar não só «praticamente tudo» que tinha sido nacionalizado, como até muita coisa que nunca tinha estado no sector privado e citou: «os caminhos-de-ferro, as telecomunicações e até a nova ponte que vai ser construída em Lisboa».

O Programa do Governo, confirmando os propósitos do chefe, aponta como orientação o «aprofundamento do processo de reprivatizações».

Passando à prática, o Conselho de Ministros, no passado dia 21, deliberou proceder à privatização total do BESCL (Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa), isto é, resolveu queimar etapas, pois estava estabelecido que a venda do banco se faria em três fases distintas. O governo decidiu na mesma altura iniciar a entrega da Rodoviária Nacional ao capital privado. Está previsto para muito breve a privatização da Petrogal, já se anuncia a venda das linhas do Estoril e do Algarve e o ministro das Obras Públicas apregoa a procura de fregueses privados a quem entregue a exploração dos aeroportos e portos.

Para se avaliar a aceleração do ritmo que o Governo procura imprimir ao leilão do património nacional que constituem as empresas públicas, basta dizer que se prevê, em termos de Orçamento de Estado, para 1992, um encaixe de 600 milhões de contos (segundo notícias veiculadas pela comunicação social), quando, em 1991, se previam 250 milhões e se realizaram de facto 160 milhões.

O

processo e os novos ritmos das privatizações têm assim abertamente em vista a destruição total do Sector Empresarial do Estado, não deixando pedra sobre pedra dessa profunda reforma das estruturas socioeconómicas constituídas pelas nacionalizações efectuadas pela revolução de Abril.

Este projecto governamental, servido agora por um novo ministro - Braga de Macedo - que está para o sector público como Mafoma para o toucinho, tem como objectivo explícito produzir, através da inter-

venção coerciva do Estado, a concentração da riqueza num punhado de potentados económicos e impulsionar a restauração dos grupos capitalistas monopolistas.

Trata-se de um budo colossal, realizado no meio de escândalos e do fétido odor a corrupção, que o Estado proporciona ao grande capital com a agravante de muitas das melhores posições caírem sob o controlo de multinacionais e de grupos capitalistas estrangeiros.

A

profunda desfiguração do regime democrático, que o Governo de Cavaco Silva tem estado a operar desde há quatro anos, sofreu assim, com a confirmação da maioria absoluta, um novo agravamento em todas as áreas estrategicamente mais importantes.

Não é apenas o agravamento verificado com as novas ofensivas contra a democracia política, através do plano de revisão da legislação eleitoral, incluindo a revisão antecipada da Constituição, e contra os direitos dos trabalhadores, através designadamente da execução do «pacote laboral» e do propósito de revisão da lei da greve, é também (senão sobretudo) o agravamento do processo de privatizações agora subordinado a uma concepção que conduz à prática a supressão do Sector Empresarial do Estado.

É fora de dúvida que esta concepção privatizadora do Governo não cabe na Constituição que nos rege. Não parece concebível que, se a Constituição garante a existência de três sectores de propriedade dos meios de produção (público, privado, cooperativo e social), o governo possa agir para suprimir um deles - o público - aquele que mais depende do seu zelo.

A opinião democrática (toda a opinião democrática incluindo o PS que tem graves responsabilidades no processo) não pode desconhecer que é essa supressão, no essencial, «praticamente tudo» que é abertamente preconizada pelo Primeiro-Ministro e outros membros do governo.

O

Governo e a imprensa que lhe é afectamente ao país quando pretendem fazer crer que as empresas públicas são uma sobrevivência arcaica da revolução portuguesa e que estão em desaparecimento por toda a parte. A verdade é que vários países europeus, incluindo da CEE, como a Itália, a França, a Inglaterra, e fora desta, como a Áustria e a Sué-

cia, têm poderosos sectores públicos e não só não há qualquer tendência para o seu desaparecimento, como a tendência é para a sua consolidação ou até para o aumento do seu peso relativo na economia europeia.

Há muito que caiu por terra o cínico argumento governamental de que as privatizações tinham em vista salvar algumas empresas do SEE arruinadas pela gestão pública. Ora a prática demonstrou que as privatizações incidem sobretudo sobre as empresas mais florescentes, que a gestão pública verdadeiramente salvou. É falso que as privatizações e o alegado objectivo da constituição de grupos económicos portugueses estejam a contribuir para fortalecer a capacidade competitiva da nossa economia face às demais economias comunitárias. A experiência mostra que a política das privatizações tem sido o caminho aberto ao capital estrangeiro para que se aposses de posições-chave da economia portuguesa.

Desfigurador do regime e contrário a Constituição, ruinoso no plano económico e financeiro, factor de agravamento das desigualdades e injustiças na nossa sociedade, o processo de privatizações em curso confirma-se como gravemente lesivo do interesse e independência nacionais.

O

PCP tem salientado que nas «condições objectivas da economia portuguesa, o Sector Empresarial do Estado é uma condição necessária no contexto de uma acrescida interdependência económica, para garantir a soberania nacional em centros fulcrais de decisões económicas, para resistir com êxito ao Mercado Único e a uma divisão internacional do trabalho desfavorável».

A manutenção de um forte e dinâmico SEE (sem pôr em causa o importante papel que compete ao sector privado) é indispensável para uma estratégia de modernização e de desenvolvimento da economia portuguesa com a alteração do perfil da nossa especialização produtiva que nos habilite a competir no quadro comunitário com a salvaguarda dos interesses nacionais.

Defendendo a imprescindibilidade do SEE, o PCP não defende a intocabilidade e a imutabilidade de cada uma das empresas que o integram, advoga sim uma reestruturação que o ajuste melhor aos objectivos económicos e nacionais onde desempenha um papel insubstituível. Para isso, é necessário combater o delírio privatizador do Governo do PSD. Enquanto é tempo!

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOSI

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guiões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e impresso na Heka Portuguesa

R. Elias Garcia, 27

Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.450\$00

Nome

Morada

Código Postal

Telef.

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

# Nota da Comissão Política

A Comissão Política do PCP, na sua reunião de 25 de Novembro, considerou os desenvolvimentos mais recentes da situação política e social e analisou o andamento da actividade partidária nas últimas semanas.

Das conclusões aprovadas destacam-se as seguintes:

**1.** A Comissão Política tomou conhecimento da Proposta de Alteração ao Orçamento do Estado para 1991, e entende assinalar desde já os seguintes aspectos:

- o essencial do aumento das despesas agora proposto pelo Governo, para os ministérios da Educação e da Saúde, resulta de necessidades há já um ano detectadas pelo PCP aquando da discussão do Orçamento do Estado, tendo o Governo negado a insuficiência das dotações e «garantido» que não seriam necessários quaisquer reforços de verbas; face à dimensão do reforço agora proposto para estes dois ministérios, de 70 milhões de contos, não podem restar dúvidas que, então, o Governo mentiu à Assembleia da República e aos portugueses;

- a apresentação, agora, de uma previsão de receita do IRS superior em 30 milhões de contos ao orçamentado, mostra por sua vez a falácia da reiterada afirmação do Governo de que os cidadãos iriam pagar menos impostos em 1991, sendo ainda certo que também noutros impostos, como o IVA e o imposto sobre os combustíveis, as receitas arrecadadas ultrapassam os valores orçamentados;

- do ponto de vista económico, e contrariamente ao que o Governo pretende fazer crer, a alteração orçamental implica um agravamento do défice orçamental da ordem dos 66 milhões de contos.

Por último, a Comissão Política do PCP chama a atenção para o facto de o Governo aproveitar a alteração orçamental para, através do chamado «contrabando legislativo», solicitar uma autorização legislativa à A.R. para modificar legislação aplicável aos trabalhadores da Função Pública integrados nos chamados quadros de «excedentes» e de «efectivos interdepartamentais», em vez de, como é seu dever, apresentar uma proposta de lei substantiva que possa ser discutida pela Assembleia da República com pleno conhecimento das modificações que o Governo pretende introduzir na legislação vigente.

**2.** A Comissão Política do PCP entende que o Governo, ao abrigo do estatuto da oposição, tem o dever de, com urgência, informar os partidos sobre a evolução das negociações e sobre as posições portuguesas em relação à UEM e à UP na cimeira de Maastricht, onde o risco de fuga ao controlo democrático por parte dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu tende a aumentar.

A Comissão Política do PCP considera inaceitável que a questão da coesão económica e social se traduza por uma mera passagem genérica no Tratado sem um compromisso financeiro claro e inequívoco da parte dos países membros.

**3.** A Comissão Política insiste na crítica à passividade do Governo e do ministro da Agricultura perante a delineada Reforma da PAC, altamente lesiva dos interesses dos agricultores e do País.

Em vez do esclarecimento e informação aos partidos da oposição e às organizações de agricultores, que fortalecesse o poder negocial e fosse suporte de uma firme posição de rejeição por parte do Estado português, assistimos a um tímido e inconsequente monólogo da parte do Ministério da Agricultura.

Não se conhecem estudos oficiais sobre o impacte global e sectorial da Reforma sobre a nossa agricultura. Não se sabe o que vai o Governo português propor relativamente ao conteúdo da Reforma proposta pela Comissão das Comunidades.

O Governo diz que se «vai bater pela introdução do conceito de flexibilidade» da Reforma. É pouco e é

ambíguo, se não for conjugado, com o conceito de «segurança alimentar», fundamental para um país com um elevado e crescente défice agro-alimentar. É frágil uma posição que fica à espera dos resultados dos Conselhos de Agricultura realizados durante a presidência holandesa para então passar à «elaboração de teses mais concretas» sem avançar com a proposta de renegociação da 2ª etapa do período de adesão, para obter novos prazos e derrogações das disciplinas comunitárias para a inserção da nossa agricultura na PAC.

A Comissão Política do PCP reclama do Governo a informação necessária para um completo acompanhamento do processo de Reforma da PAC e a concretização de uma estratégia negocial conforme os interesses da agricultura e do País.

**4.** A Comissão Política considerou as informações vindas recentemente a público relativas à decisão do Governo de cortar cerca de 12 milhões de contos nos investimentos públicos nacionais com a investigação científica, facto que irá afectar profundamente a realização dos objectivos estabelecidos no programa CIÊNCIA.

Num país que se situa na cauda da Europa no que respeita aos principais indicadores da I&DE e a uma distância cada vez maior da média da CEE no que respeita ao financiamento público por mil habitantes, o corte de financiamento decidido pelo Governo não pode deixar de ser avaliado de uma forma muito crítica.

Acresce ainda o facto de o Governo pretender justificar esse corte com atrasos na execução do programa CIÊNCIA, que estariam a pôr em risco o montante dos financiamentos comunitários previstos, ocultando que os atrasos que se verificam são em absoluto imputáveis à acção do próprio Governo e de departamentos que estão colocados sob directa responsabilidade da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

O PCP, ao mesmo tempo que manifesta a sua discordância com o incumprimento de objectivos estabelecidos no domínio do fomento da investigação científica e tecnológica, torna público que irá propor na A.R. e através do seu Grupo Parlamentar a realização em plenário de um debate sobre o programa CIÊNCIA, focando em particular as questões relativas à sua execução, e em que sejam também equacionados os problemas mais gerais de financiamento da I&DE em Portugal.

**5.** A Comissão Política lamenta que o PSD tenha impedido o debate na Assembleia da República do Relatório Intercalar do Provedor de Justiça relativamente à actividade desenvolvida entre 1 de Janeiro e 30 de Setembro.

O número de processos abertos neste período na Provedoria de Justiça (3200) e a natureza das questões tratadas mostram um recurso crescente a esta instituição e uma profunda diferença entre a proclamação constitucional dos direitos dos cidadãos e a capacidade e possibilidade real do seu exercício, em particular dos direitos dos trabalhadores.

Esta situação, bem como a «caudalosa fonte de incompreensões e dificuldades» que levam a estar colocada a perspectiva de demissão do actual Provedor de Justiça, mostra que é necessário um sério empenhamento dos democratas portugueses no sentido de diminuir e acabar por eliminar as sérias limitações ao exercício de muitos direitos que existe em Portugal.

**6.** A Comissão Política denuncia o prosseguimento da política de centralização e concentração de capital, de leilão do Sector Empresarial do Estado, bem evidenciado nas decisões do Conselho de Ministros de reinício do processo de privatizações, com a alienação dos 60% do BESCL ainda nas mãos do Estado e de quatro empresas resultantes da cisão da

Rodoviária Nacional. Refira-se que, relativamente à RN, o Governo enquanto vende as empresas rentáveis - Rodoviária do Algarve, Rodoviária D'Entre-Douro e Minho, Rodocargo e Transporta - se prepara para viabilizar as outras, antes de as privatizar, restringindo serviços públicos em diversas regiões do interior, como decorre de forma clara da recente entrevista do presidente da Rodoviária da Beira Interior que fala da «eliminação de serviços nas zonas rurais».

Esta política prossegue a venda recente de importantes sectores da Quimigal, a Unisol, à multinacional Colgate-Palmolive e a Lusol ao seu antigo dono, M. Melo, anuncia a privatização das linhas ferroviárias do Algarve e Estoril, a cisão do IPE, inviabilizando-o como importante instrumento na reconversão do tecido industrial português, colabora no estranho negócio da privatização da Central do Pêgo e prepara a entrega da Siderurgia Nacional a grupos estrangeiros. Esta política, que conta com o silenciamento do PS, é incompatível com os interesses nacionais e afronta gravemente a Constituição da República Portuguesa.

A Comissão Política saúda a iniciativa dos trabalhadores do SEE que no passado dia 24 entregaram na Assembleia da República uma petição com cerca de 3000 assinaturas reclamando a intervenção daquele órgão de soberania na travagem do processo de privatizações e na realização de uma análise das já efectuadas.

**7.** A Comissão Política congratula-se com o facto de se ter alargado o movimento de solidariedade com o martirizado povo de Timor Leste e apela para que esse movimento tenha o seu prosseguimento através da multiplicação de acções concretas.

**8.** A Comissão Política apreciou o andamento do trabalho partidário nas principais linhas de intervenção definidas pelo Comité Central na sua reunião de Outubro.

O balanço das reuniões realizadas nas últimas semanas para debater a frente de trabalho das autarquias, em particular a Reunião Nacional que teve lugar no último fim-de-semana e a actividade dos comunistas na área sindical e das comissões de trabalhadores, em que participaram cerca de um milhar de quadros, o recomeço do trabalho nas restantes áreas e linhas de intervenção a nível nacional, bem como os numerosos plenários e reuniões amplas realizadas a nível das organizações regionais e locais, confirmam que a actividade do Partido está a decorrer a bom ritmo e com um assinalável empenho e participação de muitos militantes.

**9.** A Comissão Política do PCP não pode deixar de alertar em relação à campanha que está a ser conduzida contra o PCP, através de vários órgãos de comunicação social, com o recurso a grosseiras mentiras e a inqualificáveis processos de intoxicação e de manipulação da opinião pública.

A Comissão Política alerta, em particular, para notícias postas a circular relativamente a pretensas divisões no seio de organismos executivos do Comité Central do PCP, e que são de facto completamente falsas e destituídas de fundamento. E chama a atenção para que as recentes decisões em matéria disciplinar tomadas pela Comissão Central de Controlo e Quadros o foram com o conhecimento e a aprovação de todos os organismos executivos da direcção do Partido e que foram ratificadas pelo Comité Central.

26 de Novembro de 1991

A Comissão Política  
do Comité Central  
do Partido Comunista Português

## Protesto e solidariedade

Entre as diversas tomadas de posição que ao longo da última semana trouxeram Timor-Leste não apenas para o primeiro plano das preocupações a nível nacional e, pelo menos, para a ribalta da actualidade a nível internacional, destaca-se a solidariedade para com o povo maubere. Preço elevado pagou este povo para que, ao cabo de longos anos de sofrimento, vítima de um genocídio deliberado por parte do ocupante indonésio, veja enfim manifestar-se essa solidariedade e essa atenção. Mesmo quando, a nível diplomático e em instâncias internacionais, muitas posições se mostram contraditórias e procuram, algumas delas, lavar as mãos de antigas ou ainda actuais cumplicidades com o regime de Jacarta.

O momento alto dessa solidariedade, e de enérgico protesto contra a opressão indonésia, a Timor foi a manifestação de Lisboa, ao mesmo tempo que, por todo o país, variadas iniciativas convergiam no mesmo sentido. Na capital, muitos milhares de pessoas, com destacada participação de jovens, concentraram-se no Rossio, onde bandeiras da Fretilin foram desfraldadas e queimada uma bandeira da Indonésia. Com a participação de grande número de jovens timorenses, a manifestação escudou o testemunho do jornalista britânico Steve Cox, e vaiou o nome de George Bush, quando o jornalista o criticou afirmando que «não se pode falar de um mundo livre e justo» quando um massacre como o de 12 de Novembro pode acontecer.

Muitas personalidades da vida política nacional estiveram presentes, entre as quais o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, e outros dirigentes comunistas. No final foi observado um minuto de

silêncio, e a manifestação dirigiu-se então ao Terreiro do Paço, onde arderam velas em memória dos massacrados de Dili.

### Uma saudação da DORL

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, que havia apelado à participação na Concentração de Solidariedade, tornou pública uma saudação ao povo maubere, na qual afirma que «só com o fim da ocupação o povo maubere poderá viver em liberdade e exercer os seus direitos nacionais, incluindo o direito à independência».

Apelando ao povo de Lisboa para continuar a manifestar, pelos meios que entender adequados, a sua solidariedade ao povo maubere, a DORL do PCP afirma «estar pronta para conversar com todas as forças políticas, organizações sociais, cívicas e culturais sobre novas formas de manifestação de repúdio pelos crimes indonésios e de solidariedade à luta pelo fim da ocupação e pelo reconheci-

mento da independência de Timor-Leste».

O comunicado denuncia ainda «a hipocrisia dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais que colaboram com os fascistas no poder na Indonésia e proclamam aos quatro ventos defender uma nova ordem mundial baseada no primeiro direito internacional, neste caso grosseiramente espezinhado pela Indonésia».

Outras organizações políticas, através da sua presença na manifestação ou de comunicados emitidos, tomaram posição de solidariedade para com a luta dos timorenses em prol da independência.

Em Beja, por exemplo, onde decorrerá uma vigília de solidariedade ao princípio da noite da próxima sexta-feira, esta iniciativa foi convocada por várias organizações — Direcção da Organização Regional de Beja do PCP, Direcção Regional do PS, Núcleo Regional de Beja de «Os Verdes», União dos Sindicatos do

Distrito de Beja, entre outros. No comunicado distribuído, as organizações aderentes consideraram impor-se, por parte das autoridades governamentais, tomadas de decisão no sentido:

«Da sensibilização da Comunidade Internacional contra a ocupação e pela suspensão e cancelamento dos fornecimentos de armamento, acordos e outros apoios decisivos que algumas das principais potências prestam ao regime da Indonésia; da intervenção das Nações Unidas com vista à criação de condições para a convocação do Conselho de Segurança e à consequente tomada de resoluções e sanções que obriguem a Indonésia a pôr termo à ocupação e a iniciar um processo de negociações com a participação de todas as partes envolvidas, que assegure uma solução justa, pacífica e conforme ao Direito Internacional».

### As posições da Igreja

Apesar do envolvimento de muitos católicos na solidariedade com os direitos do povo maubere e no repúdio pelos massacres, e do cariz religioso de algumas manifestações dos resistentes timorenses, a Igreja Católica não se apresenta unida face à questão timorense.

Enquanto em Lisboa o Núncio se escudava num certo «apoliticismo» para não julgar os factos ocorridos, e no Vaticano o jornal oficial da Santa Sé nem sequer noticiava o massacre por «não ter recebido autorização» para tal, que a Secretaria de Estado lhe não havia ainda dado na sexta-feira passada, no mesmo dia o Vaticano reagiu oficialmente, em «atitude diplomática formal» ao massacre, «condenando a violência e pedindo às autoridades competentes que clarifiquem a verdade dos factos, condenem os abusos e punam os responsáveis».

Em Portugal, as reacções eclesásticas também não foram idênticas. O Arcebispo de Braga defendeu no domingo que Portugal deveria negociar com a Indonésia um «estatuto de relativa autonomia» se não obtiver um apoio internacional significativo, achando que esta solução, se não é ideal é «aceitável e menos gravosa». Este prelado procurou ilibar o Papa das acusações que um pouco por todo o lado lhe são feitas acerca do silêncio mantido pelo chefe da Igreja Católica. «De que têm valido as inequívocas tomadas de posição do Papa sobre as tragédias do Líbano, da Croácia, da Palestina e da internacionalização de Jerusalém?», perguntou, en-

quanto remetia as responsabilidades do que hoje acontece para «os políticos e militares de 1974-75» e para «os jornalistas que nada fizeram para esclarecer a opinião pública» e agora «vertem lágrimas de crocodilo».

Entretanto, o Conselho Presbiterial de Aveiro apelou, também na passada sexta-feira, para «as instâncias políticas nacionais e internacionais, para que enviem todos os esforços por uma justa e rápida solução» da questão de Timor, repudiando o «prolongado genocídio a que tem estado sujeito este povo» e o massacre e acções «violadoras dos direitos humanos desencadeados pela Indonésia».

O Bispo de Setúbal, por seu lado, continua a ser a voz mais firme, na Igreja portuguesa, a apelar à defesa dos direitos do povo de Timor. Em mensagem preparada para transmitir através da Rádio, o Bispo considera que será crime nada fazer para que Timor-Leste viva «com dignidade e honra». Aquele prelado faz uma crítica aos «interesses económicos e políticos» internacionais, que se sobrepõem à dignidade da pessoa e à dignidade e autonomia dos povos.

O Bispo de Setúbal afirma a necessidade de «mover os grandes deste mundo», batendo às portas do Governo, das Nações Unidas, da CEE, dos Estados Unidos e até à Igreja Católica.

### Estados Unidos

Espicada pela opinião pública e, sobretudo, por alguns jornais influentes, a administração dos Estados Unidos começou enfim a tentar uma mudança de rumo. Ainda reticente.

No seguimento da apresentação das imagens do massacre de Dili e do editorial do «Washington Post», o Departamento de Estado, através da sua porta-voz Margaret Tutwiler, afirmou que os EUA «condenam energicamente a morte dos civis desarmados pelas tropas da Indonésia», enquanto outro porta-voz achava que «a reportagem da CBS parece confirmar a natureza trágica dos acontecimentos e as conclusões a que chegara a nossa equipa de Jacarta que se deslocou a Timor-Leste». No entanto, o mesmo porta-voz acrescentaria que os EUA se congratulavam com o facto de a Comissão de Inquérito à Indonésia ter iniciado os seus trabalhos, o que mostra que os EUA não pensam abandonar o seu parceiro Suharto nesta situação difícil.

Os Estados Unidos procuram entretanto passar as culpas e limpar-se de uma cumplicidade que já os

mancha aos olhos da opinião pública internacional. A Embaixada dos EUA em Portugal negou peremptoriamente que o embaixador tenha afirmado a uma delegação timorense que Portugal nunca fizera chegar à administração americana informações sobre Timor. É no entanto esse o testemunho de um grupo de cinco timorenses que na semana passada se reuniu durante meia hora com o embaixador Briggs, a quem entregou uma carta dirigida a George Bush.

O Presidente americano foi na mesma altura confrontado com uma Resolução do Senado norte-americano, aprovada por unanimidade, que condena o massacre e lhe pede para reavaliar a ajuda militar à Indonésia.

Os ocupantes de Timor começam já a dar alguns sinais de inquietação face ao avolumar das posições condenatórias no mundo. O que não quer dizer — pelo contrário — que se mostrem dispostos sequer a abrandar a repressão. Notícias vão chegando de mais prisões e assassinios de timorenses, tanto em Timor-Leste como em Jacarta. Seis estudantes foram entretanto presos em Bali e mais nove foram feitos prisioneiros na capital no passado fim-de-semana, enquanto novos assassinatos, de testemunhas do massacre de Dili foram levados a cabo pelas tropas indonésias, segundo refere a Lusa, citando uma agência japonesa.

As forças armadas indonésias foram reforçadas em Timor a seguir ao massacre, refere ainda a Lusa, citando um jornal de Jacarta, e atinge hoje um total de 8400 homens. O mesmo jornal, «Jacarta Post», publica afirmações do brigadeiro Warouw, comandante das forças indonésias em Timor, que disse ter dado ordens às suas tropas de atirarem a matar contra «bandidos mascarados» timorenses.

Mas os indícios de inquietação revelam-se quando o jornal das Forças Armadas Indonésias acusa Portugal de ter fomentado os acontecimentos que levaram ao massacre de Dili, afirmando que Portugal o fez a fim de «desacreditar» a Indonésia...

Entretanto, o Ministro da Defesa indonésio já veio a público «lamentar» que alguns países estrangeiros se mostrem dispostos a suspender o auxílio à Indonésia por causa do «incidente» de Timor. Efectivamente, a Holanda já decidiu essa suspensão, seguindo-se-lhe o Canadá, enquanto aumentam as pressões sobre outros países cujos interesses na Indonésia são conhecidos.

## Parlamento Europeu aprova resolução

O Parlamento Europeu aprovou, na sua última sessão da passada semana, uma proposta de resolução comum sobre os recentes acontecimentos de Timor. Esta proposta resultou do encontro de várias outras anteriormente elaboradas por vários grupos políticos do PE, e foi apresentada em nome dos grupos Socialista, Popular Europeu, Liberal, Democrático e Reformista, Democratas Europeus, Verdes, Arco-Íris, Esquerda Unitária Europeia, Coligação de Esquerda. Esta última, em que se integram os deputados do PCP, havia apresentado a sua proposta em 15 de Novembro, condenando «vivamente a repressão desencadeada pelo exército ocupante da Indonésia», exprimindo o «seu horror pelas mortes e ferimentos e manifestando a sua solidariedade com as vítimas» e o seu apoio «ao direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste». Pedia ainda «ao Conselho e à Comissão que condicionem as relações da CEE com a Indonésia ao respeito pelos direitos do homem, nomeadamente em Timor-Leste», e manifestava a sua solidariedade com Portugal a quem, de acordo com o direito internacional, «compete defender o exercício à autodeterminação e independência» do povo de Timor-Leste.

A Resolução agora aprovada, que recorda anteriores resoluções sobre Timor,

«Condema o assassinio brutal das mais recentes vítimas da ocupação ilegal de Timor-Leste pela Indonésia e denuncia e condena os gravíssimos atentados contra os

mais elementares direitos humanos;

«Exorta o Governo da Indonésia a garantir que irá pôr termo imediatamente aos actos de violência perpetrados pelas forças militares e de segurança, levando a tribunal os responsáveis pelo massacre;

«Apela à libertação das pessoas detidas por exercerem actividades políticas isentas de violência ou pelas suas crenças ou ideais e solicita que lhe sejam dadas garantias de que os detidos serão tratados humanamente e poderão ser visitados por advogados, médicos e familiares;

«Apela aos ministros reunidos no âmbito da CPE para que abordem esta questão com a maior veemência possível juntamente com o Governo indonésio, e pede à CE e à ONU que declarem um embargo à venda de armas à Indonésia;

«Apela ao Conselho Europeu no sentido de que este tome, o mais rapidamente possível, uma posição clara sobre a situação e que reveja os acordos de cooperação entre a Indonésia, a CE e os Estados-membros, até que se verifique uma mudança na situação;

«Encarrega a sua delegação junto da ASEAN de, na primeira oportunidade, chamar a atenção para as graves violações dos direitos humanos em Timor-Leste;

«Decide, face à decisão da subcomissão «Direitos do Homem» de realizar em Lisboa uma audição pública sobre Timor-Leste, enviar também uma missão a Lisboa para se avistar com dirigentes de todas as partes intervenientes no conflito.»

## EM FOCO

# A Juventude na primeira linha

Não escapou a ninguém que as manifestações de solidariedade para com o povo maubere e de protesto contra os massacres vieram principalmente da juventude. Em quase todo o país assim foi, e estas são algumas das notícias que nos chegaram desse protesto e dessa solidariedade que os jovens encabeçaram e que tiveram grande expressão na capital.

Também as cerca de 80 associações de estudantes do Grande Porto promoveram para ontem uma manifestação, durante a qual estavam previstas intervenções de representantes das várias associações e personalidades da região. Em Vila Nova de Gaia, centenas de estudantes participaram no sábado numa marcha silenciosa de protesto, que se desenrolou entre esta cidade e o Porto.

Na capital nortenha, cinco organizações políticas da juventude — da Juventude Comunista Portuguesa à Juventude Centrista, passando pela JS, JSD e Juventude Monárquica, — uniram os seus esforços numa campanha de recolha de assinaturas e em outras iniciativas, apresentando um movimento «De Portugueses para Portugueses/Por Timor».

A Juventude Comunista Portuguesa apelou à concentração de Lisboa, chamando à solidariedade com o Povo e a Juventude de Timor-Leste, e exigindo o fim da repressão sobre o povo maubere, repudiando os massacres das últimas semanas; o cumprimento do direito à autodeterminação e independência de Timor-Leste; uma acção activa e coerente do Governo português no plano internacional, pelo cumprimento das resoluções da ONU.

A JCP do Ensino Secundário do Porto fez entretanto divulgar uma nota manifestando a solidariedade com a dor e a luta do povo maubere e exigindo a tomada imediata de sanções económicas contra a Indonésia por parte da comunidade internacional, a acção rápida e coerente do Governo português e o imediato e incondicional abandono de Timor por parte da Indonésia.

## Um abraço para Timor

De Vila Real, onde a JCP se associou à manifestação de repúdio contra o mas-

sacre de Santa Cruz e se manifestou pronta a unir esforços com todas as estruturas associativas, políticas e outras de juventude, considerando que é imperativo de todos os jovens vilarealenses não parar com o protesto, o camarada Vasco Paiva, da CEN do CC, envia-nos um relato dos acontecimentos que não resistimos a publicar na íntegra:

«1.º A revolta e a ideia foi correndo de boca em boca: — fazer uma manifestação de repúdio e de solidariedade com Timor!

«2.º Contactadas as Associações dos Estudantes do Ensino Secundário de Vila Real — todas aderiram.

«Depois foi procurar o apoio dos Conselhos Directivos e conseguir que não houvessem aulas, para todos os estudantes poderem participar.

«3.º Dia 20 — quarta-feira — 16 horas — da Escola Secundária Morgado Mateus (Araucária — do outro lado do rio) e da Escola Secundária S. Pedro partem as multidões de estudantes com dísticos e panos que se vão juntar à porta da Câmara Municipal com os estudantes da Esc. Sec. Camilo Castelo Branco.

«O largo frente à Câmara enche-se de pressa — são mais de 4000 estudantes solidários com Timor, são os dísticos, os panos condenando a Indonésia, condenando a chacina de Santa Cruz, são as palavras de ordem «Paz e amor para Timor», «Timor amigo, a juventude de Vila Real está contigo».

«Foram ainda os discursos de estudantes das várias escolas, foram ainda as mensagens para Timor, para a ONU, para o governo Português, para a CEE, para o Papa. Em todas a condenação da Indonésia, o fim da opressão e da ocupação, o direito à autodeterminação e à independência para o povo de Timor.

Foi ainda a condenação da «duplicidade» dos Estados Unidos da América, e a «estranheza» pelo silêncio do Papa.

«Ao som da música dos Trovante — Timor, das palavras de ordem cadenciadas e improvisadas, e no meio da alegria natural da juventude quando está junta, a manifestação partiu percorrendo as ruas da cidade de Vila Real. Para muitos, para a grande maioria foi a sua pri-



meira manifestação, para todos foi também o entusiasmo, a sensação que mesmo aqui tão longe se pode lutar e contribuir para o fim das injustiças contra o povo de Timor.

«As rádios locais e alguns jornais estiveram presentes, a televisão essa anda lá longe em Washington — Vila Real não existe para a RTP.

«O protesto não se desmobilizou — continua, de imediato começou a circular um abaixo-assinado que já está a recolher centenas, milhares de assinaturas.

«Foi uma tarde, em Vila Real, com um pouco de sol para Timor.»

## De Norte a Sul

De Norte a Sul do país, a Juventude Comunista Portuguesa tomou posição sobre os acontecimentos de Dili. O seu Secretariado da Direcção Nacional fez publicar um comunicado em que, nomeadamente, exige:

- O embargo internacional de venda de armas à Indonésia.
- A imposição de um bloqueio económico internacional à Indonésia.
- A retirada total e imediata da Indonésia do território de Timor-Leste.
- O fim de qualquer tipo de repressão sobre o povo maubere.
- O reconhecimento internacional de Timor como um estado soberano com direito de decidir sobre o seu próprio destino.

A JCP afirmou-se solidária com a luta do povo e da juventude timorense, em particular pela sua independência, auto-

determinação e respeito pela liberdade e direitos humanos, apelando a todos os jovens portugueses que se empenham na defesa dos direitos do povo de Timor pela liberdade, democracia e independência.

A Comissão Distrital de Leiria salientou por seu lado que «coube à JCP um papel de vanguarda no quadro das organizações de juventude, com tomadas de posição no plano nacional e internacional, face à situação de repressão que os timorenses estavam a ser vítimas por parte da Indonésia». As mesmas exigências gerais foram sublinhadas no comunicado desta Comissão Distrital, divulgado no início da semana.

Na Covilhã, onde a Comissão Concelhia do PCP expressou o seu apoio à manifestação convocada pela Associação Académica da Universidade da Beira Interior, esta contou com a participação, na passada sexta-feira, de cerca de 2500 jovens, concentrando-se junto à Câmara Municipal. Mais tarde houve um debate na Rádio Clube da Covilhã, sobre o massacre, em que intervieram o Presidente da Associação de Estudantes, o Presidente da Assembleia Municipal e um Professor, membro do PCP.

Também na Madeira a JCP manifestou o seu repúdio aos massacres em Timor, denunciando «a hipocrisia demonstrada por alguns governos, nomeadamente dos EUA, que mais uma vez mostraram ao mundo terem dois pesos e duas medidas em questões internacionais, pois o que os move são os seus interesses económicos e políticos e não à salvaguarda dos direitos humanos.»

# Trabalhadores apoiam a causa do povo maubere

As organizações representativas dos trabalhadores portugueses continuam a manifestar a sua solidariedade ao povo de Timor. A CGTP/Intersindical Nacional apoiou a manifestação de Lisboa, num comunicado em que «considera seu dever alertar a opinião pública e muito especialmente os trabalhadores portugueses, no sentido de condenarem por todos os meios ao seu alcance e de uma forma inequívoca as autoridades indonésias e a manifestar a sua solidariedade e apoio total à causa do povo de Timor-Leste, exigindo o respeito pelos direitos humanos e o direito à autodeterminação».

No mesmo sentido se manifestou o Secretariado do Conselho Nacional da Interjovem, organização juvenil da CGTP, que também apelou à concentração de Lisboa. O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores divulgou à imprensa o texto de uma moção aprovada pela Assembleia de Delegados, na qual se responsabilizam as autoridades portuguesas e a Comunidade Internacional, nomeadamente a ONU e a CEE, e onde se pode ler:

«Quando para proteger os "sagrados" interesses do petróleo que abastece a civilização ocidental, os Estados Unidos e seus aliados, com o beneplácito da ONU, intervieram e eficazmente no Kuwait, esmagando a força do invasor iraquiano, os mesmos autoproclamados polícias do Planeta titubeiam na posição a tomar face ao genocídio em massa do povo maubere, como que com receio de ferir as subtis susceptibilidades dos militares no poder há algumas dezenas de anos, alcançado então através da eliminação física de duas centenas de milhar de opositores, naquele que

é um dos maiores e mais ricos arquipélagos desta região do Pacífico.»

A moção aprovada manifesta ao povo maubere «a maior solidariedade para com a sua luta e anseios», prestando-lhe ao mesmo tempo «sentida homenagem pela sua heroicidade e, ainda, o profundo pesar e dor pelos hediondos crimes que contra si têm sido cometidos», reclamando acções internacionais que conduzam ao urgente reconhecimento do direito à autodeterminação e ao respeito pelos direitos humanos, cessando a intervenção militar da Indonésia.

## Trabalhadores Mulheres Quadros

São numerosas as tomadas de posição das mais variadas organizações que se manifestaram no mesmo sentido. Desde o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e da FENPROF, que aderiram à manifestação de Lisboa e promovem para Dezembro um debate sobre Timor, a outros sindicatos, como por exemplo o da Metalurgia e Metalomecânica de Aveiro — STIMMDA —, e da União dos Sindicatos de Setúbal, que secunda a posição da CGTP.

O Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas, MDM, confirma em Setúbal, no próximo dia 1 de Dezembro, às 15 horas, um debate com a presença de personalidades timorenses e a participação da jornalista australiana Jill Jolliffe. Em comunicado de imprensa, o MDM anuncia também, para 10 de Dezembro, um círculo de solidariedade de

Mulheres Portuguesas com as mulheres de Timor, em hora e local a divulgar oportunamente. Anuncia ainda ter aderido à marcha de pesar e de solidariedade com o povo de Timor-Leste, proposta pelo CPPC, e ter solicitado ao governador civil de Coimbra uma audiência para entrega de um documento assinado por várias organizações desse distrito. Outras iniciativas, como a de um estúdio/rádio no Rossio, em 2 de Dezembro, e uma sessão-debate em Aveiro, marcada para 14 do mesmo mês, estão previstas pelo MDM.

Também a Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, que «saúda todas as pessoas e todas as instituições que em Portugal e no mundo têm protestado contra a opressão do povo timorense», apelou a «todos os quadros técnicos das empresas, em especial daquelas que efectuem negócios com a Indonésia, para que manifestem a sua oposição à realização de tais negócios e exerçam influência nesse sentido».

## Miguel Urbano Rodrigues

Por lapso, na nossa anterior edição, e apesar de vir anunciado na primeira página o nome do autor do artigo «Indonésia — um jovem império mal conhecido», este não apareceu assinado pelo nosso camarada Miguel Urbano Rodrigues, a quem apresentamos desculpas.

# Paz e solidariedade foram tema em Setúbal

«A CEE parece estar a dar, mas nunca o Mundo viveu uma crise — a do capitalismo — como a actual» — afirmou Domingos Lopes, membro do Comité Central e da Secção Internacional do PCP, numa reunião de quadros comunistas ocorrida este fim-de-semana, em Setúbal.

O reforço da acção na luta pela Paz e solidariedade foi a preocupação central da discussão em que participaram cerca de 30 militantes do PCP com responsabilidades em estruturas e movimentos directa ou indirectamente ligados àquela temática.

«Os Estados Unidos pressionam e ameaçam e chegam até à guerra

quando os seus interesses económicos e geoestratégicos estão em jogo, no entanto, para proteger os seus aliados e os seus próprios interesses violam, fecham os olhos a violações flagrantes do direito internacional. É a essa luz que se explica» — continuou Domingos Lopes — «o apoio à política anexionista de Israel, à ocupação de Timor-Leste pela Indonésia. Apesar dos avanços alcançados, no caminho da democracia graças à luta do povo sul-africano e do ANC, o certo é que na África do Sul, no limiar do século XXI, um homem, um voto ainda não é uma realidade».

O dirigente comunista aludiu a outras tantas situações tais como a das in-

grências perpetuadas pelos EUA em Cuba, o esmagamento de revoltas populares no Zaire e na Venezuela, a guerra civil na Jugoslávia: «milhões e milhões de pessoas não têm nada, nem têm a perspectiva de poder ter uma vida humana».

No decorrer do debate, realizado no Centro de Trabalho de Setúbal do PCP, as consequências do desaparecimento do Tratado de Varsóvia e da derrocada do modelo de socialismo no Centro e Leste Europeu — que paradoxalmente no palco da NATO e com a cumplicidade do governo português obteve como reflexo a ânsia de armar mais e criar múltiplos eixos militares — mereceram particular atenção.

Contudo, foi a situação em Timor-Leste que impôs à reunião a necessidade de contribuir para o aumento de iniciativas de condenação do massacre de Dili e mobilização da opinião pública portuguesa.

Os comunistas não faltam ao apoio das mesmas, designadamente as que entre-tantos foram realizadas pelo Movimento Democrático de Mulheres e o Grupo de Jovens por Timor, na capital do distrito no passado fim-de-semana.

O empenhamento nas acções divulgadas, entre outros, pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC), foi igualmente assegurado.

## Entrevista de Cavaco Silva à TV coloca bancários de sobreaviso

O Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP repudiou publicamente as afirmações de Cavaco Silva, em entrevista à RTP no passado dia 19, sublinhando que «confirmam haver razões para que os trabalhadores em geral e os bancários em particular fiquem ainda mais apreensivos».

O texto divulgado considera que «Cavaco Silva deixou cair a máscara ao dizer que acha a coisa mais natural do mundo que os interesses e os capitais estrangeiros se apoderem de empresas fundamentais para a economia nacional, como é o caso dos Bancos, com o argumento de que também os empresários portugueses estão a fazer o mesmo nos países europeus».

Mais adiante, qualifica-se de «grave calúnia» a afirmação produzida pelo Primeiro-Ministro que apelida os trabalhadores da Banca de «mandriões, quando são públicos os elevados índices de produtividade no sector e os consequentes resultados excelentes da generalidade dos bancos, sem qualquer contra-

partida para os bancários que são cada vez mais explorados, sujeitos a um crescente aumento dos ritmos de trabalho sem a correspondente remuneração».

O texto alerta para o facto de Cavaco Silva ter lançado a «ameaça desestabilizadora ao anunciar a existência de exceções de pessoal na banca privada».

Esta estrutura comunista apela «à reflexão dos bancários sobre o significado das palavras do Primeiro-Ministro», pois, segundo afirma, «mostram a verdadeira natureza da política do Governo. As perspectivas traçadas anunciam tempos difíceis», salienta o comunicado, que indica a «unidade e a luta dos trabalhadores» como o «caminho mais eficaz para lhes fazer frente».

Os bancários comunistas consideram da maior importância que a Televisão organize um debate sobre os reais problemas da Banca e dos seus trabalhadores e nesse sentido enviarão a respectiva proposta à direcção da RTP.

## Cheias de Machico voltam a ameaçar o concelho

A CDU do Concelho de Machico publicou recentemente um boletim dedicado à problemática das cheias que desde sempre têm afectado a cidade. Como indica a publicação, «assim aconteceu no século anterior, em 1803 e depois em 1956, ano em que Machico foi de novo fustigado pela fúria das águas em desordem. As trágicas consequências para o concelho e a sua gente permanecem ainda

na memória de muitos dos machiquenses».

Mas no mês de Outubro e por duas vezes, Machico foi de novo abalado por cheias que provocaram o caos, atingindo casas e pondo em risco muitas outras. Terrenos cultiváveis foram inundados, assim como abrigos de animais, pontões, caminhos e veredas foram destruídos ou danificados. As águas inundaram estabelecimentos

comerciais, prejudicando instalações, mercadorias e outros bens. Escolas encerraram e a praia e a orla marítima ficaram entulhadas de lixo, dando uma imagem degradada contrária ao modo de viver dos machiquenses.

Quando a enchente chegou, encontrou os abaixo-assinados perdidos nas gavetas da Secretaria Regional e os ribeiros cheios de lixo impedindo a caminhada das águas para o mar.

A CDU entende que o ocorrido poderia ter sido evitado e pensa que é urgente a tomada de medidas que impeçam semelhantes situações no futuro. Nomeadamente, propõe que o Governo Regional da Madeira proceda à limpeza das ribeiras e da praia, crie condições para que a recolha dos lixos seja mais eficaz,

especialmente em locais onde o acesso das viaturas de recolha é mais difícil ou até impossível e realize uma campanha de sensibilização da população no sentido de as levar a não utilizar as ribeiras para esse fim.

A CDU considera ainda que o Governo Regional deve enviar para a Câmara Municipal de Machico as verbas que retém ilegalmente e que pertencem ao município, para que a autarquia possa levar por diante as acções necessárias.

Os autarcas da CDU apelam também à população para que «se una e lute pela concretização destas medidas, obrigando o Governo Regional a comportar-se como um verdadeiro governo e não como uma sede regional do PSD, para fazer favores aos seus militantes».

## PS E PSD IMPEDEM OBRAS DE 500 MIL CONTOS

Os eleitos CDU da CM da Amadora denunciam em comunicado que os vereadores das outras forças políticas com pelouros na Câmara não estão a cumprir os objectivos iniciais que orientaram a coligação na atribuição de responsabilidades na gestão do município. A CDU considera que o entendimento preferencialmente estabelecido com eleitos do PS não tem sido respeitado, pautando-se a sua actuação por interesses estritamente partidários, onde ressalta a aliança com o PSD para rejeitar o lançamento da derrama para o ano de 1991, que incidia exclusivamente sobre os lucros das empresas.

Esta reprovação, afirma o comunicado, «ocasiona prejuízos significativos nas receitas municipais, cujo valor se estima em 500 mil contos». Se se juntar as graves limitações financeiras impostas pela política de asfixia do Governo, conclui-se que está a ser impedida a execução de obras previstas e de grande importância para o desenvolvimento e modernização do concelho.

A CDU afirma, no entanto, que «apesar das consequências nefastas da não cobrança desta receita prevista na lei, continuará a desenvolver um trabalho dinâmico de transformação do concelho, em estreita colaboração democrática com a população e as organizações sociais, de forma a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos».

## CONDUTAS PLUVIAIS INUNDAM BAIRRO?

Os moradores do bairro Girassol na Amoreira vivem sob um real e permanente risco de inundação, causado pela construção de duas condutas pluviais lado a lado, com um metro de diâmetro cada, que desaguam directamente para a zona. A denúncia foi feita pelos vereadores da CDU na Câmara Municipal de Cascais, Carlos Mota e Vítor Silva.

A obra, da responsabilidade da Brisa, visa escoar as águas a montante deste bairro que correm sob a auto-estrada, embora o projecto não tenha tido em conta a segurança dos moradores, que estarão fortemente ameaçados em condições climáticas de intensa pluviosidade. As suas habitações e terrenos poderão ser inundados, existindo a hipótese de aluimentos em partes construídas, referem os vereadores da CDU.

Para Carlos Mota e Vítor Silva, esta situação tem de ser imediatamente resolvida para o que iriam apresentar hoje uma proposta na reunião da Câmara, exigindo à Brisa a construção de uma conduta de escoamento de água ligada à rede geral do concelho, solução que restabeleceria a tranquilidade e a segurança dos residentes no bairro.

## GEFA SEM TRABALHO NEM MATERIA-PRIMA

A Comissão Concelhia da Moita do PCP analisou recentemente a situação política e social na região, manifestando preocupação pelas trabalhadoras da GEFA, que se encontram sem trabalho nem matéria-prima para laborar. Em causa está o futuro incerto das cerca de trezentas trabalhadoras ainda afectas à empresa que, apesar das promessas de Cavaco Silva antes das eleições, não dá sinais de reanimação.

O PCP denuncia também a escandalosa superlotação da escola secundária da Moita,

que nomeadamente impede que sejam leccionadas certas áreas de ensino. A associação de pais reclama obras de conservação e ampliação do estabelecimento, sem prejuízo da prevista construção da escola do ensino unificado.

A Comissão Concelhia da Moita decidiu ainda, na sua reunião, várias medidas de reforço e dinamização da organização e definiu linhas de orientação para o trabalho autárquico. Além de salientar o volumoso número de obras em curso ou em adjudicação, onde foram aproveitados da melhor maneira os fundos comunitários, os comunistas centraram a discussão nas perspectivas, objectivos e prioridades do Plano de Actividades para 1992. Os eleitos da CDU deverão deste modo intensificar a democracia participada, dar prioridade às chamadas pequenas obras e serviços com reflexos no quotidiano dos munícipes, concluir as grandes obras subsidiadas pela CEE, apoiar acções viradas para a juventude e os reformados e dar particular atenção às acções socioculturais.

## MELHORAR A EFICÁCIA

A comissão concelhia de Serpa do PCP analisou na semana passada a actividade dos órgãos autárquicos, salientando o empenhamento dos eleitos da CDU no cumprimento do programa eleitoral apresentado à população do concelho em 1989. Apesar do balanço ser positivo, foram feitas diversas propostas para melhorar a eficácia do trabalho nas autarquias em 1992, tendo em conta os interesses da população, do progresso e desenvolvimento do concelho.

Foram igualmente traçadas linhas de orientação para o plano de actividade partidária e procedeu-se à calendarização de várias iniciativas. O PCP considerou importante dar particular atenção à melhoria do trabalho de direcção, às tarefas de cada camarada e aos organismos intermédios.

## CAMARADAS FALECIDOS

### VÍTOR RIBAS

Faleceu aos 39 anos, vítima de doença prolongada, Vítor Manuel Ribas Ferreira, militante do PCP desde 1974, membro da célula da expedição do «Avante!» até 1986. Pertenceu ao secretariado da célula do PCP na CDL e colaborava na organização dos palcos da Festa do «Avante!».

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

# Nova Comissão de Timor-Leste Reforçar acções de sensibilização

Um novo fôlego deverá a partir de agora ser dado pela Assembleia da República ao acompanhamento das questões timorenses, com a reconstituição da Comissão de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste.

Concretizada na semana passada, a nova Comissão integrará 28 membros de todos os partidos com representação parlamentar, contando-se entre os seus principais objectivos o empenhamento nas iniciativas de sensibilização e esclarecimento a levar a cabo pelo Governo nos círculos internacionais.

Nas declarações-voto

de todas as bancadas, uma das ideias que prevaleceu foi precisamente a da necessidade de reforçar as acções diplomáticas em várias instâncias, em particular junto das Comunidades, do Conselho da Europa, bem como junto da opinião pública americana, australiana e japonesa.

Um reforço de intervenção que naturalmente não pode ser dissociado da constatação feita por diversos sectores de que se tem falado muito e agido pouco. Pronunciando-se sobre este aspecto, Miguel Urbano Rodrigues, em nome da formação comunista, citou a propósito o caso da As-

sembleia da República, por parte da qual, disse, apesar da definição de política timorense de Portugal caber ao Presidente da República e ao Governo, não pode haver «omissão no debate em desenvolvimento».

Já em relação ao Governo, para Miguel Urbano, o que está em causa é o carácter manifestamente insuficiente da sua acção, facto que o levou a formular perante a Câmara a seguinte pergunta: «Tem o Governo português desenvolvido, relativamente a Timor-Leste, uma acção consistente e firme para obter da ONU, da CEE e particularmente dos seus aliados

da NATO a condenação da criminosa política da Indonésia de modo a serem criadas condições para que o povo mauber possa, finalmente, exercer o seu direito à autodeterminação e independência?»

A resposta, deu-a ainda o deputado do PCP, ao recordar dois exemplos que em sua opinião atestam como a acção diplomática portuguesa «não corresponde ao minimamente exigível»: a venda de armas a Jacarta por países industrializados e a passividade do Executivo perante o apoio político concedido à Indonésia por Estados aliados de Portugal.



## Plenário elege comissões

A constituição das comissões especializadas para a VI Legislatura foi aprovada na passada semana pelo plenário da Assembleia da República.

A Comissão de Regimentos e Mandatos — a primeira de uma lista proposta pelo Presidente do Parlamento, Barbosa de Melo — integra 28 deputados, distribuídos por todos os partidos, a saber: 15 deputados do PSD, 8 do PS, 2 do PCP, 2 do CDS, contando o PEV e o PSN com um deputado cada. Com a mesma representação parlamentar (28 deputados) ficará a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O PSD, com um elenco que varia entre os 12 e os 15 deputados, o PS, representado com sete ou oito deputados, o PCP com dois e o CDS com um, integram todas as comissões parlamentares especializadas. O deputado do PSN integra quatro comissões, enquanto o Partido «Os Verdes» está representado, apenas com um deputado, em sete comissões.



## Atrasos nas bolsas do Porto

Os lamentáveis atrasos no pagamento de bolsas de estudo aos estudantes da Universidade do Porto, que estiveram na origem de uma manifestação no passado dia 20 que acabaria por ser brutalmente reprimida por forças policiais, foram objecto de duas iniciativas parlamentares por parte da bancada comunista.

Num caso, sob a forma de requerimento, subscrito pelo deputado Luís Sá, questiona-se o Ministério da Educação sobre as razões de tais atrasos e o modo de lhes pôr cobro; no outro, trata-se de um pedido de audição parlamentar com vista ao apuramento de responsabilidades pela forma como se verificou a intervenção policial de que resultaram ferimentos em cinco estudantes e a detenção de outros quatro (ver páginas centrais).



## Fronteira de Ficalho

A abertura permanente da fronteira entre Ficalho e Rosal de La Frontera, condição entendida como inseparável do processo de crescimento e desenvolvimento económico e social de uma vasta área que abrange, do lado português, os concelhos de Serpa, Moura, Mértola, Mourão e Barrancos, foi também motivo para um requerimento, igualmente subscrito pelo Grupo Parlamentar do PCP.

No texto do requerimento, onde se assinala que o actual horário de funcionamento é manifestamente insuficiente para responder às necessidades e aspirações de desenvolvimento de ambos os povos da fronteira, os deputados subscritores (Lourdes Hespagnol e Miguel Urbano) interrogam o Governo sobre os motivos que levaram esta fronteira a ter um tratamento diferente dos postos fronteiriços de Elvas/Badajoz e de Vila Real de Santo António/Ayamonte, solicitando simultaneamente informações sobre a hipótese de até final do ano em curso ser revisto o seu horário de funcionamento.

# Acesso ao Ensino Superior PCP apresenta novo regime

Dois novos projectos de lei da autoria do Grupo Parlamentar do PCP vieram juntar-se aos quatro por si já anteriormente entregues na Mesa da Assembleia da República, todos eles versando matérias e problemas de interesse nacional.

Trata-se, num caso, da extinção da Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior, e, no outro, da revisão do regime legal dos inquéritos parlamentares, diplomas cuja elaboração e apresentação vem completar o quadro das primeiras iniciativas legislativas anunciadas pela bancada comunista para este início de Legislatura.

No que se refere aos inquéritos parlamentares, na perspectiva dos deputados comunistas, o que está em causa é a reiterada ineficácia de que estes têm dado provas. Como efeito, longe de assumirem o papel de «investigação superior das responsabilidades políticas em actuações do Governo e da Administração Pública lesivas do interesse público ou violadoras da legalidade», os inquéritos parlamentares acabaram por se transformar por acção da maioria PSD, como salienta o preâmbulo do projecto do PCP, numa «espécie de «amortecedores» dos impactos negativos resultantes das actividades suspeitas em que membros do Governo e altos funcionários se envolvem».

Do que se trata, por conseguinte, na perspectiva do PCP, é de proceder a uma reforma do sistema de funcionamento dos inquéritos parlamentares capaz de superar aqueles que são considerados os três bloqueamentos e estrangulamentos actuais.

O primeiro, recorde-se, resulta de estar actualmente na mão da maioria autorizar ou não a realização de diligências e a recolha de informações com vista ao apuramento dos factos, a que acresce - e este é o segundo bloqueamento - o facto de a produção do relatório e conclusões do inquérito não ser rodeada de nenhuma espécie de exigências técnicas, o que permite à maioria impor um relatório de conteúdo exclusivamente político-pañfletário. O terceiro estrangulamento, por sua vez, radica no carácter secretista dos trabalhos das comissões parlamentares, o que permite à maioria o «trabalho de toupeira», isto é, «preparar e realizar no segredo do gabinete as manipulações, distorções e prepotências que caracterizam a sua actividade nos inquéritos parlamentares».

Eliminar tais obstáculos constitui, pois, em síntese, o objectivo do presente projecto, objectivo esse a atingir, em primeiro lugar, através da concessão individual a cada membro da Comissão do poder de requerer e obter os elementos que considere indispensáveis.

Absolutamente necessária é ainda, de acordo com o articulado do projecto, a adopção da regra do princípio de que os trabalhos das Comissões são públicos, em simultâneo com a obrigatoriedade de estas, na elaboração do Relatório, responderem a todos os quesitos e perguntas que cada membro da Comissão coloque.

Quanto ao diploma que extingue a Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior e cria um novo regime de acesso, a sua elaboração decorre

de conhecidas razões que se prendem no fundamental com as injustiças geradas pelo actual regime, o qual põe causa a igualdade de oportunidades e torna a capacidade económica como factor determinante da possibilidade de frequentar este nível de ensino.

A eliminação do sistema de «numerus clausus» no Ensino Superior Público ainda vigente afigura-se assim, na opinião do PCP, como um pressuposto indispensável para a aplicação de um regime de ingresso mais justo, de acordo aliás com os termos previstos na própria Lei de Bases do Sistema Educativo.

Partindo destas premissas, o diploma agora apresentado pela bancada comunista preconiza um maior investi-

mento no Ensino Público Superior, Universitário e Politécnico, nomeadamente na formação e recrutamento de docentes, por forma a alargar a capacidade de resposta do sector em quantidade e qualidade.

A adopção de medidas que obriguem à existência de condições aos vários níveis e áreas nos estabelecimentos de ensino privado, em ordem a que sejam ministrados um ensino e cursos de qualidade superior, constitui outra das vertentes sobre a qual recai a atenção do projecto de lei, onde se inscreve igualmente a aplicação de um mecanismo de avaliação de capacidade para o acesso ao Ensino Superior compatível com a letra e o espírito da referida Lei de Bases do Sistema Educativo.

# Barragem do Maranhão Apurar responsabilidades evitar erros idênticos no futuro

A realização de uma audição parlamentar sobre o processo de esvaziamento da barragem do Maranhão e as suas consequências de ordem ambiental, económica e social, foi proposta há dias pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Na base desta iniciativa está a consideração de que importa analisar todo o processo de esvaziamento da barragem, designadamente das consequências de várias ordens a que deu origem e das medidas que permitam não apenas reparar os danos já causados como também evitar a repetição de acções futuras da mesma natureza.

Como consequência des-

te acto, que tem sido alvo de enérgico repúdio por parte de diferentes quadrantes, recorde-se, morreram desnecessariamente mais de 700 toneladas de peixe, a actividade de várias empresas está condicionada, a agricultura poderá vir a enfrentar dificuldades devido à eventual carência de água para a rega, registando-se ainda uma queda da actividade turística e de lazer, a paralisação da vida profissional de dezenas de pescadores e perigos para a saúde pública por motivo da inquinação das águas e da existência, a céu aberto ou em aterros precários, de montureiras com peixe morto.

No texto em que propõe a realização da audição parlamentar, os deputados subscritores lembram ainda que o esvaziamento da albufeira foi efectuado sem que tivessem sido tomadas as mais elementares medidas de precaução, organização e coordenação que acautelassem os efeitos das obras, designadamente as que derivam do nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 186/90 que obriga a «um processo prévio de avaliação do impacto ambiental» e da Base XVII da lei nº 2097 de 6/6/59 que determina que no esvaziamento das albufeiras «sejam asseguradas as condições indispensáveis à sobre-

vivência dos peixes nelas existentes».

De entre as entidades cuja presença é solicitada no decorrer da audição parlamentar contam-se a Câmara Municipal de Avis, a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia, a Liga para a Protecção da Natureza, o delegado de Saúde do concelho de Avis, a União dos Sindicatos de Portalegre, a Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, a Direcção-Geral dos Recursos Naturais, a Direcção-Geral das Florestas, o ministro da Agricultura e o ministro do Ambiente e Recursos Naturais.

## TRABALHADORES

## Bancários levam a Estrasburgo discriminação no BCP

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas entregou anteontem ao Parlamento Europeu uma petição em que solicita a «adopção de medidas adequadas à correcção da «exclusão de mulheres» de trabalharem no Banco Comercial Português.

O documento enviado ao presidente do Parlamento Europeu refere que o BCP apenas emprega 22 mulheres (0,74 por cento), enquanto outros bancos empregam quase 50 por cento de funcionárias.

O sindicato assinala o facto de o Provedor de Justiça ter emitido um parecer onde defende a «adopção de medidas legislativas adequadas» para acabar com a situação, e a Comissão para a Igual-

dade no Trabalho e Emprego ter «reconhecido a actuação discriminatória» da instituição bancária.

O SBSI — de acordo com a agência Lusa — acusa ainda os responsáveis do banco de «prepotência e preconceito nas suas intervenções públicas».

O Governo é também acusado de «nada ter feito para remediar a aviltante situação, remetendo-se a uma injustificável passividade».

Numa manifestação de solidariedade para com o luta dos bancários, o Sindicato da Função Pública do Centro (Coimbra) emitiu recentemente um comunicado apelando aos trabalhadores para que não abram contas no BCP.

## CNA comenta o programa do Governo Não há medidas claras de apoio à produção

O programa do Governo é «vago», nele «não há referências aos problemas imediatos, como a falta de escoamento do vinho e do gado bovino» e também «não há medidas claras de apoio às produções nacionais e de contenção das importações desnecessárias» - afirma-se nas conclusões da reunião do Conselho Nacional da CNA, realizada no domingo em Coimbra.

No documento que a Confederação Nacional da Agricultura divulgou à comunicação social, o programa do executivo PSD é ainda criticado porque «não prevê a descida do preço dos factores de produção» e «não se dispõe a bonificar as taxas de juro do crédito agrícola». «A continuarmos assim, com os factores de produção mais caros da Europa, poucas hipóteses vamos ter de competir com os outros países» - comenta a CNA.

A matéria comunitária tem nestas conclusões um especial peso.

A confederação propõe a renegociação da 2ª fase da adesão, defendendo que «face à reforma da Política Agrícola Comum, o Governo português deve renegociar para tentar ganhar mais tempo de adaptação da nossa agricultura e mais fundos comunitários».

É opinião da CNA que o Governo «não deve aceitar» a proposta MacSharry de reforma da PAC, «que está a ser feita debaixo das imposições dos EUA nas negociações do GATT, e que vai diminuir a produção e a área agrícola nacionais, vai provocar a descida do preço dos produtos agrícolas e vai fazer baixar ainda mais os rendimentos dos nossos agricultores».

O Conselho Nacional da CNA reclama que o ministro da Agricultura «esclareça com clareza os agricultores



Mantêm-se os principais problemas que têm a ver com a falta de escoamento do vinho e do gado bovino

acerca das propostas e posições concretas que têm vindo a tomar no decurso destas negociações tão importantes para todos nós».

Reiterando a reclamação do seu reconhecimento oficial como parceiro social, a Confederação Nacional da Agricultura afirma esperar que o Governo cumpra as promessas eleitorais de diálogo e participação, nomeadamente no que respeita ao debate público e institucional da futura Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário.

As conclusões da reunião de Coimbra chamam ainda a atenção para outros aspectos da actual política agrícola: por um lado, «a descapitalização dos agricultores e do sector cooperativo não lhes vai permitir comprar as estruturas que o Estado vai alienar, pelo que vão ficar nas mãos dos grandes comerciantes e industriais»; entretanto, «ao anunciar uma ainda maior selectividade na atribuição dos apoios aos agricultores, o Governo deixa de fora a agricultura parcial e a familiar, por consequência, deixa de fora a maior parte dos agricultores portugueses, o que contraria as próprias orientações da Comunidade».

### Unidade e relações internacionais

Face à actual situação da agricultura, seus problemas e desafios, o CN da CNA fez,

na reunião de domingo, um apelo «a todas as organizações representativas da lavoura para que façam um sério esforço de aproximação e diálogo em torno dos interesses dos agricultores portugueses».

Aquele órgão fez ainda uma recomendação à Direcção para que «desenvolva contactos internacionais com organizações congéneres dos países da CEE para podermos decidir com critério sobre a eventual filiação da CNA, a breve prazo, nas correntes europeias de associativismo agrícola com maior expressão».

Foi com este objectivo - referem as conclusões - que delegações da confederação têm tido encontros e participado em iniciativas com outras organizações congéneres. Com destaque, regista-se no documento a mesa-redonda de 14 de Novembro, promovida em Bruxelas pela Coordenadora Camponesa Europeia (CPE) e em que participaram o Comissário Europeu da Agricultura, o presidente da Comissão de Agricultura do PE e o chefe de gabinete do presidente da Comissão Europeia. A CNA teve igualmente encontros bilaterais com a Coordenadora das Associações de Agricultores e Ganadeiros (Espanha) e a Confederação Geral das Associações Agrícolas da Grécia, filiadas na COPA.

## Mais 53 na Phoenix Despedimentos alastram nos Seguros

A seguradora inglesa Phoenix anunciou na semana passada o seu propósito de cessar a actividade em Portugal e despedir os seus 53 trabalhadores. Recentemente (no período após as eleições de 6 de Outubro) também a Eagle Star e a Commercial Union revelaram que pretendem proceder a despedimentos colectivos.

«Esta situação começa por surgir nas empresas estrangeiras, mas é fatal que chegue às nacionais» - comentou Álvaro Pinto Basto. A opinião deste dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte fundamenta-se, como referiu ao «Avante!», nas dificuldades que algumas empresas de- frontam neste momento e que se vão agravar com o regime de livre prestação de serviços (a entrar em vigor no quadro do Mercado Único, em 1993) e com a entrada em vigor de leis como a que vem permitir que agentes e mediadores passem a actuar na regularização de sinistros (a gestão destes processos envolve muitos trabalhadores das companhias).

Em concreto, aquele dirigente do STSN manifestou a preocupação do sindicato e dos trabalhadores pelo

«momento extremamente grave» que atravessa a Aliança Seguradora/UAP, privatizada este ano e que apresentou no balanço do primeiro semestre um prejuízo de 1 milhão e 400 mil contos (no ano passado tinha tido lucros).

O Sindicato dos Trabalhadores dos Seguros do Norte aguarda a resposta a contactos que fez, nomeadamente com o sindicato do Sul e a UGT, bem como com outras entidades ligadas ao sector e órgãos de poder. Álvaro Pinto Basto revelou que é intenção do STSN promover uma conferência de imprensa conjunta com o Sindicato dos Seguros do Sul, cujo Conselho Geral já tomou posição sobre a ameaça que pende sobre os postos de trabalho de muitos trabalhadores. Entretanto, amanhã vai reunir o CG do sindicato do Norte, onde este problema também deverá ser discutido.

Os despedimentos na Phoenix - segundo foi revelado numa reunião de responsáveis sindicais com o director-geral da companhia em Portugal - decorrem de uma posição emanada de Londres e que é dada como irreversível: o fim da actividade da seguradora em Portu-

gal, devido aos prejuízos verificados. Um comunicado da Direcção do STSN recorda, no entanto, que a Phoenix foi comprada há algum tempo pela Sun Alliance: «A venda da companhia pressupõe a transferência da carteira de seguros, e esta situação está prevista no CCT da actividade, que salvaguarda, num caso como este, a responsabilidade da adquirente na manutenção dos postos de trabalho. A Phoenix, ao proceder ao despedimento colectivo ou à rescisão do contrato por mútuo acordo, procura, a nosso ver, furtar-se a esta responsabilidade».

Pinto Basto sublinhou ser de grande importância haver uma posição comum dos trabalhadores neste combate em defesa dos seus interesses e direitos legítimos. «A classe correspondeu» aos apelos do sindicato, sublinhou o dirigente do STSN, referindo a participação de mais de uma centena de trabalhadores no plenário da passada sexta-feira.

O sector dos seguros emprega actualmente cerca de 14 mil pessoas. Os despedimentos anunciados após as eleições legislativas abrangem 82 trabalhadores.

## Por melhores carreiras e remunerações

### Enfermeiros das clínicas privadas fazem greve a 6 de Dezembro

Existe actualmente um verdadeiro abismo entre as condições de trabalho dos enfermeiros das clínicas e hospitais privados e os restantes enfermeiros do País ligados à Função Pública. O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses denunciou a situação na semana passada, em conferência de imprensa, anunciando na ocasião que foi decidido realizar no dia 6 de Dezembro uma greve de 24 horas, entre outras acções que têm por objectivo exigir «condições de emprego e de trabalho, incluindo perspectivas de carreira e remuneração, capazes de atraírem e reterem o pessoal de enfermagem na profissão e nas empresas».

De acordo com o SEP, o vencimento/hora dos enfermeiros ao serviço da hospitalização privada é inferior em mais de 60 por cento ao dos enfermeiros da Função Pública. Actualmente, denuncia o sindicato, regista-se na maioria das clínicas e casas de saúde privadas um êxodo progressivo dos enfermeiros, muitos deles abandonando definitivamente a profissão - o que acarreta inevitavelmente sérios prejuízos, em particular para os utentes daquelas instituições.

Estes problemas estão na origem, afirma o sindicato, da «insatisfação e desmoti-

vação profissional existentes nesta área». Além do mais, recorda-se no documento distribuído aos jornalistas, Portugal é signatário da Convenção nº 149 da OIT, que prevê a criação pelos estados membros de «normas especialmente aplicáveis ao pessoal de enfermagem, destinadas a assegurar-lhe condições adequadas ao seu papel no domínio da saúde e aceitáveis por ele próprio».

Durante 1991, no processo de revisão da carreira de enfermagem iniciado em Março - refere o SEP - não foi possível estabelecer qualquer consenso entre as partes intervenientes, apesar das duas fases de conciliação (Maio e Outubro) que tiveram lugar em sede do Ministério do Emprego.

Neste quadro, os enfermeiros das clínicas e hospitais privados anunciaram o seu propósito de fazer greve no dia 6 de Dezembro, das 8 às 24 horas, caso a associação patronal não aceite até lá as reivindicações apresentadas. Além disso, vão entregar uma petição na AR, reclamando que o Estado português assumira as responsabilidades que lhe competem, e vão apresentar queixa junto da OIT pela violação da Convenção nº 149.



## TRABALHADORES

# CGTP recusa contenção salarial

Contrapondo as necessidades reais dos trabalhadores às afirmações e propostas do patronato e do Governo, a CGTP está na disposição de continuar a combater as tentativas de contenção dos salários

Nas contrapropostas patronais já apresentadas para a actualização dos salários em 1992 surgem valores que variam entre 6 e 9 por cento (a que se somam propostas de revisão do clausulado para implementar na contratação aspectos gravosos do pacote laboral). Ao revelar estes dados, José Ernesto Cartaxo ressalva que ainda faltam muitas contrapropostas, embora espere que se mantenha a linha das afirmações que o primeiro-ministro e outros responsáveis do Governo têm feito no sentido de impor no próximo ano uma política de contenção das remunerações dos trabalhadores.

Aquele membro da Comissão Executiva da CGTP-IN sublinhou, em declara-



A unidade e luta dos trabalhadores, organizados nas suas estruturas representativas, têm um papel importante na luta contra a política de contenção salarial que o Governo e o patronato querem levar a cabo em 1992 (foto de arquivo)

ções ao «Avante!», que os valores apresentados pelo patronato «nem de perto, nem de longe, se compaginam» com as exigências dos traba-

lhadores. Revelou, a propósito, que as propostas sindicais (actualmente numa actividade de elaboração e apresentação) apontam para aumentos salariais de 17 a 18 por cento, índices obtidos tendo em conta a inflação verificada em 1991 (cerca de 12 por cento), os ganhos de produtividade (3 por cento, em geral), a necessidade de aproximar os salários portugueses dos que são praticados nos restantes países da CEE e também um esforço para inverter a tendência actual na distribuição do rendimento nacional (em anos sucessivos tem vindo a diminuir a parte dos rendimentos do trabalho).

Por outro lado, acrescenta o responsável pelo pelouro da acção reivindicativa na Executiva da CGTP, os aumentos salariais efectivos verificados em 1991 deverão situar-se na ordem dos 16 ou 17 por cento (14,4 por cento nos aumentos contratuais), o que, significando que não houve perda de poder de compra, não é «o impulso que se impunha para a aproximação

aos salários europeus, nem corresponde às promessas do primeiro-ministro e do partido do Governo durante a campanha eleitoral».

Neste quadro, José Ernesto Cartaxo afirma que a central «vai continuar a combater firmemente esta tentativa de contenção salarial».

## Inflação e referenciais

Confrontado com estas afirmações, José Ernesto Cartaxo contestou abertamente a ideia de abandono da inflação como referencial para os aumentos salariais: «Os salários dos trabalhadores portugueses são para viver em Portugal. O que o Governador propõe não faz sentido nenhum, é engenharia para fundamentar uma política de contenção salarial favorável ao patronato. O poder de compra é baixo, e o próprio Presidente da República diz que Portugal tem que deixar de ser fornecedor de mão-de-obra barata da Europa; ora, não é com critérios desses que se consegue combater a situação.»

Quanto à inflação, o dirigente da CGTP admite que Manuela Morgado «é capaz de ter razão», remetendo para o resultado de 1991: «Com todas as medidas, este ano houve apenas uma descida de um ponto. Como é possível em 1992 uma descida dos 12 por cento para 9 ou menos?»

José Ernesto Cartaxo, que é um dos representantes da CGTP no Conselho da Concertação Social, reafirma, contudo, a posição defendida pelo movimento sindical, que tem em conta, para efeitos de negociação colectiva, a inflação verificada no ano que termina, e não a inflação prevista para o ano em que os contratos vão vigorar. «Os referenciais de inflação prevista» - recorda - «têm sido um tecto psicológico para limitar os aumentos salariais, e a inflação verificada tem sido, nestes anos todos, muito superior a esses referenciais».



A crise da indústria têxtil ameaça 2500 postos de trabalho no distrito de Coimbra (foto de arquivo, numa empresa do Vale do Ave)

## TÊXTEL DE COIMBRA VAI DESPEDIR 2500?

No distrito de Coimbra há cerca de 2500 postos de trabalho ameaçados na indústria têxtil, alertam, em comunicado conjunto, a União dos Sindicatos e o Movimento Democrático de Mulheres, sublinhando que são mulheres 90 por cento dos trabalhadores que podem ir a breve prazo para o desemprego.

No documento recorda-se que duas empresas já encerraram: a Efanor, de Soure, e a Francisco Martins. Noutras quatro (Ideal, Mondorel, Colsi e Fiaco) os postos de trabalho poderão ser liquidados «a muito curto prazo». Na Ideal os trabalhadores já suspenderam o contrato de trabalho; na Fiaco, que já ocupou 200 pessoas, laboram actualmente 87 - referem a USC e o MDM.

## SACAVÉM COM COMETNA

As comissões de trabalhadores da região de Sacavém, reunidas recentemente em plenário, aprovaram uma moção repudiando as intenções de despedimento anunciadas pela administração da Cometna. No documento as CTs de Sacavém manifestam na sua solidariedade para com os camaradas ameaçados de despedimento e as suas estruturas representativas, confiando que «a resistência dos trabalhadores da Cometna, bem como a luta dos trabalhadores em geral, criará condições para inverter a política antilaboral em curso».

## GREVE DE REVISORES NA LINHA DE SINTRA

Para todo o mês de Dezembro, o Sindicato dos Ferroviários do Centro convocou uma greve dos revisores da Linha de Sintra, protestando contra as deficientes condições de trabalho daqueles profissionais. A greve - refere a Lusa - vai consistir na recusa ao trabalho extraordinário (abrangendo também o trabalho em dia de descanso do revisor ou quando seja chamado no seu período de descanso).

«Consecutivas agressões, injúrias e outros maus tratos de que os revisores são alvo por parte de marginais e as degradantes condições de trabalho a que estão sujeitos», nomeadamente «escalas de serviço indignas e desumanas» são problemas referidos pelo sindicato à Lusa.

O Sindicato dos Ferroviários do Centro denuncia o facto de as escalas preverem o repouso dos revisores no dormitório de Sintra, que «não tem o mínimo de condições», ou a largada de serviço no Areeiro ou no Rossio à 1:40 da madrugada, obrigando a que os trabalhadores «tenham que esperar nos bancos da estação que os transportes públicos recomecem a funcionar»; no Areeiro, revela o sindicato, «dentro de uma roulotte de campismo com capacidade para três pessoas, sem aquecimento nem

sanitários, permanecem por vezes mais de 10 trabalhadores da CP, sem espaço para se mexerem, porque estão de reserva ou aguardam o começo do seu turno de serviço».

## RECTA ATRASADA

Os trabalhadores do refeitório do Centro Regional de Segurança Social de Coimbra, explorado pela empresa Recta, decidiram entrar em greve na passada sexta-feira, exigindo o pagamento dos salários em atraso - revelou o departamento de informação da Federação da Hotelaria (Feshot).

## FEIS PAROU POR SALÁRIOS

Na Fábrica-Escola Irmãos Stephens teve lugar no princípio desta semana uma greve (dois dias por trabalhador), como forma de luta por salários iguais aos praticados nas outras empresas da cristalaria. A Feis sempre acompanhou os salários praticados no sector, até 1990, quando a administração impôs aumentos que ficaram 3,8 por cento abaixo das restantes fábricas, como explicou à Lusa o dirigente sindical Sérgio Moiteiro.

A actual administração, que tomou posse naquele ano, comprometeu-se a resolver o problema e encurtou a diferença (que actualmente é de 2,5 por cento). No entanto, a promessa de igualar os salários da Feis aos da cristalaria, agenda para Julho passado, nunca foi concretizada, embora os quadros tenham recebido aumentos que foram até 50 por cento - disse o dirigente do Sindicato dos Vidreiros. Sérgio Moiteiro referiu que o secretário de Estado da Indústria já recusou publicamente a possibilidade de aplicar na Feis os salários do contrato da cristalaria e pôs em causa a continuidade da empresa se os trabalhadores insistirem naquela justa reivindicação.

A Fábrica-Escola Irmãos Stephens, na Marinha Grande, tem cerca de 450 trabalhadores e é a mais antiga empresa das cristaleiras.

## Declarações

**Tavares Moreira**, Governador do Banco de Portugal, ao «Diário de Notícias» de 18 de Novembro:

«A política de rendimentos (...) poderá ter um valor adicional interessante [no processo desinflationista] caso se proceda ao que designo como um exercício inteligente de convergência de posições dos trabalhadores, empresários e Governo tendo em vista a moderação salarial.»

(...) «Os aumentos salariais devem levar em conta os ganhos de produtividade e os preços internacionais, e não a taxa de inflação interna.»

(...) «Com toda a certeza a um dígito, e mesmo abaixo de nove por cento.» [Acerca da inflação para 1992, respondendo a uma pergunta sobre a possibilidade de se registarem valores a um dígito]

**Manuela Morgado**, presidente da Associação Portuguesa de Economistas, ao «Expresso» de 23 de Novembro:

«Mesmo que seja feito um grande esforço a nível orçamental, existem outros factores que dificultam a descida da inflação para um dígito. Nunca será possível essa descida verificar-se sem o registo de perturbações sociais e económicas graves.»

## Á VENDA

### ENTREVISTA

A Revolução de Outubro mudou o mundo para melhor

### ORGANIZAÇÃO

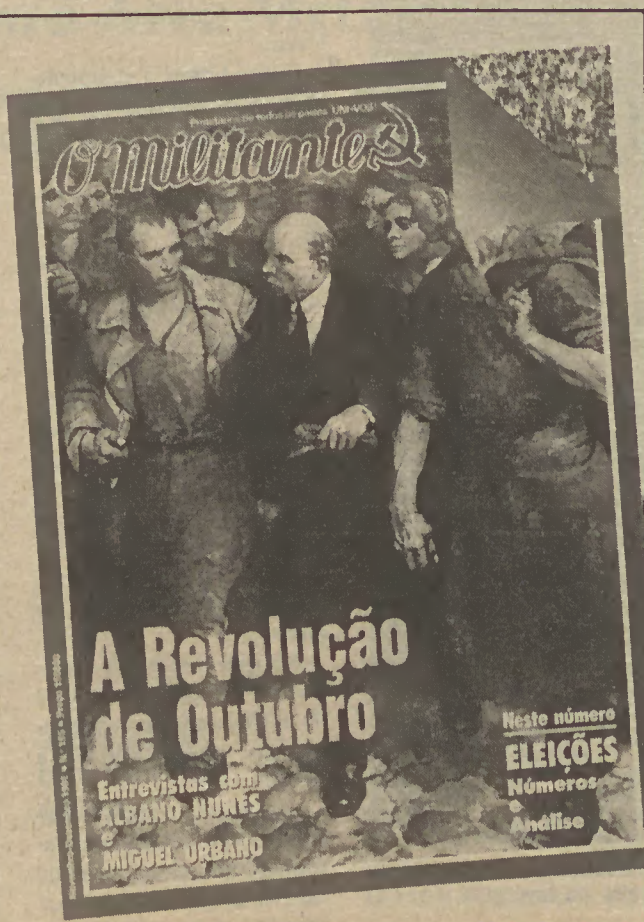
Colher lições  
Reforçar a organização

### LUTAS

As lutas dos professores no ano lectivo de 1990/91

### TEMA

Mais obras de Marx editadas em português



PCP anuncia projecto de lei

# O acompanhamento e a avaliação das instituições universitárias

No programa do XII Governo é anunciado o objectivo de «criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação dos estabelecimentos do ensino superior, públicos e privados, por forma a assegurar uma melhoria da qualidade do ensino».

Já o anterior governo, como é conhecido, tinha tornado público um anteprojecto de proposta de lei sobre a avaliação das instituições de ensino superior portuguesas.

Embora não se conheça de momento se esse anteprojecto de lei irá ser retomado pela nova equipa ministerial, ou se irá ser descaída alguma iniciativa em moldes diferentes, a realidade é que a questão da avaliação constitui um importante problema que está colocado na ordem do dia, isto torna indispensável, a curto prazo, a sua discussão no seio dos estabelecimentos do ensino superior, das associações profissionais, das instituições democráticas e também da própria opinião pública em geral.

Dar um primeiro contributo para a reflexão e o debate desta matéria é o objectivo da presente posição do PCP.

## Uma avaliação objectiva, rigorosa e isenta

A questão do acompanhamento e da avaliação das instituições de ensino superior portuguesas, prevista na lei da autonomia universitária, tem uma enorme importância educativa e política, e um alcance estratégico na área sensível e decisiva do ensino superior.

Desde logo porque a noção de avaliação traz implícitos critérios, orientações e juízos, entre o que deve ser aprovado, apoiado, estimulado (e em que medida) e o que deve ser contrariado ou pelo menos desaconselhado a nível dos estabelecimentos do ensino superior e da sua actividade.

Depois, porque há todas as razões para temer que a política seguida pelos governos do PSD nos últimos anos, de asfixia do ensino superior público através de graves restrições orçamentais, de apoio à proliferação de estabelecimentos e cursos na área do ensino privado, em muitos casos sem quaisquer condições e de qualidade mais que duvidosa e de falta de planificação e de coordenação no desenvolvimento de novos pólos e cursos, política que é responsável pela sensível

degradação da qualidade do ensino superior em Portugal no conjunto do sistema, venha agora a ser prosseguida no terreno específico da avaliação.

Uma avaliação objectiva, rigorosa, isenta, dos estabelecimentos de ensino superior, apoiada em parâmetros aceites e reconhecidos e em metodologias dotadas de transparência, é indiscutível que pode constituir um instrumento muito útil para o cumprimento dos princípios e objectivos da política educativa consagrados na Constituição, na Lei de Bases do Sistema Educativo, e para a real elevação da qualidade do ensino superior em Portugal.

Mas uma avaliação que não reúna condições e garantias de objectividade, rigor e isenção, aparentemente independente mas de facto governamentalizada e sujeita à influência de conhecidos grupos de interesses que hoje proliferam na área do ensino superior,

pode, a curto prazo, transformar-se num instrumento de cobertura de critérios e decisões de injusto favorecimento de uns estabelecimentos de ensino em relação a outros e, no seu conjunto, de funcionar objectivamente como mecanismo de validação e de apoio do ensino privado em detrimento e desfavor do ensino superior público. Com a agravante, ainda, de a estrutura avaliadora poder ser utilizada fundamentalmente como almofada, que permita ao governo eximir-se às suas verdadeiras responsabilidades — quer no quadro do normal funcionamento das instituições quer perante o país — pela política educativa nacional e pela sua execução.

## Soluções inadequadas

O anteprojecto de proposta de lei elaborado pelo

anterior governo apontava para a criação de uma Fundação para a Avaliação das Instituições de Ensino Superior Portuguesas.

A primeira questão a apontar é que o estatuto jurídico proposto para a instituição avaliadora e a dependência financeira em que essa Fundação ficaria colocada em relação a entidades privadas, de modo algum asseguravam e garantiam a sua independência face a interesses particulares e a efectiva prossecução do objectivo visado de avaliação global do sistema de ensino superior e de todas as suas instituições.

Acresce que a solução proposta **desresponsabilizava formalmente o Estado** como garante da qualidade do ensino mas, ao mesmo tempo, **governamentalizava**, pela sua composição e escolha, o conselho de curadores, o conselho executivo e a presidência da Fundação, ao mesmo tempo que reduzia a representação das

próprias instituições de ensino superior (a título de exemplo, o número de elementos indicados pelas Universidades seria igual aos indicados pelas associações empresariais).

Além disso, e esse é um ponto de capital importância, o anteprojecto de lei era praticamente **omisso quanto à definição de objectivos a atingir e de parâmetros e metodologias a aplicar**, sem o que a missão de avaliação não estava à partida politicamente fundamentada e poderia mesmo ser pervertida, e não era também explícito quanto à sua universalidade, como deverá ser, no interesse social.

Independentemente de outros elementos que poderiam ser carreados para a apreciação do referido anteprojecto, estes bastam, em nosso entender, para mostrar a inadequação desse anteprojecto de lei e para em absoluto fundamentar a necessidade de a abordagem do problema do acompanhamento e da avaliação dever ser empreendida em moldes muito diferentes.

## Condições indispensáveis

Em primeiro lugar e do nosso ponto de vista, é questão essencial que nenhum sistema de acompanhamento e de avaliação seja estabelecido pelo governo **sem prévio e alargado debate** em todas as instituições de ensino superior (universitário e politécnico), debate que a própria opinião pública possa acompanhar e em que possa também, naturalmente, intervir.

Defendemos a **definição de objectivos claros** a atingir pela avaliação e pelo acompanhamento: a promoção da qualidade do ensino superior e o seu ajustamento às necessidades do desenvolvimento do país e às aspirações dos portugueses; a clarificação da oferta existente e a garantia da qualidade mínima e da isenção do ensino superior; a promoção do autoconhecimento e o conhecimento recíproco das diversas instituições; a criação de instrumentos que viabilizem a programação da política do ensino.

No que respeita à estrutura de acompanhamento e de avaliação pronunciando-nos por uma solução que à partida

— assegure o **rigor, independência e isenção** do cumprimento de uma função de interesse nacional, o que impõe seja realizada no

quadro público, que não seja governamentalizada que disponha de plena auto-suficiência financeira e afirme a sua completa **independência em relação a órgãos e mecanismos de financiamento**;

— **explicitamente enuncie parâmetros objectivos e a transparência dos métodos** a utilizar no processo de acompanhamento e avaliação;

— e que confira **representação adequada** nos órgãos directivos, às instituições de ensino superior, às associações sindicais e profissionais representativas dos corpos docente, discente e investigador.

— A clarificação do impacte da avaliação sobre o financiamento aos estabelecimentos de ensino superior público, designadamente a relação entre os resultados da avaliação e a concessão de estímulos positivos, constituem outros importantes aspectos que devem ser considerados na futura legislação sobre financiamento de modo a impedir o carácter discricionário das decisões ou a margem de influência de grupos de interesses constituídos.

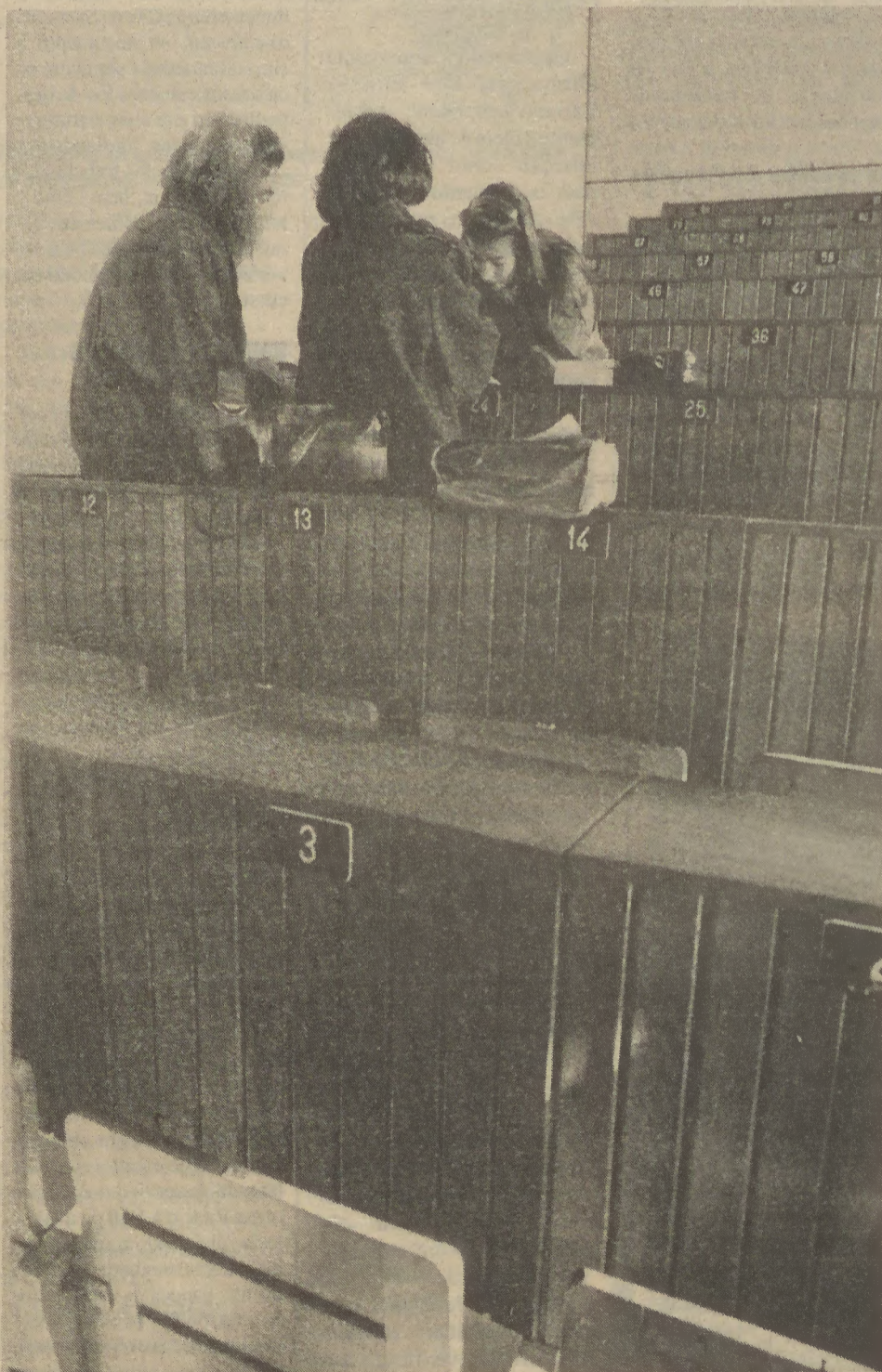
Outra importante questão, a par do processo de acompanhamento e de avaliação exterior, diz respeito à importância de conferir às próprias instituições de ensino superior público a responsabilidade pela sua auto-avaliação contínua, disponibilizando-lhes para isso os meios próprios adequados.

## Iniciativa legislativa

O PCP, ao mesmo tempo que manifesta o seu interesse em conhecer as diversas opiniões e pontos de vista, acompanhar o debate sobre o problema da avaliação dos estabelecimentos de ensino superior e de participar nele, anuncia desde já o propósito de apresentar, oportunamente, na Assembleia da República um projecto de lei sobre a matéria.

A valorização do ensino superior em Portugal, a sua aproximação ao nível dos restantes países da CEE, a criação de melhores condições para os estabelecimentos do ensino público e a garantia de um mínimo de qualidade em todos os estabelecimentos de ensino, designadamente do ensino privado, são importantes questões a que é urgente que seja dada resposta.

O Grupo de Trabalho para o Ensino Superior do PCP  
16/11/91



A forma e o processo de avaliação e acompanhamento das universidades pode transformar-se, sob a capa de uma melhoria de qualidade do ensino, numa maneira de favorecer o sector privado em detrimento do ensino público

# Quadros do PCP discutem trabalho em Lisboa

Realizou-se no passado sábado, na Junta de Freguesia de Alcântara, um Encontro de Quadros do PCP Sobre o Trabalho Autárquico na Cidade de Lisboa, que reuniu mais de 200 pessoas para um balanço a meio do mandato iniciado em 1989 com a vitória da Coligação Por Lisboa, como se sabe integrada por comunistas e socialistas.

Foram consideradas, no Encontro, como «grandes linhas positivas do trabalho realizado até ao momento» na cidade de Lisboa «o lançamento das bases (ainda em fase de concretização) da elaboração do Plano Estratégico, Plano Director (PDM), Planos de Pormenor e a aprovação das Normas Provisórias do PDM, o que permite definir um crescimento equilibrado e orientado da cidade». A decisão de descentralização de actos de competência da CML para as Juntas de Freguesia foi outra linha de actuação considerada, apontando-se, igualmente, várias acções em de-

senvolvimento e execução em áreas essenciais ao quotidiano da cidade, nomeadamente:

Eixo Norte-Sul; recuperação de pavimentos degradados em áreas de grande circulação; revisão do sistema de circulação nas Avenidas Novas; desnivelamento de alguns pontos críticos da rede viária; parques de estacionamento subterrâneos; Plano de Revitalização de Monsanto; regulamento do mobiliário urbano e da ocupação da via pública; infra-estruturas de saneamento com especial destaque para o grande interceptor de esgotos; incremento da intervenção nas áreas históricas; incremento no lançamento da habitação social (PIMP); desenvolvimento das actividades desportivas e de animação; relacionamento qualitativamente diferente com as estruturas associativas e o desenvolvimento de projectos pedagógicos para melhorar o sistema educativo.

## Dinamizar o futuro

Considerando «de grande importância a dinâmica e ritmo de resposta aos problemas na actividade dos próximos dois anos», o Encontro definiu como grande prioridade a intervenção em numerosas áreas, de que destacamos as relações institucionais, o planeamento, a eficácia na administração, a política económica e financeira, a reabilitação urbana, a habitação, a circulação e transportes, o ambiente, a educação, a intervenção social, a cultura, a juventude, o abastecimento e comércio, o desporto e o turismo.

Foi igualmente considerado que «a afirmação do Partido é fundamental, prioritária, para manter e desenvolver um projecto de cidade ao serviço da população, da resolução dos seus problemas», sendo esta «uma tarefa de todo o Partido», reafirmando-se «o trabalho de massas

como linha essencial no estilo a adoptar em 1992 e 93».

Apontaram-se diversas medidas a implementar nos planos da actividade partidária e dos eleitos, e, em relação a estes últimos, tanto nas Assembleias de Freguesias e nas Juntas de Freguesia, como na CML e na Assembleia Municipal.

O Encontro de Quadros do PCP Sobre o Trabalho Autárquico na Cidade de Lisboa considerou ainda ser necessário: «a integração de todos os eleitos em organismos do Partido; melhorar o relacionamento entre os eleitos na cidade e nas Juntas através de um trabalho conjunto, de diálogo constante, de um espírito construtivo que garanta uma acção conjugada junto das populações; manter uma atenção permanente à afirmação da diferença na conduta dos nossos eleitos, que reconhecida-se lhes atribui, sob a consigna Trabalho, Honestidade e Competência».



Melhorar o relacionamento entre os eleitos e as populações é um dos objectivos dos comunistas

## Do Turismo à Área Metropolitana As discussões de Setúbal

Eleitos e quadros do PCP reunidos em Setúbal, ao fazerem a apreciação do turismo na região, consideraram «significativo o desenvolvimento registado neste sector nos últimos anos e o seu peso, já hoje evidente, na actividade económica do Distrito».

A este desenvolvimento «não é alheia a acção desenvolvida pela Região de Turismo Costa Azul e o esforço das autarquias do Distrito na valorização dos recursos naturais e das infra-estruturas disponíveis». «Neste âmbito», prossegue o comunicado emitido pela DORS do PCP a propósito desta reunião (que discutiu também a implementação da Área Metropolitana da Grande Lisboa), «foi decidido reindigitar como candidato à presidência da Região de Turismo da Costa

Azul, nas próximas eleições intercalares, o actual presidente, Edgar Costa».

Ainda neste ponto e considerando «as potencialidades e envergadura do fenómeno turístico registado no Alentejo», a Coordenadora Distrital das Autarquias pronunciou-se pelo seu empenhamento na criação da Região de Turismo do Alentejo, na qual se deverão integrar os quatro municípios do Sul do Distrito de Setúbal.

### Sobre a Área Metropolitana de Lisboa

Segundo este Encontro, «a criação da Área Metropolitana de Lisboa - finalmente

consagrada em diploma da Assembleia da República - exigirá, a curto prazo, a constituição dos seus órgãos executivos e deliberativos».

E prossegue o documento que deu conta desta reunião da Coordenadora Distrital do PCP para as Autarquias:

«Sendo a Junta Metropolitana um órgão representativo das 18 Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, foi concluído, de acordo com o número de presidências maioritariamente CDU, que deverá ser, logicamente, um comunista o presidente da Junta».

Sobre a legislação laboral autárquica recentemente aprovada pelo Governo, foi manifestada «plena solidariedade aos trabalhadores das autarquias na luta pela revogação dos aspectos mais

gravosos dos diplomas, nomeadamente a instabilidade e insegurança de emprego que criam, constituindo um sério atentado à autonomia do Poder Local e à qualidade dos serviços prestados».

Por último, a Coordenadora Distrital da CDU para o trabalho autárquico do PCP, «analisando a proximidade do debate e a aprovação do Orçamento de Estado para 1992 - e tendo em vista a necessidade de proceder desde já aos ajustamentos estruturais no Regime de Finanças Locais, por forma a atender às situações de estrangulamento financeiro que afectam a generalidade das autarquias - aprovou um conjunto de medidas de emergência a reivindicar para uma reforma imediata do Regime das Finanças Locais».



Covilhã, largo da Câmara

## Câmara da Covilhã discrimina CDU

Juntas de Freguesia CDU, reunidas em Tortosendo, protestaram «pelo facto de não terem sido ouvidas» pela Câmara Municipal da Covilhã no processo de preparação, discussão e aprovação do Plano e orçamento municipal, exigindo, por isso, que a Câmara local «decida pela audição de todas as Freguesias do Concelho, no sentido de estas transmitirem, para apreciação do executivo, as acções de intervenção prioritárias a incluir no Plano e Orçamento para 1992».

A Câmara Municipal da Covilhã reuniu no passado dia 25 para proceder ao trabalho de elaboração do Plano e Orçamento do próximo ano e, pelos vistos, não considerou importante ouvir a totalidade das Freguesias, que - como sublinha o comunicado da CDU - apesar de serem «os órgãos de poder mais próximos das populações, não detêm os suficientes meios e competências para intervir na concretização dos interesses de todos aqueles que democraticamente e legitimamente representam».

Recordando que «o desenvolvimento integral e harmonioso de todo o Concelho deve sempre ter em linha de conta as justas aspirações das populações de todas as Freguesias», as Freguesias CDU da Covilhã lamentam que o óbvio défice democrático que se vive na Câmara não tenha - como minimamente se esperaria - aproveitado este «momento privilegiado para a ampla participação dos diversos intervenientes do Poder Local» na região.

## Em Dia de Comunicação Social Barreiro apresenta sínteses

Assinalando o Dia de Comunicação Social Barreirense, a Câmara Municipal do Barreiro promoveu há dias um Fórum subordinado ao tema «Correspondentes Locais - que acção na vida das Comunidades?», onde foram apontadas «as seguintes ideias-força como matriz-síntese do debate»:

1 - O momento de viragem que vivemos vai marcar o futuro desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa, na qual o Barreiro está inserido;

2 - Neste contexto, valorizar a imagem da nossa região passa pelo empenhamento de todos os agentes locais, tendo os órgãos de Comunicação Social um papel fundamental na formação da opinião pública;

2 - Torna-se fundamental que exista uma grande eficácia e abertura dos órgãos do Poder Local, no sentido de facilitar o acesso à informação;

4 - Reconhecem a existência de potencialidades lo-

cais, de forma embrionária, que poderão contribuir para o enriquecimento das relações autarquias-órgãos de Comunicação Social;

5 - Sugerem que se analise a possibilidade de ser prestado apoio e/ou colaboração da CMB, de forma a que possam vir a ser desenvolvidas acções de formação;

6 - Sugerem que os correspondentes dos órgãos de CS desenvolvam formas de auto-organização, tendo em vista encontrar caminhos e formas de valorização e dignificação das suas funções;

7 - Propor às diferentes Associações da comunidade que contribuam (também) elas mesmas para a difusão das suas actividades;

8 - Sublinham o interesse de ser assinalado o Dia de Comunicação Social do Barreiro, continuando a manter-se um espaço de reflexão temática, que contribua para o estreitamento de relações entre os vários protagonistas neste campo de acção social.

# Cimeira de Maastricht

## — um debate em aberto sobre o futuro comunitário

A Cimeira europeia de Maastricht, no próximo mês de Dezembro, está a mobilizar cada vez mais os esforços dos Doze, divididos entre o desejo de avançar no processo de integração e a dificuldade em chegar a acordo sobre questões essenciais da União Política e da União Económica e Monetária. Delegação de poderes, perda de soberania, desequilíbrios regionais, coesão económica e social, política de defesa, são questões ainda longe de reunir consenso e sobre as quais, pelo menos no que a Portugal

diz respeito, não foi feito o necessário debate nacional. Na tentativa de esclarecer os aspectos fundamentais respeitantes aos dois processos, publica-se hoje uma resenha dos objectivos subjacentes à UP e à UEM que vão ser alvo de debate em Maastricht. Muito vago o primeiro, bastante avançado o segundo, os dois projectos não oferecem garantias de defesa dos interesses nacionais que arriscam ficar submetidos às políticas dos países desenvolvidos do Norte.

## União Económica e Monetária

A União Económica e Monetária (UEM) na Europa tem como objectivo a liberdade total de circulação para as pessoas, as mercadorias, os serviços e o capital, bem como taxas de câmbio fixadas de forma definitiva entre as diferentes moedas nacionais e a criação de uma moeda única.

A concretização da UEM implica uma política monetária comum e a compatibilização das políticas económicas e outras, designadamente no plano orçamental.

Apesar da união económica e a união monetária formarem duas partes integrantes de um todo único, a sua compreensão torna-se mais fácil se analisadas separadamente, pelo que desdobramos a questão.

A união monetária implica três condições:

- a garantia de uma convertibilidade total e irreversível das moedas;

- a liberalização completa das transacções de capitais e a total integração da actividade bancária e de outros mercados financeiros;

- a eliminação das margens de flutuação e a fixação definitiva das paridades das taxas de câmbio.

As duas primeiras condições ou já foram realizadas ou serão com a concretização do mercado interno. A terceira só o será quando os Doze tomarem a medida de

fixar definitivamente as taxas de câmbio.

Uma vez realizadas as três condições, prevê-se a adopção de uma moeda única que, embora não sendo necessária, é considerada como «um desenvolvimento natural e desejável da união monetária», pelo que «a substituição das moedas nacionais por uma moeda única deverá ser efectuada logo que possível, após o estabelecimento de paridades fixas».

Estas medidas conduzem à necessidade de uma política monetária comum, cuja responsabilidade ficará a cargo «de uma nova instituição, onde se tomem decisões centralizadas e colectivas relativamente à oferta de moeda e de crédito, bem como a outros instrumentos de política monetária, incluindo taxas de juro».

As implicações das mudanças neste domínio são profundas: o facto de se fixarem de forma permanente as taxas de câmbio retirará a cada país um importante instrumento de que dispõem actualmente para corrigir desequilíbrios económicos e para agir, de forma independente, na prossecução de objectivos nacionais, designadamente a estabilidade dos preços.

### União económica

A união económica pode ser descrita por quatro elementos básicos:

- o mercado único, onde

podem circular livremente pessoas, mercadorias, serviços e capitais;

- política de concorrência e outras medidas visando o reforço dos mecanismos de mercado;

- políticas comuns com vista a mudanças estruturais e ao desenvolvimento regional;

- coordenação da política macroeconómica, incluindo regras vinculativas para as políticas orçamentais.

Entre outros aspectos, cabe salientar os riscos deste processo poder contribuir para o agravamento dos desequilíbrios regionais. Segundo os próprios mentores da união económica, na ausência de políticas de compensação, o impacto global nas regiões periféricas poderá ser negativo, dado que «os custos de transportes e as economias de escala tenderão a favorecer uma deslocação da actividade económica das regiões menos desenvolvidas, especialmente se estas se situarem na periferia da Comunidade, para as regiões altamente desenvolvidas do centro desta». Apesar das medidas tomadas para obstar a este perigo, designadamente o reforço dos fundos estruturais, as desigualdades entre as várias regiões da Comunidade estão longe de se atenuar, assumindo maior gravidade nos países periféricos, como é o caso de Portugal.

No que se refere aos

salários e às relações industriais, por seu lado, propõe-se a preservação do carácter autónomo do processo de negociação, ainda que procurando convencer os gestores e os trabalhadores europeus das vantagens de subordinar as políticas às melhorias de produtividade, enquanto os governos se devem abster de intervir directamente no processo de formação de preços e salários.

Quanto ao domínio orçamental, defende-se a tomada de normas vinculativas que imponham limites eficazes à dimensão do défice orçamental em que cada Estado poderia incorrer, excluíam o acesso a empréstimos do banco central e outras formas de financiamento monetário e a limitação do recurso aos empréstimos externos em moedas não comunitárias.

Acresce que a gestão da UEM implica a criação de uma nova instituição monetária, uma espécie de Sistema Europeu de Bancos Centrais, com um estatuto autónomo e constituído por uma instituição central e pelos bancos centrais nacionais, que seria responsável pela formulação e execução da política monetária, bem como pela gestão da política cambial comunitária em relação a terceiras moedas. Aos bancos centrais caberia então a aplicação das políticas definidas pelo SEBC.

## União Política

O Conselho Europeu de Roma, de 27 e 28 de Outubro do ano passado, reiterou a sua vontade de «transformar progressivamente a Comunidade numa União Europeia, desenvolvendo a sua dimensão política, reforçando a sua capacidade de acção e alargando a sua competência a outros sectores complementares da integração económica que são essenciais para a convergência e a coesão social».

A União Europeia será o resultado de um processo progressivo, acordado em comum pelos Estados membros; desenvolver-se-á no respeito pelas identidades nacionais e pelo princípio de subsidiariedade, permitindo distinguir o que é da competência da União e o que se deve manter sob competência nacional».

De acordo com as conclusões do Conselho, a evolução da Comunidade no sentido da União deverá ser acompanhada de «um desenvolvimento do papel do Parlamento Europeu em matéria legislativa e de controlo da actividade da União», o que juntamente com o papel dos parlamentos nacionais «reforçará a legitimidade democrática da União».

Com a União Política passará a existir uma cidadania europeia, a par da dos Estados membros, e a consideração dos interesses específicos das regiões. Também as funções do Conselho Europeu e do Conselho «Assuntos Gerais» devem ser adaptadas de acordo com as novas responsabilidades.

Um dos principais aspectos da União Política refere-se à política externa e de se-

gurança da Comunidade. Nesta matéria - e para além de objectivos gerais destinados a reforçar a identidade e a coerência dos Doze - defende-se a «necessidade de rever os processos e os mecanismos de preparação, adopção e aplicação das decisões em matéria de política externa, de modo a desenvolver a coerência, a rapidez e a eficácia da acção internacional da Comunidade».

Em Roma, o Conselho Europeu considerou que «nenhum aspecto das relações externas da União será, em princípio, excluído da política externa comum», prevendo-se que a mesma deverá «ultrapassar os limites actuais em matéria de segurança». Neste domínio, o conteúdo e as modalidades do papel da União serão definidos gradualmente, em fun-

ção dos diferentes aspectos que a noção de segurança abrange e sem prejuízo das obrigações decorrentes dos acordos de segurança de que os Estados membros são partes.

Como diversas vezes tem sido salientado, o projecto-base para a União Política é de longe muito mais vago do que o da União Económica e Monetária.

Por esclarecer continuam ainda questões como a perda de soberania nacional para o âmbito comunitário, a forma como se vai processar a articulação de poderes entre as diferentes esferas de decisão, quais os organismos com competência para decidir em matéria de política externa comum, qual a capacidade de intervenção do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais.

## Carta de Energia

A Carta Europeia de Energia será assinada a 16 e 17 de Dezembro, em Haia, por representantes dos países de Leste e do Ocidente. A decisão foi tomada a semana passada, em Bruxelas, durante uma conferência patrocinada pela Comunidade Europeia em que participaram, além dos Doze estados membros da CEE, a Albânia, Austrália, Áustria, Bulgária, Checoslováquia, Finlândia, Hungria, Islândia, Letónia, Suíça, Turquia, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Roménia, União Soviética, Jugoslávia, Chipre, Liechtenstein, Malta, Canadá, EUA e Japão. Como observadores, assistiram aos trabalhos a Argélia e diversas organizações internacionais, como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos), a AIE (Agência Internacional de Energia) e o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD). A Carta Europeia de Energia tem como principal objectivo a criação de uma rede para desenvolver o comércio e a cooperação no sector energético. Durante os trabalhos foi ainda decidido incluir no documento final o princípio da soberania dos Estados sobre os recursos naturais, bem como o da não discriminação para o acesso às fontes de energia.

## Delinquência juvenil

«Com a integração europeia vão-se formar grandes grupos minoritários, não só em termos raciais, mas também em termos culturais, onde proliferará a delinquência». Quem o afirma é Felismina Morais, presidente da Associação Europeia para o Desenvolvimento Educativo e Social das Pessoas (AEDESP), que em declarações à Lusa salientou o facto de a taxa de delinquência juvenil ter aumentado nos últimos anos na maioria dos países comunitários. Aquela responsável foi uma das participantes no Simpósio europeu realizado em Loures a semana passada, dedicado ao tema «Dinâmicas sociais e marginalizações: problemáticas e respostas na Europa comunitária». Nos trabalhos, em que participaram mais de 500 especialistas europeus em questões de educação social, foi analisada a capacidade de resposta de cada país em termos de integração europeia procurando garantir a identidade dos indivíduos de língua, nacionalidade e cultura diferentes. Segundo Felismina Morais, os países da comunidade têm de formar técnicos habilitados para o acompanhamento das crianças e jovens delinquentes e daqueles que provavelmente o serão, cabendo essa função ao educador social. Em Portugal, formar-se-ão este ano os primeiros 25 profissionais nesta matéria.

## Racismo e sionismo

Parlamento Europeu propôs na sexta-feira a supressão de uma resolução da ONU em que o sionismo é considerado como sinónimo de racismo, considerando-a incompatível com o actual processo de paz para o Médio Oriente. Na opinião do PE, a referida resolução contribui para acirrar os ânimos anti-sionistas dos vizinhos de Israel e constitui uma ofensa à dignidade de um povo também vítima do racismo. Recordar-se que aquela resolução foi aprovada pela ONU em 1975, tendo já então sido condenada pelos nove países membros da CEE na altura. Para o PE, cabe ainda à CEE um papel activo na conferência de paz para o Médio Oriente, designadamente através do direito de iniciativa e de mediação nas negociações.

## Preços da Pesca

Conselho de Ministros para a Cooperação e Desenvolvimento deve assinar hoje, em Bruxelas, o acordo sobre os preços para a campanha de pesca de 1992. O acordo foi conseguido a semana passada no âmbito do comité dos representantes permanentes (COREPER), organismo que reúne os embaixadores dos Estados membros junto da CEE e foi considerado «satisfatório» para Portugal. Segundo informações da Lusa, as espécies que mais interessavam aos pescadores portugueses eram a sardinha, o atum e a lula; as propostas da Comissão previam aumento do preço da primeira e descida do preço das segundas. O resultado final, que só hoje será divulgado, deverá contemplar um aumento negociado para o preço da sardinha superior ao proposto pela Comissão e uma redução no preço do atum e da lula inferior ao previsto.

## Apelo ao Japão

vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Andriessen, apelou na segunda-feira ao Japão para que participe desde já na ajuda à União Soviética. Aquele responsável considera que o Japão tem mostrado «algumas reticências num empenhamento mais profundo», sublinhando que da verba prometida por Tóquio em Outubro, no valor de 2,5 mil milhões de dólares, só 500 milhões de dólares se destinavam a ajuda alimentar, sendo o restante para crédito à exportação. Andriessen propôs ao Japão seguir o exemplo da CEE numa «operação de ajuda triangular», que passa pelo fornecimento de créditos financeiros à União Soviética para que compre produtos alimentares aos países da Europa Central e de Leste.

## INTERNACIONAL

# BÉLGICA

## O voto de protesto

Os resultados das eleições legislativas do fim-de-semana passado, na Bélgica, parecem assumir, antes do mais, o carácter de um voto de protesto.

A coligação quadripartidária de democratas-cristãos e socialistas perdeu 14 lugares, ficando com 120 dos 212 lugares do Parlamento.

Facto preocupante — o partido Vlaams Blok, da extrema-direita flamenga, com um programa racista, multiplicou-se na sua representação na Câmara dos representantes, passando de 2 para 13 deputados.

Entretanto, também os ecologistas registaram assinalável avanço — os ecoló-

gistas de esquerda do partido Ecolo, que tinha três deputados na nova Câmara de representantes, aumentaram o seu grupo parlamentar para 10 elementos.

Os partidos socialistas, tanto flamengo como valão, e a Volksunie, um partido nacionalista flamengo moderado, foram os grandes perdedores destas eleições.

As eleições agora realizadas antecipadamente resultam de uma crise despoletada por dois partidos da coligação governamental — a Volksunie (partido nacionalista flamengo) e o Partido Socialista Flamengo.

Estes dois partidos recusam a concessão de licenças

de exportação a duas fábricas de armamento, que pretendiam satisfazer encomendas da Arábia Saudita.

O facto de essas duas empresas se situarem na Valónia, exacerbou as tensões entre as duas grandes comunidades linguísticas belgas.

À «crise das armas», como é conhecida na Bélgica, vieram juntar-se outras questões que já dividiam flamengos e valões, a repartição das receitas fiscais entre as regiões, o financiamento do ensino, a política social e a imigração.

Problemas que se somam às grandes questões de fundo — o desemprego, a situação

geral no plano socioeconómico.

A Bélgica de hoje está profundamente atingida pelo desemprego — 12,7% da população activa. O país detém mesmo o recorde do mais longo período de tempo à procura de um novo emprego — mais de dois anos para metade dos desempregados recenseados. Factos a que há que somar os cortes registados no orçamento no domínio das despesas sociais e os repetidos ataques à Segurança Social.

Este o pano de fundo que permite o avanço de partidos que defendem posições racistas. E também a base do voto de protesto de domingo passado.

## Pacifistas

### JERUSALÉM

Duzentos militantes do movimento pacifista israelita «A paz, agora» reuniram-se, em Ramallah, com moradores nesta cidade da Cisjordânia ocupada.

No final da reunião, um dos dirigentes do movimento israelita, Tsali Reshef, declarou, sob os aplausos de dezenas de Palestinos: «Mesmo que o primeiro-ministro Yitzhak Shamir diga não a OLP, é um facto que ele negocia com a central palestina e com o seu chefe Yasser Arafat».

### CAMBERRA

Duzentas pessoas foram detidas em Camberra na sequência de confrontos entre a polícia e pacifistas que se opõem à realização da Feira Internacional do Armamento denominada AIDEX 91.

Entre os detidos conta-se um senador, Jo Valentine, do partido dos Verdes, precisou a polícia.

A manifestação, que se segue a outras levadas a cabo na semana passada, tinha começado pacificamente mas degenerou quando 200 representantes das forças da ordem ordenaram a dispersão do grupo e o desmantelamento das barreiras que bloqueavam a entrada da Feira.

Os manifestantes anunciaram a sua intenção de prosseguir a sua oposição a esta feira de armamento, que deve acolher 5000 visitantes em três dias.



## Saudação do PCP ao PT do Brasil

Por ocasião do 1.º Congresso do Partido dos Trabalhadores, que se realiza em São Paulo entre 27 de Novembro e 1 de Dezembro, o Partido Comunista Português — que está representado nos trabalhos do Congresso, por Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP — enviou a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas

Transmitimo-vos as saudações fraternais dos comunistas portugueses e os melhores votos aos trabalhos do 1.º Congresso do PT, no interesse dos trabalhadores e do povo irmão brasileiro e da sua luta por profundas transformações democráticas e progressistas.

Acolhemos com satisfação o convite dirigido ao PCP para se fazer representar no vosso Congresso. Estamos profundamente interessados em conhecer melhor o trabalho, a luta e as soluções preconizadas pelo PT para os graves e complexos problemas económicos, sociais e políticos do Brasil assim como a sua posição em relação à problemática dos povos da América Latina e à sua luta contra a exploração das multinacionais e as ingerências e pressões do imperialismo norte-americano.

Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, afirmando a sua identidade comunista, lutando contra a política reaccionária de reconstituição do poder aos monopólios e por uma democracia avançada no limiar do século XXI, o PCP tem como razão de ser e coloca como objectivo supremo da sua luta a construção em Portugal de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista. Simultaneamente considera não só necessário como indispensável no plano internacional o fortalecimento da amizade, solidariedade e cooperação de todas as forças democráticas e de esquerda, e em primeiro lugar de todas as forças que, como o PT, denunciam e combatem as profundas injustiças e desigualdades inerentes ao capitalismo e lutam pela transformação socialista da sociedade.

A solidariedade internacionalista entre os povos e as forças progressistas, com respeito e compreensão pela sua identidade própria, é uma exigência da hora presente para fazer frente com sucesso às tentativas do imperialismo, e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano, para impor uma «nova ordem mundial» à medida dos interesses egoístas do grande capital. Pela nossa parte, solidários com a luta da classe operária e dos trabalhadores do Brasil e demais países da América Latina, sublinhamos como particularmente importante e urgente a solidariedade para com o povo e a revolução cubana, ameaçada pela agressividade dos EUA. E no momento em que em Timor-Leste, ilegalmente ocupado pela Indonésia, são perpetrados terríveis massacres contra o povo maubere, não podemos deixar de confirmar-lhe aqui a nossa solidariedade para com a sua heróica luta pela autodeterminação e independência.

Queridos Camaradas

Uma vez mais expressamos os melhores votos ao vosso Congresso e a vontade de prosseguir e desenvolver no futuro as relações entre os nossos dois partidos como importante contribuição para as relações de amizade entre o povo português e o povo brasileiro, entre Portugal e o Brasil.

## ONU

O vice-primeiro-ministro egípcio Butros Ghali, foi eleito pelo Conselho de Segurança da ONU para suceder a Javier Peres de Cuellar no cargo de secretário-geral das Nações Unidas.

Butros Ghali tomará posse a 1 de Janeiro de 1992 para um mandato de cinco anos.

O Conselho de Segurança da ONU, segundo o seu presidente, o embaixador romeno Aurel Dragos Munteanu, adoptou, por unanimidade, a Resolução 720, recomendado a Assembleia Geral - a que pertence estatutariamente a eleição do secretário-geral - que vote a favor de Butros Ghali.

## ÁFRICA AUSTRAL

A Comissão quadripartida encarregue de fiscalizar a implementação dos Acordos de Paz para a África Austral decidiu, em Havana, cessar funções por considerar que os acordos já foram «totalmente aplicados».

A decisão foi tomada durante a décima primeira reunião ordinária daquela Comissão formada na sequência da assinatura em Dezembro de 1988 nas Nações Unidas, em Nova Iorque, dos acordos para a independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas estacionadas em Angola.

Numa declaração final conjunta, os membros da Comissão, dando por terminadas as respectivas funções, congratulam-se com a aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU para a independência da Namíbia e do acordo bilateral entre os governos de Angola e Cuba para a retirada das tropas cubanas que se encontravam em território angolano.

«A Comissão cumpriu completa e honrosamente os objectivos para os quais foi criada», sublinha o texto da declaração que encerra assim mais um capítulo da história africana.

A cerimónia foi realizada no Palácio da Revolução, em Havana, na presença do Presidente cubano, Fidel Castro, de observadores dos Estados Unidos e da União Soviética e ainda de um representante do secretário-geral das Nações Unidas.

## AFEGANISTÃO

O Presidente Najibullah declarou que apenas um diálogo interafegão possibilitará a formação de um governo de transição e a realização de eleições, tendo em vista a regularização do conflito.

«O diálogo interafegão é a única maneira de fazer aceitar o estabelecimento de um período de transição, porque, assim, serão os próprios afegãos a poderem construir o futuro do seu país e determinar a estrutura do seu Estado», diz-se num comunicado presidencial à imprensa.

Najibullah salienta que os afegãos são «o elemento mais importante» do diálogo.

«A regularização global da questão afegã - afirma - apenas pode ser alcançada através de discussões que englobem todas as partes favoráveis a um acordo político».

A divulgação desta declaração ocorre poucos dias depois de uma delegação de «mujaidines» ter sido recebida em Moscovo por dirigentes soviéticos.

Saudando as negociações de Moscovo como «um passo suplementar» em direcção à paz, o chefe de Estado afegão adverte, todavia, que, apesar dos esforços de paz do seu governo, Cabul tem ainda capacidade para esmagar qualquer agressão militar.

Noutro passo do comunicado, Najibullah reafirma o seu apoio à sugestão da ONU no sentido de que as facções beligerantes ordenem um cessar-fogo aceitável por todas as partes e que abra caminho à realização de eleições sob controlo internacional.

## DESEMPREGO

O número de norte-americanos que pediram subsídio de desemprego aumentou 8,5 por cento na primeira semana de Novembro, atingindo o nível mais alto desde Abril, anunciou o Departamento de Trabalho.

O número de pedidos de subsídio de desemprego aumentou para 493 mil na primeira semana de Novembro, contra 454 mil na semana anterior.

A divulgação dos dados relativos ao aumento do desemprego coincidiu, com a publicação de um relatório da Associação norte-americana de Economistas de Empresas que prevê a «continuação de um crescimento económico débil nos próximos meses».

## CEE

A Comissão Europeia vai conceder uma ajuda excepcional a população palestina de Gaza e da Cisjordânia, foi anunciado, em Bruxelas, pelo executivo da CEE.

A ajuda, de 48 milhões de ecu (cerca de 8,6 milhões de contos), constitui a primeira parcela de um financiamento destinado a assistência extraordinária que a CEE decidiu atribuir em Março deste ano, como compensação pelas consequências negativas resultantes da guerra do Golfo Pérsico, e cujo montante global ascende a 60 milhões de ecu (10,8 milhões de contos).

Fontes comunitárias afirmaram que a Comissão Europeia aceitou igualmente atribuir uma ajuda semelhante às populações de Israel afectadas pela guerra, tendo realçado que não foram acordadas as modalidades práticas de pagamento.

## INTERNACIONAL

## HAITI

# Negociações em Cartagena

Cartagena, na Colômbia, foi ponto de encontro entre Jean-Bertrand Aristide, presidente haitiano deposto quando do sangrento golpe de Estado de 30 de Setembro, e uma delegação de deputados haitianos. O objecto: encontrar uma solução política para a crise que o golpe desencadeou no país e para o regresso de Aristide numa base constitucional.

Em véspera do encontro de Cartagena, Aristide afirmou a sua aposta no diálogo: «Os deveres que me impõe a Constituição são os de escutar e dialogar. Posso usar os meus direitos constitucio-

nais para escolher outro primeiro-ministro e para conceder uma amnistia ao Exército haitiano», disse, declarando ainda: «Outras concessões poderão ser feitas a seguir mas é na qualidade de presidente eleito do Haiti que eu vou a Cartagena, e não como ex-presidente», para sublinhar ser seu desejo garantir o regresso de democracia ao Haiti.

O golpe militar de 30 de Setembro tornou ainda mais insustentável a situação de populações que os regimes ditatoriais, a que a eleição de Aristide tinha posto fim, ha-

viam lançado na mais impressionante miséria.

Para o Dr. Jean-Yves Follézou, que integrou uma delegação humanitária que esteve no Haiti logo depois do golpe, o que se passa no Haiti é um confronto entre classes.

«O putsch foi levado a cabo em benefício da «classe política» e dos meios de negócios haitianos, entidades que se confundem entre si — afirma em recente entrevista a «L'Humanité». — A frustração destas castas, massivamente — e talvez sem discernimento suficiente — afastadas do poder por Aristide, aparece com um elemento

determinante da sua rebelião contra um poder popular saído do sufrágio universal.»

Jean-Yves Follézou comenta ainda: «Entre as forças políticas e patronais que tentam fazer crer que o padre do povo (Aristide) não passa de um ditador sanguinário estão os que há bem poucos meses se opunham ao salário mínimo, e recusavam uma redução em 25% das despesas de escolaridade para os pobres...»

«A negociação é a única saída possível», conclui Follézou, que sublinha entretanto que «a democracia é um caminho longo e difícil».



## UNICEF

# «A situação das crianças no mundo»

«A situação das crianças no mundo», documento anual da UNICEF recentemente divulgado, indica, nos seus números globais, que: 142 milhões de crianças nasceram em 1990, das quais 88% nos países em vias de desenvolvimento; 94% sobreviverão até ao ano de idade, 91% até aos cinco anos, das quais 28% sofrerão de doenças; 85% iniciarão a escola primária e que apenas 55% a frequentarão até ao fim.

Esta a tragédia silenciosa que os números reflectem: 40 000 crianças de menos de cinco anos morrem cada dia de fome e doenças correntes. 100 mil crianças entre os 6 e 11 anos não chegam a ir à escola.

Em paralelo com esta situação dramática há factos encorajantes — é o caso do sucesso registado no domínio das vacinações. Há um pouco mais de 10 anos, foi fixado em termos internacionais, um objectivo ambicioso — vacinar 80% das crianças dos países em vias de desenvolvimento. Então apenas 15% dessas crianças eram vacinadas. Hoje, o objectivo proposto foi atingido e com isso salvas as vidas de 12 milhões de crianças. Este esforço extraordinário permitiu, também, evitar que um milhão e meio ficassem diminuídas pelas sequelas da poliomielite.

Bem menos encorajante é constatar que o endividamento destes países se eleva a 1300 mil milhões de dólares, que o reembolso anual da dívida corresponde a 200 mil milhões de dólares, o serviço da dívida e a sua amortização ultrapassam em 30 mil milhões as novas transferências de capitais por parte dos países industrializados, o crescimento da ajuda é simplesmente marginal e os preços das matérias-primas mantêm-se aos mais baixos preços dos últimos 30 anos.

Sem uma anulação da dívida, o retomar dos investimentos e um aumento da ajuda em termos reais, a África subsahariana registará no decénio que se inicia um crescente número de vítimas da pobreza.

A UNICEF avança entretanto números que indicam as possibilidades concretas existentes para defender a vida e um crescimento saudável das crianças. A despesa é calculada em 20 mil milhões de dólares por ano, o que corresponde a um oitavo de 1% do rendimento anual do planeta, ou metade do que a Alemanha deverá gastar este ano com o processo de reunificação, ou ainda o equivalente a 10 dias de despesas militares a nível mundial.

Números que claramente indicam que a única coisa que falta é vontade política.

## AMÉRICA LATINA

# A ameaça da cólera

Com o início do Verão no hemisfério Sul, aumentam os receios de novo surto da epidemia de cólera que, a partir do Peru, se espalhou progressivamente por todo o continente latino-americano. Neste mês de Novembro, realizaram-se manifestações nas ruas de Lima, de protesto pela incapacidade demonstrada pelo governo em tomar medidas eficazes. Desde Fevereiro, 250 mil peruanos foram vítimas do «vibrio cholera», que provocou 2600 mortos.

A doença espalhou-se progressivamente pelo Equador (40 mil casos e 700 mortos),

Colômbia (10 mil casos e 130 mortos), Brasil e, em menores proporções, pelo Chile e Bolívia. Atingiu ainda o México espalhando-se por toda a América Central onde são oficialmente anunciados 2 mil casos e uma centena de mortos: na Guatemala (1000 casos e 33 mortos), nas Honduras, em El Salvador (uma centena de casos e 14 mortos), Panamá (cerca de 500 casos e 16 mortos) e, por último, na Nicarágua. Apenas a Costa Rica parece, para já, ter escapado à epidemia, mas o país organizou entretanto um programa de luta contra a doença, que deverá

ser financiado por organizações internacionais.

Na verdade, a chave do sucesso na luta contra a doença passa pela implementação de programas sanitários de grande envergadura — pois estamos face a uma epidemia, em grande medida ligada à miséria e à falta das mais elementares condições sanitárias. A Organização Mundial de Saúde (OMS) calcula que, apenas para o Brasil, onde 20 milhões de pessoas não dispõem de água potável e 70 milhões vivem em condições sanitárias precárias, seriam necessários no mínimo 20 mil milhões de

dólares (1/6 da dívida externa do Brasil). Sem o que, no prazo de três anos, três milhões de brasileiros poderão ser vítimas da cólera e 30 mil morrer.

A situação pode ser ainda mais grave do que se calcula, pois muitos dados são desconhecidos. Na verdade, as regiões mais afectadas são isoladas e muitos casos não serão referidos pelas autoridades. No México, a revista «Processo» referiu-se às indicações dadas pelo governo aos médicos proibindo-os de fornecer informações, que podem apenas ser divulgadas pelo Ministério da Saúde.

## JUGOSLÁVIA

# Populações fogem à guerra

«Não creio que os dirigentes sérvios e croatas tenham consciência do que fizeram. Alguém deverá responder por toda esta destruição. Quem quer que seja que venha a Vukovar compreenderá que esta guerra é uma loucura. Devemos sentar-nos e discutir» — são palavras de um representante do governo croata, recolhidas por um repórter da Reuter, pouco depois da queda de Vukovar.

Oficialmente, a batalha de Vukovar tinha como objectivo acabar com o cerco que as autoridades croatas mantinham em torno do quartel federal da cidade. Em termos políticos, a vitória servo-federal terá o seu peso nas negociações que acabarão por se realizar entre os dois governos.

Entretanto, a guerra prossegue. O cessar-fogo assinado sábado passado em Genebra pelos presidentes da Sérvia e da Croácia, foi violado apenas meia hora depois da sua entrada em vigor, segundo informação de Ed Koestel, porta-voz dos observadores da CEE em Zagreb.

Discute-se o envio de «capacetes azuis» da ONU, e a França, em proposta secundada pela Alemanha, pediu uma reunião urgente do Conselho de Segurança.

Por outro lado, as sanções económicas da CEE são contestadas tanto pelo poder central da Jugoslávia como da Eslovénia.

Para as populações da Jugoslávia, a situação é pro-

fundamente dramática, e traduz-se, nomeadamente, em fugas em massa.

No passado fim-de-semana, cerca de seis mil jugoslavos refugiaram-se na Hungria, somando actualmente o número de refugiados jugoslavos neste país, 40 mil. Quinhentas mil pessoas (dez por cento da população da República) estão a tentar fugir da Croácia em guerra.

A queda de Vukovar — para além das consequências políticas que virá a ter — testemunha em particular da barbaridade da guerra. O número de vítimas é ainda desconhecido, mas dezenas de cadáveres juncavam as ruas. O enviado especial da agência britânica Reuter referiu que muitos corpos de sérvios jaziam pelas ruas, no que pode ter sido uma matança de sérvios, no contexto do ódio entre populações, alimentado pela guerra e pelos chauvinismos.

O coronel Miodrag Starcevic, especialista jugoslavo em direito internacional, considera que «nada nem ninguém foi poupado na Croácia. Os massacres de civis são crimes de guerra» e afirma que a parte sérvia no conflito «é, também ela, culpada de violações do direito internacional e os responsáveis responderão pelos seus actos».

A situação política do país mantém-se. A tensão é comum à Croácia, à Bósnia ou ao Kosovo. Deterioraram-se as relações entre a Sérvia e a Macedónia.

Como questão de fundo, a impossibilidade de qualquer resposta aos problemas através da guerra.

# Os fogos do petróleo

Exclusivo  
REVOLUTION Avante!

«Cada democrata e progressista do Norte deve evitar contentar-se apenas com os motivos acessórios de uma situação (sempre apresentados como determinantes pelos *media* e pelos seus dirigentes políticos) para apreender as razões essenciais». Esta é uma das reflexões determinantes dos autores da *Guerra do Petróleo*. Dez meses após o início da guerra do Golfo e aguardando uma conferência internacional que chega bem tarde e nas condições menos favoráveis para os povos da região, importa, com efeito, não nos privarmos de elementos de reflexão, mesmo se os acontecimentos na URSS tenham possibilitado aos *media* fazer passar para segundo plano os problemas do Médio-Oriente. O livro que aqui está em discussão dá, por ricochete, um esclarecimento aos homens do Norte e também «aos homens do Sul» sobre o papel da URSS depois de 1945.

As dificuldades da URSS, num prisma internacional, foram sentidas a partir de 1988-1989 em numerosos países do terceiro mundo como de todo em todo inquietantes.

Suzan George (1) em Abril de 1989 mostrava o risco da constituição de um «consórcio» para controlar o terceiro mundo, nova etapa de um «acertar o passo» que revelava já o esquecimento da reivindicação «de uma nova ordem económica internacional».

Noam Chomsky (2) e Samir Amin (3) lembravam que a dominação europeia e, posteriormente, americana sobre os outros continentes foi posta em causa primeiro pela URSS (4) e a seguir a 1945 por outros estados, o Egipto ou o Iraque por exemplo, e que as tentativas de alinhamento não se confinariam a tentar fazer calar as veleidades de independência.

É o que os motiva a afirmar que a guerra do Golfo foi mesmo uma guerra Norte-Sul, que o conflito Leste-Oeste que hoje termina foi, mais que uma projecção, uma parte do conflito Norte-Sul.

«A ameaça do comunismo, como o explica um prestigiado grupo de estudos conservador, é a transformação económica das potências comunistas num sentido que reduza a sua vontade e a capacidade para complementar as economias industriais ocidentais e assim poder preencher o seu papel terceiro mundista. Tal é a verdadeira base da intensa hostilidade respeitante à União Soviética e ao seu sistema tal como ele é depois de 1917, e a razão pela qual o nacionalismo independente no terceiro mundo, seja qual for o seu pendor político, é considerado como um vírus que deve ser erradicado» (5).

Dominação do terceiro mundo significa acesso fácil e seguro ao mercado, ao seus recursos e particularmente ao petróleo; a guerra do Golfo foi então a *Guerra do petróleo*. A contribuição de B. Carton lembra utilmente alguns dados essenciais (6): «No prazo de meio século o esgotamento progressivo do petróleo fácil acabará por ser uma realidade. Isto não quer dizer que não haverá mais petróleo mas sim que não haverá mais rendimentos petrolíferos a não ser os provenientes dos detentores das melhores reservas (o Médio-Oriente)».

Para manter o seu domínio sobre o petróleo do Médio-Oriente, as três grandes potências, França e sobretudo Grã-Bretanha e depois Estados Unidos, impuseram no passado a sua ordem, ou antes, a sua «desordem», pela força (Suez) ou pela diplomacia; é este o sentido da «Pax Americana» dos anos setenta no contexto de recessão das posições soviéticas na região (perda da aliança egípcia). Esta «pax» assenta em parte sobre a divisão dos árabes e na manutenção de regimes arcaicos e em outra parte sobre o apoio a Israel.

Ora, Israel não podia sem ajuda destruir o potencial militar iraquiano fabricado pelos ocidentais, tomava-se urgente para os Estados Unidos intervir (7) e para isso, recorrer a provocações (a atitude do Koweit não poderia aparecer senão como tal para os iraquianos).

Ao «satanizar» o Iraque (8), ao mesmo tempo muçulmano e ajudado pela URSS, permitiu-se além do mais a Israel uma safada da posição de acusado.

Por outro lado, a dependência americana relativamente ao petróleo estrangeiro não parou de crescer nos últimos anos e esta tendência acentuar-se-á segundo o plano energético 1990-2010.

O problema de acesso ao petróleo do Médio-Oriente transformou-se assim num problema crucial para os Estados Unidos. Guerra pelo petróleo (os dirigentes franceses já aliás o haviam cinicamente declarado desde Janeiro de 1991) (9), uma guerra ornamentada pela roupagem da honra e do direito, roupagens ou aparências como o demonstram François Rigoux e Gérard de Selys (10). O direito não é divisível e acomoda-se mal às manifestas distorções feitas aos textos onde encontra referência (na ocorrência a Carta das Nações Unidas); a ficção não foi aliás aceite por todo o mundo e as afirmações atrás citadas demonstram claramente que o direito não foi mais que um desprezível biombo para uso do cidadão manipulado. A ONU, segundo os autores, transformou-se numa máquina de guerra, as hipóteses de obtenção de um estatuto equilibrado para o Médio Oriente parecem ser um pouco mais remotas se considerarmos paralelamente o enfraquecimento das posições da OLP.

A obra contém a este propósito duas contribuições interessantes e comoventes: a de Abraham Serfaty, que se encontra ainda na prisão (o texto é de Novembro de 1990 retomado em Fevereiro de 1991), e a de Abou Iyad, primeira vítima da guerra (11). O primeiro lamenta o alinhamento da OLP a Saddam Hussein e, mais generalizadamente, a sua concepção «idealista e chauvinista da nação árabe», que lhe ditou em tempos uma estratégia terrorista pouco susceptível de cativar as opiniões públicas dos países avançados e a perseguir a busca de aliados árabes, mesmo que fossem reaccionários, pondo por oposição a estratégia do ANC sul-africano. Abou Iyad (a 11 de Setembro de 1991) precisa a posição da OLP: oposição à anexação do Koweit mas não condenação, que fecharia toda a possibilidade de interceder. Por outro lado a condenação do Iraque (por um certo número de países árabes entre outros) foi rapidamente transformada na base de uma intervenção estrangeira e todas as perspectivas políticas foram afastadas para os palestinianos depois da Primavera de 1991 (com a ruptura das discussões entre OLP e americanos tornadas secundárias) (12).

Para além da dedicação ao seu povo e à sua causa, que ambos pagaram muito caro, os dois homens partilhavam de um optimismo real: um sobre os direitos do homem em Marrocos, o outro sobre as hipóteses de evitar a guerra...

Para Ilan Halevy, da OLP, é a destruição do centro palestiniano que de hoje em diante é de recear: Yasser Arafat e Saddam Hussein foram reunidos na mesma desaprovação e é mais fácil atribuir as culpas à OLP e aos movimentos nacionalistas que procurar o caminho de uma «nova ordem» mundial.

Ora, novas revoltas contra esta ordem insuportável são de prever: «Explosões análogas vão produzir-se em muitas regiões do terceiro mundo, de uma forma ou de outra.» (13)

A Europa, essa, alinhou pelas posições americanas antes e durante a guerra. Dorothee Piermont (14) denuncia a sabotagem das propostas soviéticas pelos ministros dos Estrangeiros dos Doze. Então quando não existe mais a desculpa do afrontamento Leste-Oeste, este alinhamento é justificado pela esperança de partilhar o saque. Com variantes conforme os países: a Alemanha e a Grã-Bretanha não desejando, por razões aliás diferentes, desviar-se da posição americana, os franceses fazendo declarações de indepen-

dência na prática não seguidas. A tradução diplomática foi a ruptura das relações CEE-OLP. Rapidamente os instrumentos de integração e de intervenção das forças armadas europeias foram «reanimadas» ou criadas sob a égide da NATO enquanto se deslizava para o conceito de «dever de ingerência». Este desvio é tanto mais perigoso que a esquerda, mesmo a pacifista, é-lhe sensível (15)... O caso do Iraque é exemplar: o povo do Iraque conta os seus mortos, o balanço da guerra é mostruoso, Saddam Hussein está ainda no poder e os curdos mudam de tom (16)...

Confrontando os pontos de vista de progressistas e militantes do Norte e do Sul, este livro põe o mundo no seu lugar, ajudando à reflexão ele apela ao dever de vigilância e sobretudo de independência.

**Francine Perrot**

1. Contribuição de S. George, director associado do Transnational Institute d'Amsterdam, «O domínio do Sul pelo Norte, factor de guerra» (pp. 11-19).

2. N. Chomsky, «Após a guerra fria, a guerra real». (pp. 21-36).

3. S. Amin, «A Pax americana, uma guerra Norte-Sul» (pp. 37-47).

4. A Rússia de 1917 estava com feito numa quasi-dependência colonial do Ocidente.

5. N. Chomsky (p. 23).

6. B. Carton, «Grupo de pesquisa por uma estratégia económica alternativa, guerra pelo petróleo» (pp. 49-59).

7. S. Amin (p. 37).

8. I. Halevy, representante da OLP junto da Internacional Socialista.

9. P. 126, citação de declarações de Michel Rocard: «Sim, o petróleo joga um papel, que possibilitaria que Saddam Hussein possa, graças a uma intervenção armada, controlar 40 por cento das exportações de petróleo...» e de Lionel Jospin.

10. «O efeito Golfo desfaz a ONU», F. Rigoux (p. 63).

«A ONU máquina de guerra», G. de Selys (p. 69).

11. Abou Iyad, número dois da OLP foi assassinado em Tunis nas vésperas do eclodir da guerra.

12. Posição precisada e desenvolvida por I. Halévy «Israel ponta de lança de uma nova ordem» (p. 85).

13. S. Amin (p. 42).

14. D. Piermont, deputado dos «Verdes» da Alemanha, «Os pacifistas em uniforme» (p. 115).

15. «Os socialistas ladram, os pacifistas passam», M. Mourmerency (pp. 124-125).

16. «Quem são os inimigos dos Curdos», Selatin Erdem (p. 101).



# AS BOLSAS DEVIDAS

A falta de verbas no Ministério de Educação está a provocar uma situação de verdadeira ruptura na maioria das universidades portuguesas. Faculdades que ainda não iniciaram o ano lectivo, professores e restante pessoal com salários em atraso e cortes drásticos no financiamento ao apoio social, com canti-

Alunos universitários do Porto foram para a rua. Devem-lhes três meses de bolsas. Não havia dinheiro mas havia cacetetes... Hoje há *manif* em Lisboa



Daniel Santos, da JCP, afirma que a chamada «prioridade» dada à educação pelo Governo não passa de grossa mistificação

nas a aumentar os preços e as bolsas de estudo a não serem pagas, são apenas três verbetes de uma questão de fundo.

Para hoje, às 15 horas, está marcada uma concentração de estudantes na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas que se dirigirão ao Ministério da Educação. Oito direcções de Associações de Estudantes convocaram esta manifestação sob o lema «A Universidade está tesa! Para que não sejas tu a pagar!».

Um episódio lamentável veio agora reavivar aos olhos do público a questão: uma manifestação de bolseiros universitários que a semana passada ocorreu no Porto, durante a qual uma carga policial provocou cinco feridos, mostrou que os alunos querem recusar um papel passivo perante sucessivos atentados aos seus direitos. Mais de um milhar de alunos de faculdades do Porto estiveram nas ruas a exigir o aumento do montante das bolsas de estudo e o seu pagamento atempado.

Dois dias depois destes acontecimentos, os alunos da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa e da Faculdade de Arquitectura recusam-se a comer na cantina, protestando contra o aumento de 20 por cento no preço das refeições e em acto de solidariedade com os colegas do Porto. Um acto de solidariedade e de protesto que ao longo desta semana teve continuidade em outras faculdades. E os estudantes dizem que vão protestar mais até

conseguirem ver satisfeitas as suas reivindicações.

«Quem tem bolsas é quem sofre primeiro, sempre que o dinheiro falta», constata Daniel Santos, aluno da Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa e membro da Direcção Nacional da JCP, que nos deu conta da realização de uma reunião em Lisboa que ocorreu no dia seguinte aos acontecimentos na capital norteana e que junto as direcções das Associações de Estudantes da Escola Superior de Belas-Artes e das faculdades de Arquitectura, Psicologia e Ciências da Educação, Direito, Ciências e ainda Ciências Sociais e Humanas.

## Poucas bolsas más bolsas

«Na quarta-feira foi no Porto, amanhã pode ser em qualquer local do país», diz-se num comunicado saído dessa reunião (ver caixa) onde os estudantes acusam o Governo de se escudar «numa má aplicação da Lei de Autonomia Universitária» para concretizar «um progressivo processo de desresponsabilização por parte do Ministério da Educação relativamente aos problemas financeiros das Instituições do Ensino Superior».

Em Portugal o número de bolseiros é diminuto para a realidade social do país e o que recebem é muito pouco. O «Avante!» soube que o Ministério da Educação tem em previsão aumentos para

este ano dos montantes das bolsas que não vão além dos 34 mil e 500 escudos e isto só para os bolseiros de famílias que tenham um rendimento *per capita* inferior a 10 mil 399 escudos. Os alunos pretendem que para este escalão seja atribuído um valor igual ao ordenado mínimo nacional.

## Aumentar propinas

«A chamada autonomia é uma faca de dois gumes, ou seja, as universidades têm autonomia pedagógica e financeira, mas depois o Ministério não lhes dá as verbas necessárias e prometidas», diz Daniel Santos que receia que a insustentabilidade da situação leve as administrações das diversas faculdades a recorrer ao mais fácil para «arranjar» mais uns dinheiros: aumentos substanciais nas propinas (que Cavaco Silva em recente entrevista televisiva anunciara como medida necessária), nos preços das refeições e das residências para estudantes, cortes nas bolsas.

É o caso da chamada Uni-

versidade Clássica de Lisboa, que já aumentou os preços das refeições e das residências enquanto as bolsas mantêm os mesmos valores de outros anos.

Outro exemplo é a Faculdade de Economia da Universidade Nova onde os alunos estão a pagar propinas elevadíssimas em relação aos seus colegas.

Os serviços sociais já divulgaram uma nota onde afirmam que progressivamente os preços das refeições das cantinas irão chegar ao preço de custo. Para já os aumentos foram de vinte por cento (de 180 para 220 escudos e cerca de 300 escudos ao domingo) o que os estudantes contestam até porque a qualidade e quantidade de instalações e refeições é de nível inferior.

## A «prioridade» nacional

«Porque havemos de ser nós a pagar os custos da autonomia?», pergunta o dirigente juvenil que lembra as afirmações governamentais sobre a «prioridade nacional» que seria a política de ensino: «Na prática não é nada disso, pois todos os anos o

orçamento de Estado não atribui verbas suficientes para as universidades apesar de estas constantemente alertarem para esse facto».

E a falta de dinheiro leva a situações ridículas e degradantes: «Corta-se no papel higiénico, as lâmpadas fundem-se e não são substituídas, as empresas de limpeza não são pagas e deixam de trabalhar».

A fase seguinte, quando o dinheiro continua a faltar, é então o corte do pagamento de bolsas: «É uma situação generalizada no país, tenho colegas meus dos Açores que estudam em Lisboa com bolsas pagas pela Universidade dos Açores - não recebem há três meses. Outro exemplo é a Universidade Técnica que agora paga só um terço do total das bolsas».

E mesmo em situações «normais», com o dinheiro a chegar regularmente, há muitas faculdades onde 95 a 98 por cento do dinheiro que entra tem de ir imediatamente para o pagamento de salários. Do que resta, quase tudo vai para despesas de pura manutenção do funcionamento e uma ínfima parte vai então



A falta de verbas está a afectar toda a vida universitária do país. Começou por não haver papel higiénico, agora já não se pagam bolsas de estudo e há salários em atraso

para a compra de materiais e investimentos em infra-estruturas.

«E fala o Governo em rentabilização das verbas! Pois

se não há verba alguma para rentabilizar...». E Daniel Santos conclui: «Estamos a chegar a uma situação similar ao tempo do fascismo - as

famílias mandam o filho mais velho estudar e os outros terão que ir trabalhar porque o dinheiro para os estudos não chega para todos!».

## Universidades à beira da ruptura

Na véspera dos acontecimentos no Porto, o secretariado da Direcção Central do Ensino Superior (DCES) da

JCP manifestava diversas preocupações sobre a situação das universidades portuguesas, considerando-se esta

tarem «à beira da ruptura» e analisando-se negativamente as recentes alterações verificadas ao nível do apoio social

no Ensino Superior. Este organismo da JCP chamava a atenção para a situação existente consideran-

do «inadmissível que num país onde se apregoam "os êxitos e advenços da política do Governo PSD" e em que a Educação é sistematicamente por ele apontada como uma prioridade, existam escolas que ainda não tenham iniciado a sua actividade e outras se deparem com a situação de indisponibilidade financeira para fazer face aos encargos mais elementares (água, electricidade, higiene, etc.)».

A DCES acusa o Governo de ter como objectivo a asfixia financeira do ensino superior público e de desrespeitar a Lei de Autonomia Universitária.

Sobre as declarações do ministro da Educação, que prometera o desbloqueamento de verbas para Novembro e subsídio de Natal, considera-se que elas revelam «a irresponsabilidade com que o Governo encara o problema, como se as Universidades pudessem funcionar na incerteza da situação até final do ano lectivo» e exigindo-se do executivo o cumprimento das suas obrigações, garantindo verbas para o funcionamento

normal das universidades públicas.

«Que apoio social neste "país de sucesso?"» é uma interrogação da DCES que considera inadmissível que o Conselho de Acção Social do Ensino Superior (CASES) tenha aprovado o aumento dos preços das refeições nas cantinas e das residências: «esta medida afecta negativamente os estudantes, principalmente os de mais fracos recursos, e revela uma orientação por parte do Governo PSD de crescente elitização do Ensino Superior».

«As bolsas foram aumentadas, mas se atendermos à sua quantia írisória, ao injusto sistema da sua atribuição e ao reduzido número de estudantes por elas contemplados, verifica-se que não é com esta medida que se minoram os graves problemas de injustiça social que, ano após ano, se fazem sentir com maior intensidade», diz ainda o DCES que este é «um dos mais injustos sistemas de apoio social da Europa» apelando à mobilização e desenvolvimento da luta estudantil para alterar as medidas do Governo.

## Sr. ministro, como é que vai pagar?

Duas perguntas ao ministro da Educação, Diamantino Durão, sobre os atrasos nos pagamentos das bolsas aos estudantes da Universidade do Porto: «Como explica tão lamentáveis atrasos? Como tenciona pôr-lhes cobro e garantir que não se repitam?» A questão é posta por Luís Sá, na sua qualidade de deputado do PCP, em requerimento que este partido apresentou na Assembleia da República, no dia seguinte à manifestação de estudantes e à carga policial no Porto.

No mesmo dia os comunistas haviam apresentado uma proposta de audição parlamentar sobre os factos ocorridos, que resultaram em cinco feridos e quatro detenções, considerando que «nos termos em que se verificou, a intervenção policial afigurava-se manifestamente despropositada (considerando o comportamento pacífico dos estudantes) e violadora dos

direitos e garantias dos cidadãos».

A proposta do PCP requera presença do ministro da Administração Interna para esclarecimento e apuramento de responsabilidades para uma audição parlamentar através da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

No próprio dia da manifestação a JCP e a DORPorto do PCP condenavam em comunicado a carga policial e exigiam o reforço de verbas para o Apoio Social.

Entretanto, o provedor de Justiça, Mário Raposo, manifestou a sua preocupação perante a possibilidade da polícia ter «exagerado» na sua intervenção dizendo mesmo que pelo que lera nos jornais teria «uma ideia muito má sobre a actuação dos agentes policiais».

Depois destas opiniões, o ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, anunciou então que se realizaria um inquérito aos acontecimentos.

Segundo os relatos na imprensa, os estudantes concentraram-se na quarta-feira da semana passada frente às instalações dos Serviços Sociais, na Rua da Boa Hora no Porto, reclamando o pagamento das bolsas de estudo em atraso e os incidentes terão começado quando o vice-presidente dos Serviços Sociais, João Carvalho, anunciou aos estudantes que as bolsas de Outubro só seriam pagas em Novembro e que as de Setembro não seriam pagas.

Nessa altura a PSP começa a actuar pretendendo dispersar a manifestação, o que os estudantes recusaram uma vez que a sua reivindicação não estava a ser satisfeita.

Ocorre então uma carga policial com as consequências já descritas.

O comandante da esquadra da Cedofeita, José Macanjo, que trajava à civil, é acusado de ter agredido um manifestante com uma barra de ferro o que terá levado o próprio Comandante-Geral da PSP a instaurar um inquérito à actuação policial.

Mas a condenação da actuação policial, caso se justifique, não pode escamotear o problema principal: a falta de dinheiro nas universidades, a redução drástica de verbas, as bolsas que não pagam. A responsabilidade é governamental.

Uma responsabilidade que seria menor se no momento da aprovação do Orçamento de Estado para 91 tivesse sido aceite uma proposta do grupo parlamentar do PCP que previa um reforço de quatro milhões de contos para o ensino universitário público.

## Estudantes não pagam autonomia

Diversas associações de estudantes tomaram posições de solidariedade com os seus colegas no Porto. Em Lisboa, no dia seguinte aos acontecimentos, houve uma reunião de diversas direcções de associações de estudantes para programar acções de luta nas universidades. Daí saiu um comunicado que transcrevemos na íntegra.

«As Direcções das Associações de estudantes da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, Faculdade de Arquitectura de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa, Faculdade de Direito de Lisboa, Faculdade de Ciências de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa vêm desta forma solidarizar-se com os colegas da Universidade do Porto, que na passada quarta-feira, dia 20, foram brutalmente agredidos enquanto se manifestavam pacificamente, exigindo o aumento do montante das bolsas de estudo, o seu pagamento atempado (verificando-se já um atraso de três meses) e protestando contra o acréscimo do preço das cantinas e residências (mais de 30 por cento)».

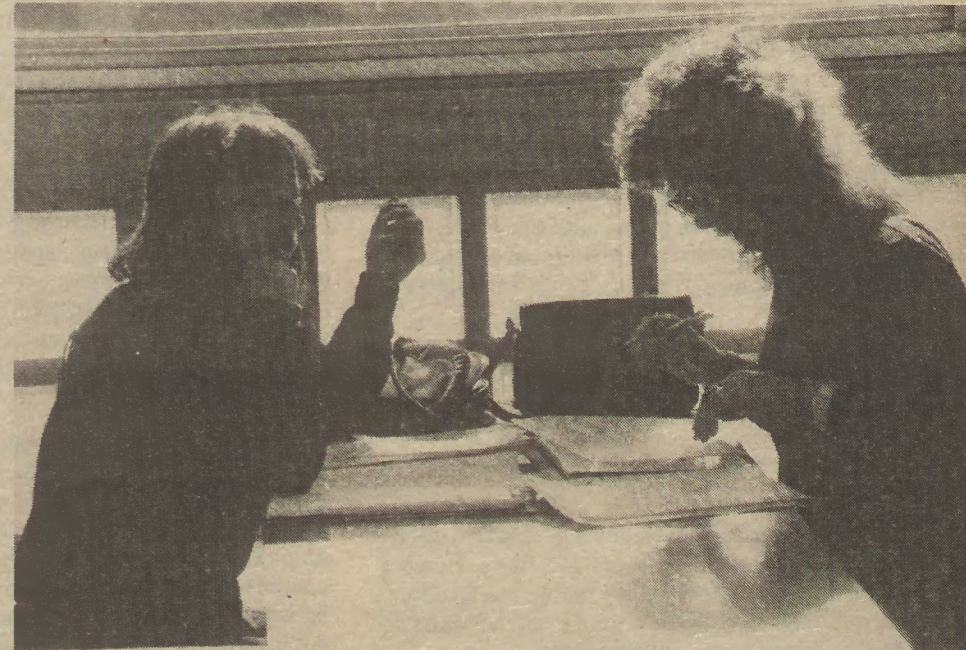
«Na quarta-feira foi no Porto, amanhã pode ser em qualquer local do país».

«A oconência de tais actos de violência é tanto mais grave e reprovável, quanto se tratava de uma situação em que os estudantes nada mais exigiam do que a satisfação dos seus direitos».

«Apesar de não podermos esquecer estes lamentáveis incidentes, importa frisar que eles não são mais do que um reflexo da degradação a que chegou o Ensino Superior Público».

«Na verdade, vive-se actualmente uma situação de ruptura que afecta as Universidades em geral, como é provado pelo encerramento de várias Faculdades e o deficiente funcionamento das restantes».

«Tudo isto se deve a um progressivo processo de desresponsabilização por parte do Ministério da Educação relativamente aos problemas de financiamento das Instituições



do Ensino Superior Público, escudando-se numa má aplicação da Lei de Autonomia Universitária».

«Conscientes da gravidade das questões recentemente levantadas pelos três Reitores das Universidades de Lisboa (falta de verbas para assegurar em tempo útil o pagamento das despesas de manutenção e pessoal), mas não querendo deixar de expressar o carácter globalizante das suas preocupações, os estudantes:

- Rejeitam a hipótese de virem a constituir solução para estes problemas, nomeadamente através do aumento das propinas no sentido da aproximação do custo real do ensino».

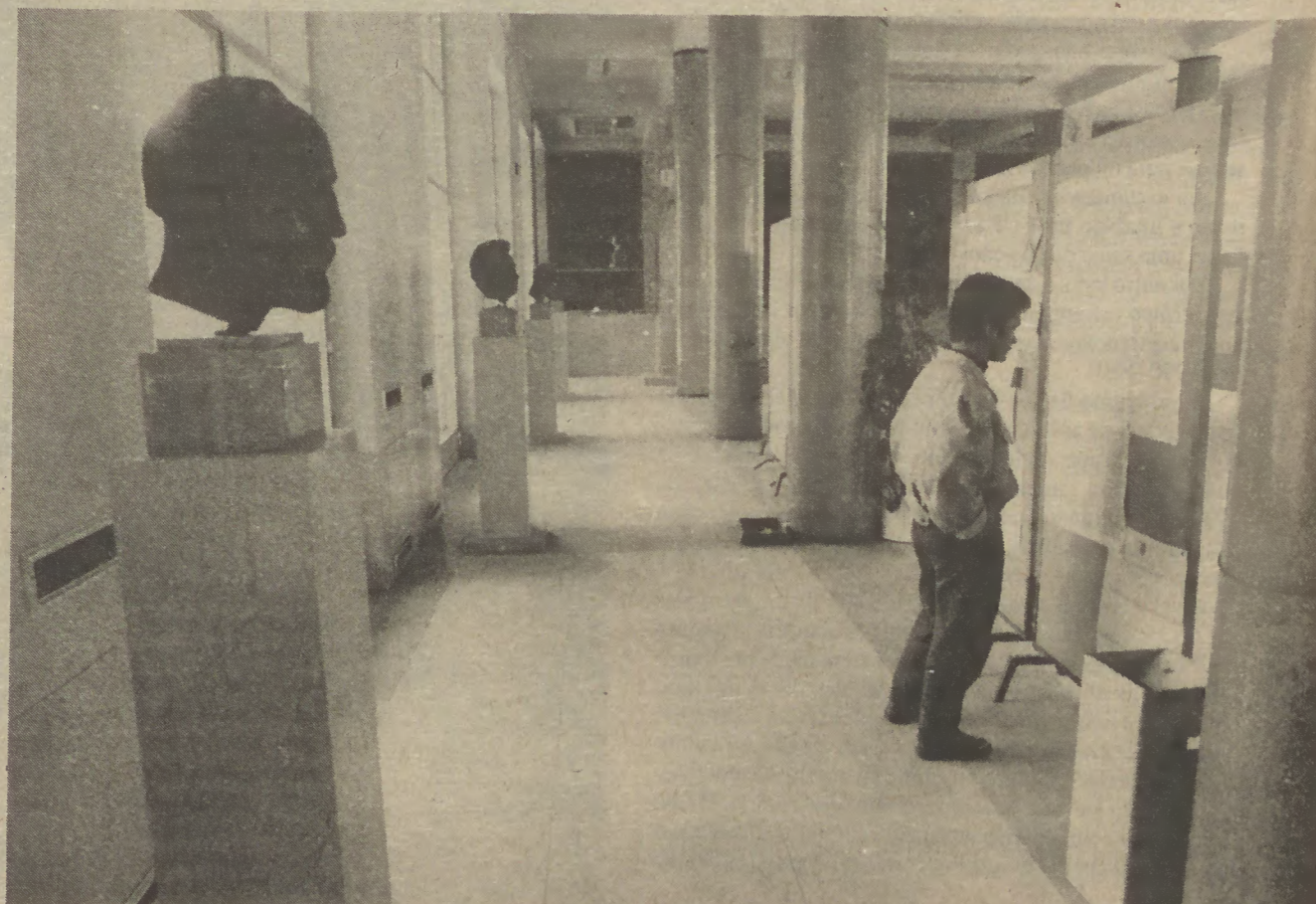
- Alertam também para as recentes alterações verificadas ao nível do Apoio Social Estudantil no que diz respeito a:

- 1 - Cantinas, pelo ajustamento progressivo ao preço real das refeições, traduzido no recente aumento; falta de qualidade e quantidade de instalações e refeições;
- 2 - Residências, cujas condições de funcionamento se degradam, ao mesmo tempo que os preços aumentam;
- 3 - Bolsas de Estudo, que apresentam capitões inadéquadas à realidade social do país e montantes que, além de manifestamente reduzidos, não são pagos (total ou parcialmente); ou prolongamento das bolsas anteriores, já desajustadas».

«Basta de repressão!»

«Basta de injustiças!»

«Os Estudantes não podem pagar a autonomia.»



Ensino só para alguns parece ser uma realidade que se pretende consumir



## Política do Governo para a Juventude

# Velhas receitas novas exigências de intervenção

O Programa do Governo acabado de ser aprovado pela maioria do PSD na Assembleia da República, tal como a sua estrutura e métodos reflectem a continuação de uma política que não dá efectiva resposta aos problemas dos jovens e à concretização das suas aspirações.

**1** Tomando consciência da força social da juventude, do seu potencial de intervenção e luta e de que a política de direita não resolve os problemas essenciais dos jovens, o PSD tirou conclusões sobre o problema que a acção juvenil pode constituir para a sua política.

Assim, os governos do PSD sozinho têm baseado a sua intervenção junto da juventude numa grande operação de propaganda e encenação sobre a resolução dos problemas dos jovens. Assente em palavras, mas também em múltiplos programas, acções e estruturas, indo ao encontro de motivações e absorvendo necessidades de participação, a chamada política de juventude do PSD praticada nos últimos anos não resolveu de facto os problemas dos jovens, mas contribuiu para esconder a situação real da juventude, pretendeu dar a imagem duma política eficaz e inovadora, tentou abafar descontentamentos e atenuar tensões, procurou envolver e controlar o movimento juvenil e visou neutralizar politicamente, ou mesmo captar, os jovens para o apoio à política de direita.

É um facto que esta política, associada a uma conjuntura económica externa extremamente favorável e a um conjunto de circunstâncias políticas, criou condições para que, apesar duma situação difícil na vida de importantes sectores juvenis, também na juventude o PSD tivesse tido uma elevadíssima expressão eleitoral.

Tal êxito eleitoral não significa que a maioria dos jovens que se associaram ao PSD em 6 de Outubro tenham feito uma opção de fundo pelas suas opções políticas e ideológicas. Não significa que esta política propagandística junto da juventude tenha no futuro, sobretudo no quadro duma conjuntura diferente, em que os problemas assumam maior agudeza, fatalmente os mesmos resultados. Não significa, acima de tudo, que a política do PSD para a juventude seja correcta e tenha contribuído para a resolução dos problemas essenciais dos jovens, como a situação actual está a comprovar.

**2** Passadas as eleições, substituída no discurso governamental a «democracia de sucesso», pelos «tempos difíceis», a realidade impõe-se, os problemas aparecem com a sua real dimensão e do Governo surgem velhas receitas e a mesma encenação dos últimos anos.

- Na estrutura do Governo, o ministro da Juventude, criado quando da remodelação de 1990, para o período eleitoral e que nunca passou de ministro da propaganda, foi agora, após as eleições, quando a premência da propaganda diminuiu, formalmente eliminado, ficando a juventude ao nível de secretário de Estado. Mas se houve mudança na definição da estrutura e nas pessoas o estilo não mudou. Antes, o chamado ministro da Juventude passava o tempo a apresentar-se como o defensor dos jovens no Conselho de Ministros, agora, o secretário de Estado vem dizer que se vai «esgatanhar» na defesa dos interesses dos jovens. O mesmo paternalismo. A mesma encenação. A mesma falta de intervenção real na resolução dos problemas dos jovens.

- Outro elemento revelador é o Programa do Governo, que, para além de não apresentar novidades, está cheio de formulações vagas e não dá garantias de caminhos para a concretização das aspirações juvenis.

O Programa do Governo não dá resposta aos problemas dos jovens no emprego e na formação profissional: ao acesso ao emprego com justa remuneração e direitos; à protecção no desemprego, nomeadamente aos jovens à procura do 1º emprego; à instabilidade no emprego agravada com a aplicação do Pacote Laboral, situação em que estão milhares de jovens em trabalho à tarefa, à peça, à hora, ao domicílio, em sistemas de aluguer de mão-de-obra, admitidos à experiência, ou com recibos verdes; à ausência de

segurança social, de seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais, a prejuízo nas férias e outros direitos e à elevada taxa de sinistralidade dos jovens no trabalho que afecta de forma particular os jovens em situação de emprego precário. Estes gravíssimos problemas são definidores da situação dos jovens face ao emprego.

As medidas apontadas no Programa do Governo, na continuação da política anterior não estão voltadas para os resolver. São limitadas, pontuais, apenas dirigidas a sectores restritos e baseadas em programas de inserção na vida activa que significam a substituição do emprego por esquemas temporários, de carácter precário e fomentam a criação de ilusões de que cada jovem pode resolver pela sua iniciativa a sua situação de emprego.

Na área da educação, a política dos últimos anos orientada pelo critério do lucro, selectiva e elitista conduziu à manutenção e acentuação de graves problemas, como: o agravamento de carências nas escolas (salas, instalações desportivas, cantinas, salas de convívio, bibliotecas, aquecimento, transportes escolares, pessoal auxiliar e segurança nas escolas e acessos); os elevados níveis de insucesso escolar em todos os graus de ensino; o agravamento das injustiças no acesso ao ensino superior com a continuação do «numerus clausus» no ensino público e a PGA, deixando mais de metade dos candidatos fora do ensino superior; o insuficiente apoio social escolar; a eminente ruptura do financiamento do ensino superior com Faculdades encerradas, outras em risco de o serem, e a funcionarem em situações de extrema carência com consequências na qualidade do ensino, (falta de instalações, pessoal docente, meios auxiliares de investigação e ensino, aumento reduzido e atraso no pagamento de bolsas, agravamento de custos e deficiente qualidade de cantinas e residências). Tal política deixou também ameaças de aumentos brutais de propinas, de alteração do sistema de apoio social com o perigo da sua substituição por esquemas de empréstimos e de negativos esquemas de avaliação das instituições do ensino superior.

O Programa do Governo não dá resposta a esta situação, deixa preocupações quanto ao prosseguimento de medidas extremamente negativas e quanto a um problema de particular importância - o sistema de acesso ao ensino superior e a extinção da PGA - nada refere.

Tal ausência, depois da JSD ter agitado o fim da PGA na campanha eleitoral e o facto de os seus elementos na Assembleia da República terem votado favoravelmente o Programa do Governo sem que sequer tivessem feito uma pergunta ao Governo sobre a matéria, é sintomática da falta de seriedade das suas propostas e comportamento político, e pode significar o propósito da manutenção da PGA nos próximos anos.

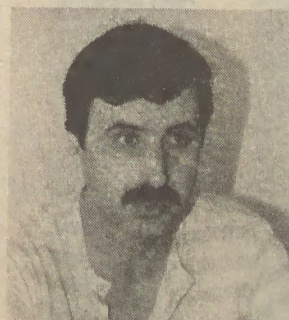
No plano da política de habitação em que a acção governamental dos últimos anos conduziu a grande carência de fogos, a rendas incomportáveis, elevadas entradas e prestações mensais de dezenas de contos, para compra de casa própria sem qualquer correspondência com a situação social dos jovens (desemprego, instabilidade de emprego, baixos salários, início de carreira profissional), o Programa do Governo não enuncia nada que aponte para o verdadeiro ataque ao problema. Colocando como base da política de habitação o mercado de arrendamento (a promessa de estabelecimento de subsídios de renda, sem definição de valores adequados às necessidades dos jovens não é garantia de acesso a casas arrendadas), e apesar das referências a apoios à construção a custos controlados (não promoção do próprio Estado a custos controlados) e da mais que equívoca afirmação de aperfeiçoamento do crédito bonificado, sempre em aperfeiçoamento mas nunca dando resposta às necessidades da maioria dos jovens, o Programa dá bem a ideia de que o acesso à habitação para os jovens não está de facto no horizonte da acção do Governo.

Noutros planos, como o serviço militar, o acesso à saúde, à cultura e ao desporto, o combate à marginalidade, à delinquência e à droga, as medidas preconizadas são insatisfatórias e em vários casos negativas, sendo de destacar:

- a falta de referência à melhoria das condições de prestação, aos direitos dos jovens no serviço militar e à exigência de segurança que tem estado em foco nos últimos tempos com a morte de vários jovens na instrução de comandos;

- a falta de resposta à necessidade da educação sexual nas escolas de importância para a vida dos jovens e essencial na prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente a Sida;

- uma abordagem ao combate à droga na linha de outras nos últimos anos que só por si não dá garantia duma política coordenada de prevenção (informação, tratamento para re-



**FRANCISCO LOPES**  
Membro  
da Comissão Política  
e do Secretariado

«O Programa do Governo, para além de não apresentar novidades, está cheio de formulações vagas e não dá garantias de caminhos para a concretização das aspirações juvenis»

cuperação física e reinserção social dos jovens toxicodépendentes) e de combate ao tráfico, particularmente se tivermos em conta que a seguir à reorganização do Projecto Vida em 1990 anunciada para lhe dar mais eficácia - o Governo procedeu a um radical corte de verbas que lhe reduziu bastante a capacidade de intervenção.

Aspecto significativo do Programa do Governo é ainda a orientação face ao movimento juvenil. Subjacente à criação duma rede nacional de infra-estruturas ditas de apoio aos jovens, que sem dúvida tem interesse, e poderia ser fortemente impulsionadora da sua iniciativa está o propósito de a utilizar para o envolvimento e controlo do movimento juvenil. Tal orientação, é também bem expressa no Programa do Governo quando diz: «o protagonismo dos jovens e das organizações da juventude na tomada de decisões será reforçada através do alargamento do Conselho Consultivo da Juventude e do reforço do seu papel como órgão institucional...». A ausência de referência ao papel do Conselho Nacional de Juventude - CNJ. A não explicitação da necessidade de democratização do funcionamento do CCJ e de alterações à sua composição com o reforço substancial de organizações juvenis representativas, quando se sabe que esta estrutura tem sido nestes anos uma câmara de eco das posições do Governo com um funcionamento antidemocrático e uma composição governamentalizada. Tornam a referência ao protagonismo dos jovens a partir do CCJ, caricata e bem reveladora do menosprezo pela opinião dos jovens e das suas organizações presente na concepção governamental das relações com o movimento juvenil.

**3** Conscientes da situação dos jovens e das consequências da continuação duma política que não dá resposta aos seus problemas e aspirações. Baseados num projecto de política alternativa para a juventude. Tendo presente as grandes potencialidades de acção juvenil bem expressa nos movimentos de luta dos últimos tempos em torno do apoio social e da ruptura do financiamento de estabelecimentos do ensino superior e no amplo movimentos de solidariedade como o povo de Timor-Leste. Coloca-se às organizações e militantes do Partido a todos os níveis a necessidade duma intervenção mais activa: no apoio à acção dos jovens com a sua reflexão, análise, criatividade, vontade e afirmação próprias; no estímulo à dinamização do movimento, iniciativa e luta juvenil; no aumento da influência do Partido e no fortalecimento da Juventude Comunista Portuguesa.

### Rectificação

Devido a um lapso de processamento informático dos textos do último número do «Avante!», o artigo publicado na pág. 22 sob o título «Algumas questões actuais sobre a contribuição dos comunistas para o reforço do movimento sindical» é, como certamente os leitores se terão apercebido, o mesmo que, com o mesmo título, foi publicado na pág. 21 da edição do «Avante!» de 31 de Outubro.

O artigo de Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, que estava destinado a publicação no passado número é o que se inclui nesta página.

# A Administração Interna no programa do Governo

Muito se tem escrito, dito e redito acerca da composição «surpreendente» da equipa governamental para a Administração Interna.

É ponto assente que o facto do (auto) considerado número três do PSD, Dias Loureiro, ter assumido a liderança deste sector da política governamental se prende com o objectivo de manipular a expressão eleitoral do país em benefício próprio, utilizando uma qualquer engenhoca legislativa.

Dias Loureiro foi escolhido por Cavaco como o homem certo para figurar na «história», protagonizando mais uma maquiavélica preversão da democracia portuguesa, ainda que esteja também previsto um lugar (de rodapé) para os dirigentes do PS se vierem a viabilizar o peculato.

Não parece entretanto que seja essa a única justificação para uma equipa governamental bem mais ambiciosa e, provavelmente, bem mais perigosa para a democracia que as duas anteriores.

Para trás ficou o vezo repressivo de Silva Peneda, derrotado pelos polícias em 21 de Abril de 89, e o cinzento clientelar de Manuel Pereira, que se despediu (ou foi despedido) em afrontamento com a GNR.

Para o futuro adivinha-se, para além do consumir do crime anunciado contra as leis eleitorais democráticas, uma política de Administração Interna enformada por adjetivos como «moderna», «agressiva», «inovadora», «europeia», «mediática», etc., mas que, no essencial, repisará práticas antigas: procurando tornar mais eficaz o controlo ministerial sobre uma das áreas mais sensíveis e, desde sempre, mais governamentalizadas do aparelho de Estado; utilizando «novos métodos» para cercar as liberdades dos cidadãos em geral e, em particular, dos agentes das forças de segurança; visando a «gestão da segurança» numa estrita perspectiva de classe e não a resolução dos principais problemas da criminalidade e das causas da marginalidade e insegurança das populações.

## Uma curiosidade

Ainda antes de irmos ao concreto, na análise do Programa do Governo, vale a pena dar nota duma curiosidade.

É o facto de entre o programa eleitoral do PSD e o Programa do Governo se registarem diferenças consideráveis.

Naturalmente que, se confrontado com essas diferenças, o Governo não as imputará a qualquer contribuição da oposição.

Pelo menos é claro que, durante a elaboração e discussão do seu Programa, o Governo não deu notícia de ouvir, ou sequer de querer ouvir, as opiniões e críticas.

Donde as alterações introduzidas, e que foram bebidas dos programas eleitorais do PS e sobretudo do PCP, não são a natural e (impor-se-ia) reconhecida consideração e introdução de opiniões de origem diversa, mas prefiguram tão-só a prática dum delito de plágio.

Do programa eleitoral para o Programa Governamental do PSD verificam-se nomeadamente:

- introdução da República Portuguesa (retirada do programa eleitoral do PCP);

- reconhecimento da importância da acção preventiva no combate à criminalidade (retirado do programa eleitoral do PCP);

- chamada de atenção para a importância da ligação entre as Forças de Segurança e as populações, no combate à marginalidade e criminalidade (retirada do programa eleitoral do PCP);

- referência às necessidades de melhorar a operacionalidade e organização das Forças de Segurança e as condições de vida e trabalho dos seus agentes (retirada do programa eleitoral do PCP);

- referência à importância da formação e preparação dos agentes das Forças de Segurança (retirada dos programas eleitorais do PS e PCP).

E a lista poderia continuar por mais umas dezenas de linhas, tal a dimensão do plágio.

Por parte do PSD, justiça seja feita, não constitui novidade este exercício de subtrair aos programas políticos que lhe são desafectos, ideias e propostas, entretanto cuidadosamente despidas do conteúdo e retiradas do contexto. Mas a desonestidade e despudor da manobra é sempre surpreendente.

## Principais traços negativos

É possível agrupar as deficiências mais graves do Programa do Governo na área da Administração Interna em cinco grupos de questões.

Em primeiro lugar o Programa do Governo nada diz sobre o papel do desenvolvimento socioeconómico e da melhoria das condições de vida dos cidadãos, nomeadamente dos sectores mais desfavorecidos, na contenção e prevenção da marginalidade e delinquência.

Fenómenos como as injustiças sociais, o desemprego, a falta de oportunidades para a juventude, ou a corrupção, não merecem referência no Programa, que se fica pela firmeza contra «a diluição da autoridade» e pela «adopção de esquemas de actuação preventivos» que não passam do «recurso a campanhas de educação cívica» nas escolas e «áreas circundantes dos estabelecimentos de ensino».

É bem pouco, de eficácia muito reduzida e traduz uma incapacidade estrutural deste Governo o furtar-se a encarar o problema dos «ghetos» de miséria social e moral, que se espalham na área da grande Lisboa e grande Porto e onde se acumulam quase 70% de criminalidade.

Um segundo aspecto, substancialmente gravoso no Programa do Governo é o da concepção repressiva da relação entre as Forças de Segurança e as populações, da não consideração das principais reivindicações de segurança e tranquilidade públicas e da opção por esquemas de «segurança privada».

A relação entre as Forças de Segurança e as populações é encarada como «devendo estar na base duma adequada política para o sector», mas depois tudo se resume «à formação dos agentes... e prática de acções de informação pública», isto é, em momento algum se admite a interacção de Forças de Segurança, órgãos de poder autárquico, instituições judiciais, populações, juventude, etc., na procura de soluções cautelares ou de resposta aos problemas.

O Governo demonstra assim o seu acentuado receio de perder capacidades repressivas.

Por outro lado nada se diz sobre as centenas de pedidos de reforço de policiamento ou de novas instalações policiais, formuladas por populações de todo o país. Mas, curiosamente ou talvez não, fala-se de «rever a regulamentação da actividade das empresas privadas de segurança», certamente não para impedir a sua expansão em áreas da responsabilidade das Forças de Segurança, mas precisamente, no sentido de lhes atribuir lucrativas potencialidades de efectivar a segurança de quem a pode pagar.

Um terceiro aspecto, que, tal e qual se expressa, pela imprecisão quanto aos métodos a seguir torna previsíveis objectivos e práticas acentuadamente governamentalizadores, é a intenção de «repensar a estrutura e melhorar as atribuições das Forças de Segurança».

Numa matéria de tamanha sensibilidade, o Governo devia garantir a audição da Assembleia da República, a realização de um debate nacional e a consulta aos profissionais das Forças de Segurança.

Era também indispensável que estabelecesse parâmetros à reestruturação a empreender e às suas implicações na Lei de Segurança Interna, nomeadamente: o estreitamento do controlo institucional e democrático da área da segurança interna, a definição do carácter civilista das Forças de Segurança e sua dependência relativamente ao Ministério Público, a defesa e salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e a contenção das medidas de polícia e dos corpos especiais e de intervenção ao estritamente indispensável.

Mas o Governo nada diz sobre tais assuntos e remete-nos para ideias gerais sobre «resposta articulada», «aperfeiçoamento... e optimização... da colaboração entre as Forças de Segurança», «cooperação bilateral e multilateral» e finalmente «reestruturação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e... da Guarda Fiscal».

Aliás, o programa do Governo não diz uma palavra que tranquilize os profissionais respectivos que, sobretudo na Guarda Fiscal, têm boas razões para temer os desenvolvimentos da política governamental.

Finalmente, relativamente aos Serviços de Informações, o Governo limita-se a falar de modernização e coordenação nada adiantando sobre o uso e abuso dos seus absolutos poderes de maioria governamental, pese embora tanto o PS como o PCP, nos respectivos programas eleitorais, colocarem a necessidade de revisão da respectiva legislação, defendendo o PCP a reformulação do controlo parlamentar sobre esses serviços e o respeito pela privacidade e liberdade dos cidadãos.

Um quarto aspecto a merecer destaque, pela negativa, no Programa do Governo, é o que diz respeito às relações e cooperação internacional.

Além da «cooperação» e «modernização» preconiza-se a «articulação com os serviços análogos de outros países comunitários» e informa-se que «se procederá à instalação do Centro Nacional do Sistema de Informação Schengen».

É superficial, não defende devidamente os interesses nacionais e levanta questões de legitimidade duvidosa.

É superficial quando nada diz sobre os perigos de incremento da criminalidade organizada a partir de 1 de Janeiro de 1993, em consequência do Acto Único Europeu e nada preconiza de concreto relativamente à coordenação com forças e serviços estrangeiros, no combate ao tráfico de drogas e às multinacionais do crime.

Não defende os interesses nacionais quando esconde as intenções do Governo relativamente a projectos, originários das grandes potências da comunidade, para a criação duma superpolícia europeia, com competências do tipo federal, mais ou menos extensivas aos diversos países.

Seria bem mais positivo se o Governo assumisse uma posição clara de discordância com esses projectos e, preconizando muito embora a indispensável coordenação internacional no combate ao crime, recusasse a participação portuguesa em Forças de Segurança multinacionais e garantisse a independência e autonomia das nossas forças.

Por outro lado, relativamente ao sistema de informação Schengen, que permitirá a breve prazo, em tempo real, obter toda a informação constante de quaisquer ficheiros públicos, sobre qualquer cidadão, de qualquer país da Europa Comunitária, há todas as razões para temer que a utilização de tamanho potencial de informação consubstancie uma efectiva violação da liberdade e privacidade dos cidadãos, injustificável e ilegítima à luz de diversos ordenamentos legais nacionais e europeus.

Finalmente o quinto aspecto muito negativo do programa do Governo do PSD/Cavaco Silva é o tratamento dispensado aos direitos e regalias dos profissionais das Forças de Segurança. Nada consta além da «melhoria das condições de trabalho e de vida dos agentes».

Nos dias de hoje, face ao significado político que assume a luta dos agentes da PSP pelo direito ao sindicato, face à amplitude da solidariedade para com essa luta e à realidade e legalidade comunitária que só o PSD teima em não ver, a atitude expressa no Programa do Governo - como se o problema não existisse - só não é absurda porque traduz uma obstinação tão assumida, como condenada à derrota.

É também significativo que o Governo não tenha uma palavra sobre o reconhecimento dos direitos associativos socioprofissionais, que entretanto se têm vindo a desenvolver nas outras Forças de Segurança o que, uma vez obtido o necessário estatuto civilista destas forças, implicará igualmente direitos sindicais.

Por outro lado, a desatenção aos problemas efectivos desses agentes, que carecem de solução: carreiras, horários, vencimentos, subsídios, instalações, etc., é mais uma demonstração do afunilamento da política deste Governo em estreitos interesses de classe, voltados contra os trabalhadores.

## Duas ideias finais

Muitos outros aspectos do Programa do Governo para a área da Administração Interna mereceriam referência, como, por exemplo, as concepções centralistas e governamentalizadoras expressas para a Protecção Civil, mas, no fundamental a situação está caracterizada.

Perfila-se da parte do Governo uma prática política autocrática e governamentalizadora, ainda que, dinâmica e demagógica.

Tratando-se de uma área de grande sensibilidade política, com profundas implicações na segurança e liberdade dos cidadãos, é imperioso não subestimar as dificuldades e perigos decorrentes dessa política governamental.

Mas é possível e há condições para lhe fazer frente: na Assembleia da República, no Poder Local, no esclarecimento das populações e na luta de massas.



# Estatutos e democracia partidária

**1.** As declarações de José Barros Moura no passado sábado no Forum Picoas adquirem particular interesse ao assinalarem um clarificar de posições (vale dizer, para alguns casos, um inverter de posições) de evidente utilidade para o debate político em torno das decisões tomadas pela CCCQ do CC do PCP e ratificadas pelo Comité Central. O anúncio da actividade no sentido de criação de um novo partido, afirmações quanto ao que deverão ser os princípios e objectivos dessa actividade, apelos e análises de índole diversa, anúncio de apoios grangeados e de trabalhos preparatórios há muito desenvolvidos são outros tantos temas a merecer cuidada análise a que se procederá. Igualmente se justificaria interrogar, face aos violentos e depreciativos comentários e juízos agora formulados pelo orador quanto ao PCP, como se explicaria a sua afirmada intenção de nele permanecer. Mas, entretanto, num primeiro momento, justifica-se uma imediata atenção quanto ao presente, quanto ao que é dito sobre a decisão disciplinar tomada pelo PCP, quanto à sua análise política. E é forçoso reconhecer que a sessão do Forum Picoas trouxe não apenas novos elementos, como eles são particularmente esclarecedores.

**2.** Até à data, Barros Moura e as pessoas que se identificam com a sua actuação, afirmaram categoricamente que se assistia no PCP a uma perseguição por delito de opinião. O «crime» de que os críticos seriam acusados era o de terem pontos de vista diferentes dos da maioria do Partido ou, na sua terminologia, dos da Direcção do Partido. Nada mais havia, a invocação de quebras de disciplina, de violações estatutárias, etc., mais não seriam do que puros pretextos de ordem administrativa invocados por uma Direcção incapaz e nada interessada em discutir o problema politicamente.

Ora, no sábado, José Barros Moura fez no Forum Picoas as seguintes afirmações:

«Os nossos acusadores e juízes procuram fazer passar a tese que este processo não tem nada a ver com opiniões políticas, mas sim com comportamentos antiestatutários. É uma distinção absurda, foram as nossas opiniões políticas que nos conduziram a determinados actos e atitudes.

(...)

«Direi mesmo mais, e este é o momento para falar claro: se um ou mais comunistas consideram que uma determinada estratégia política conduz o partido ao desastre, é sua obrigação de revolucionário lutar contra tal caminho e fazê-lo, se necessário, recorrendo à organização de opiniões.

(...)

«É verdade, camaradas e amigos, desde 1987 alguns militantes começaram a ter sérias divergências com a direcção do PCP. Esses militantes, entre os quais me incluo com muita honra, iniciaram um processo de elaboração de propostas políticas que, na sua opinião, poderia travar a crise em que o PCP já se encontrava.

(...)

«Pelo nosso lado, não aceitamos nem aceitaremos nunca a acusação de fraccionismo. Por outras palavras: seria incorrecto, mas legítimo, que os nossos acusadores e juízes nos expulsassem por considerarem que os caminhos que vimos pro-

pondo para o Partido o descaracterizariam ou liquidariam. Mas é indigno de revolucionários invocar o mau comportamento como razão para uma expulsão política. Ao menos sejam comunistas e não burocratas preocupados com a ordem das coisas.»

Poder-se-iam citar numerosos outros excertos, nomeadamente todos os que assumem um carácter programático quanto à actividade futura proposta na reunião e que, desde as propostas feitas até aos apoios que se anuncia existirem, revelam a natural evidência de que se trata de um trabalho desenvolvido enquanto o orador ainda era militante do PCP.

**3.** Não parece necessário argumentar que estas afirmações de Barros Moura constituem uma pura e simples confirmação de tudo quanto se afirma na Resolução da Comissão Central de Controlo e Quadros que acompanha a medida disciplinar tomada, nomeadamente o seu ponto n.º 6. Pode afirmar-se sem riscos de grande polémica que, de um ponto de vista puramente factual, quase não há diferenças e que estas se situam num outro plano: o da legitimidade ou ilegitimidade política dos comportamentos que deram origem às medidas.

**4.** Esta é a primeira novidade que as declarações de Barros Moura introduziram. Até à data, as afirmações produzidas pretendiam colocar o problema exclusivamente no campo de um delito de opinião. O que haveria, exclusivamente, era uma diferença de pontos de vista entre militantes do PCP e, apenas por isso e por incapacidade de conduzir um debate político sobre tais diferenças, a Direcção do Partido invocaria infracções estatutárias que, no entender de Barros Moura e dos seus companheiros, não existiriam, seriam um puro pretexto. Mas está, portanto, este ponto esclarecido: pelas próprias palavras de Barros Moura, houve violação de estatutos.

**5.** Mas, quanto à legitimidade da medida disciplinar e fundamentalmente da sua legitimidade política, sucede uma coisa notável: Barros Moura considera agora que seria legítimo exactamente o contrário do que afirmava há semanas atrás.

Há um mês, Barros Moura acusava os dirigentes do PCP de estalinistas e carrascos do direito de opinião por o perseguirem devido ao desacordo com as suas propostas e não porque ele violasse os estatutos; agora, acusa os dirigentes do PCP de burocratas porque o sancionaram por ter violado os estatutos e não por estarem em desacordo com as suas opiniões (o que seria «incorrecto, mas legítimo»!)

**6.** Esta completa inversão é de particular importância porque subjacente a este problema está a questão essencial da concepção do Partido e do seu funcionamento.

E é inteiramente defensável que se considere que as afirmações produzidas nas Picoas constituem o efectivo pensamento de quem as produziu, liberto que agora se encontra do que seriam as conveniências tácticas de comportamento e declarações públicas que lhe ditariam a consciência que hoje afirma ter de que violava os estatutos do PCP e o desejo que igualmente afirmou que tinha de continuar no PCP mantendo essa acção.

E Barros Moura considera que a adopção de determinados pontos de vista de orientação política quanto ao Partido (como os que adoptou) justificam e exigem a violação dos estatutos se a luta pela sua vitória o requerer. E mais entende que, a haver sanções disciplinares, elas devem ser tomadas em função dos pontos de vista e não por causa das infracções que a sua adopção determinou.

Isto é: estamos a braços com a questão de como se conciliam propostas de orientação política e estatutos (que são obviamente um elemento político) do Partido.

**7.** Tal como Barros Moura, também não precisaremos de citar Lênine para recordar que «na sua luta pelo poder o proletariado não tem outra arma além da organização».

A construção, a defesa, o funcionamento desta organização são o eixo e a razão de ser dos estatutos de um Partido Comunista. Nos estatutos de um partido plasmam-se os ensinamentos que forneçam o máximo de garantias que a experiência indica possíveis para a sua construção, defesa e funcionamento. Por isso, obviamente, os estatutos são um elemento político essencial da vida de um partido, e não um acessório burocrático-regulamentar.

O partido assegura a actividade organizada aos homens e mulheres que ideologicamente abraçam os ideais comunistas: e é a conjugação desses ideais com a prática organizada que define um comunista.

Ao forjar-se uma organização política como um Partido Comunista é transparente que irão

## EM FOCO

surgir permanentemente diferentes pontos de vista, diferentes sensibilidades, maneiras de ser diversas, personalidades diversas, focos os mais variados de diferenças e mesmo de contradições. Associação livre de homens e mulheres livres com um objectivo comum, os estatutos do Partido são assim, antes de mais nada, o código, o pacto de lealdade e confiança que entre si os militantes estabelecem para conjuntamente tornarem o Partido possível. É o respeito por esse pacto que caldeia as suas diferenças num todo combativo que faz de cada um deles um comunista. Não um respeito acrílico, imobilizado no tempo, mas sim o respeito criador por um instrumento essencial à luta política.

Os estatutos de um Partido não se destinam a evitar as diferenças de opinião dentro dos Partidos: são, pelo contrário, o fruto e consagração delas. Destinam-se a, com elas, criarem um instrumento de luta comum, com um funcionamento organizado e uma orientação comum. E são tanto melhores quanto mais permitem que as opiniões se manifestem e mais comum e enriquecida resulte uma orientação política e menos consentam que elas dividam a acção organizada e a eficácia comum.

**8.** Este equilíbrio tem nos estatutos do PCP a expressão que se conhece: o direito de todos os militantes expressarem as suas opiniões livremente e a interdição da constituição de fracções.

Não existe nos Estatutos do PCP qualquer disposição que permitisse essa monstruosidade que seria o direito de sancionar pela avaliação de uma ideia ou de um caminho proposto. José Barros Moura e os que pensam como ele poderiam continuar, à luz dos estatutos do PCP, a defender os seus pontos de vista no Partido sempre que quisessem: quem com eles não concorda conduziria no Partido seguramente contra eles a luta de ideias que entendesse. Como aconteceu no XII Congresso, como aconteceu no XIII.

José Barros Moura e os que como ele pensam estavam em clamorosa minoria: quem com eles não concorda tem todo o direito de continuar a conduzir a luta de ideias para os manter em minoria, uma vez que considera tais ideais erradas. Barros Moura teria todo o direito de se bater para alcançar a maioria dado que as considera certas.

Mas nenhum deles tem o direito de violar o pacto de lealdade e confiança que entre todos existe e que são os Estatutos.

Seria intolerável que fosse que organismo fosse do Partido expulsasse fosse que militante fosse por entender que as suas opiniões «descaracterizavam ou liquidavam o Partido»; teríamos o caminho aberto à subjectividade repressora, à aniquilação do debate, ao fim do contributo de todos. Os Estatutos não o consentem.

É intolerável que seja que militantes seja entenda que a sua opinião diferente lhe dá o direito de não cumprir os estatutos, de violar as normas leal e confiantemente por todos aceites. Os Estatutos não o consentem.

**9.** José Barros Moura foi minoritário enquanto no Partido defendeu pontos de vista que tinha todo o direito de defender. Mas ficamos hoje a saber que ainda bem que foi minoritário; porque se o não fosse, se fosse maioritário, se fosse direcção, bem outra seria a situação.

Se condena quem hoje o não fez, não hesitaria certamente em considerar legítimo expulsar os que entendesse que «percorriam caminhos que descaracterizassem ou liquidassem o Partido». Os Estatutos, as normas de funcionamento que acordámos, a democracia interna do Partido que os Estatutos estabelecem, nada seriam comparadas com certas bebidas messianicamente por quem saberia de ciência certa o que caracteriza ou não o Partido, o que o liquida ou não.

Mais. Barros Moura entende que a actual opinião maioritária do Partido ou, pelo menos, a orientação seguida pela sua Direcção constitui um «bloqueio interno» e que «essa é uma das razões por que o Partido Comunista Português deixou de ser uma força revolucionária, uma força transformadora para ser uma força que está neste momento a bloquear qualquer transformação social neste País».

Independentemente do valimento (!) da asserção, uma coisa é certa: Barros Moura entende que esta orientação descaracteriza e liquida o PCP. Onde, se fosse maioria, os militantes que defendessem tal orientação, cumprissem ou não leal e confiantemente os estatutos, poderiam contar

No dia 19 de Novembro, quando foi divulgada em conferência de imprensa a nota da Comissão Central de Controlo e Quadros e a resolução do Comité Central, José Barros Moura foi entrevistado imediatamente em directo pela TSF.

Declarações que então produziu não contradizem no essencial o que mais elaboradamente expôs no passado sábado no Forum Picoas, mas têm o interesse de, pela espontaneidade e imediatismo, acabarem a constituir um retrato não apenas de opiniões, como também dos sentimentos que as rodeiam.

Como por exemplo:

«Um partido com uma direcção com estas características e com esta prática política não é um partido reformável. Eu creio que o que se passou comprova em absoluto e eu devo dizer-lhe o seguinte: lamento que alguns dos senhores que se sentam nos bancos de efectivos ou de suplentes do Comité Central tenham em ambições de pequeníssimas carreiras aquilo que lhes falta em espinha, de espinha é que se necessitaria.»

«Ouvindo as notas, as resoluções da Comissão Central de Controlo e Quadros e outros pasquins semelhantes, dei comigo a pensar o seguinte: é um alívio que estes senhores nunca tenham estado no poder, porque se estes senhores alguma vez tivessem estado no poder eu, Raimundo Narciso, Mário Lino, José Luís Judas e tantos, tantos outros, não estaríamos em liberdade.»

«Este Partido Comunista, com esta direcção, com esta prática política que teve este desfecho lamentável, com este espectáculo que esse senhor neste momento está a dar, este Partido Comunista prejudica não só o ideal comunista, mas toda a esquerda. Cavaco Silva pode agradecer muito a estes senhores os resultados eleitorais que tem conseguido. Os trabalhadores portugueses são altamente prejudicados pela intervenção desses senhores.»

com um tratamento «revolucionário» das suas opiniões e nunca com um tratamento «burocrático» das suas acções...

Estranhas voltas dá o mundo...

**10.** Mas não tão estranhas. Há três anos, na tribuna do XII Congresso, Vítor Dias considerava que era «hora de devolver acusações aos seus autores». Valerá a pena reler, três anos passados, a relação das acusações feitas ao PCP e a forma como elas constituíam afinal um sombrio património bem solidamente ancorado na campanha de vários matizes contra o Partido. O melhoramento do Partido, a ultrapassagem das suas dificuldades e defeitos é um trabalho de todos os dias: mas os herdeiros do que se quer ultrapassar ou titulares do quem nem sequer temos em herança surgem por vezes de onde menos se espera.

E não se estranhe que o comentário às afirmações proferidas no Forum Picoas se tenha aqui centrado essencialmente sobre o que ficou dito.

Não são questões menores as do respeito pelas regras de funcionamento interno, da democracia interna, da legalidade partidária. Porque a qualidade de revolucionário e comunista avalia-se também pelo padrão da lealdade ao documento revolucionário que são os estatutos do Partido.

**11.** Quanto a outras ideias que foram ventiladas nas Picoas, haverá dentro do PCP bem diversas opiniões. É difícil imaginar que alguém subscreva os caminhos da divisão da esquerda que ali se ensejaram, mas haverá quem comungue preocupações formuladas ou sugestões aventadas e as defenda hoje, amanhã ou depois nas suas reuniões.

Haverá certamente quem delas discorda e que as criticará. Haverá sem dúvida quem considere que há ali objectivos inaceitáveis encostados a uma miscelânea conhecida de ideias que todos os comunistas aceitam, que fazem parte do nosso património e até do labor dos nossos Congressos, lado a lado com outras de duvidosa ou nula consistência e correcção.

Mas no Forum Picoas não se abriu nenhum debate novo, nem este texto se destina a encerrá-lo. E, no Partido, o confronto entre as nossas ideias e a realidade que queremos transformar vem de há muitas e muitas dezenas de anos. Enfrentamos os tempos difíceis em que não há soluções fáceis, discutimos, discutiremos as ideias, os projectos, continuaremos a falar, a ouvir, a pensar, a agir.

E, acima de tudo, discutiremos e trabalharemos na certeza que todos podemos ter do mútuo respeito por 74 artigos de um estatuto, por um pacto de luta, lealdade e confiança que escrevemos, votámos, assumimos e faz de cada um de nós, fraternamente, um comunista.

# Que futuro para o Eden?

## O resumo da história

Resumindo a história recente do cinema Eden, este foi adquirido em finais de 1989 pelo grupo Amorim, após a Câmara Municipal de Lisboa, sob a presidência do engenheiro Cruz Abecasis, haver recusado o direito de preferência para a compra do edifício por 950 000 contos; foi nessa reunião da direcção da CML (5/12/89) que a Câmara aprovou, por unanimidade, a Moção nº 28/89 que, após referir a próxima venda do edifício a uma empresa imobiliária, afirma, taxativamente:

«Considerando que este edifício está classificado e representa um pólo cultural da maior importância na cidade e na Avenida da Liberdade, a Câmara Municipal de Lisboa torna público que não aceitará a realização de quaisquer obras que descaracterizem este edifício e lhe alterem a sua vocação enquanto espaço cultural, recreativo e lúdico da cidade de Lisboa».

O grupo Amorim tinha, para o Eden, o projecto de um aparthotel, que foi chumbado pelo actual executivo da CML por, logo à partida, provocar uma complicada alteração do sistema de semáforos na zona, que não prevê uma intensidade de estacionamento que um tal projecto imporia. Depois o proprietário do edifício avançou com um projecto em que se utilizariam 6000 m<sup>2</sup> para escritórios e 1200 para actividades culturais. Esse projecto ainda não foi discutido na Câmara - embora pareça, à partida, contrariar as exigências desta para a utilização do espaço do Eden. Mas, como nestas páginas afirma o vereador Rui Godinho e os comunistas defendem, há alternativas para este projecto - assim se encontram as vontades necessárias.

## Posição do vereador Rui Godinho Há alternativas para o Cinema Eden

O PCP sempre defendeu - e continuará a defender - a salvaguarda do Eden enquanto património, e a sua valorização cultural como um dos elementos relevantes da obra de um dos mais significativos arquitectos portugueses deste século. Palavras do vereador comunista Rui Godinho, da Câmara Municipal de Lisboa, quando o abordámos para comentar as notícias surgidas recentemente sobre a transformação daquele imóvel da «baixa» lisboeta em edifício de escritórios, condenação ditada pelos interesses do actual proprietário - o grupo Amorim - e a que, supostamente, só o município poderia obstar através da compra do edifício pela própria CML. Rui Godinho respondeu a estas duas questões:

É preciso recordar que o edifício do Eden está totalmente classificado; e mais: a Câmara Municipal de Lisboa já tornou pública uma moção, aprovada por unanimidade, onde expressamente se afirma que a CML não aceitará a realização de quaisquer obras que descaracterizem este edifício e lhe alterem a sua vocação enquanto espaço cultural, recreativo e lúdico da cidade de Lisboa.

Quanto à suposta alternativa de a CML comprar o edifício, Rui Godinho esclareceu:

Há uma deliberação da Câmara, já deste mandato, a impor que áreas a partir de determinada importância ou envergadura (como esta) não podem ser mexidas por simples despacho do presidente - o caso tem de ir à apreciação e decisão da Câmara. Ora neste momento

está iminente a entrega na Câmara, para apreciação, do projecto dos referidos «escritórios» e é exactamente nesta altura que aparece o vereador do CDS, Ramada Curto, com a história da compra do Eden pelo município, quando este nem sequer apreciou a situação.

Todavia para o PCP, de que Rui Godinho é membro, a questão do Eden não se coloca nesta escolha primária «entre os escritórios ou a compra» pela CML:

Nós dizemos que há outras possibilidades para o Eden, através da criação de programas alternativos que respeitem a deliberação da Câmara de não permitir a descaracterização do edifício e de este retomar, de facto, o seu carácter cultural, lúdico e recreativo.

Que possibilidades? Em primeiro lugar terá de ser uma solução que envolva, convergentemente, a Câmara, o proprietário e outras entidades públicas (nomeadamente o Governo) e privadas, numa acção que possibilite a recuperação e posterior utilização do Eden em termos úteis para a cidade e rentáveis do ponto de vista económico e financeiro. Para isso, repito, é necessário criar programas alternativos a este e que ilustro, a título meramente exemplificativo: salas polivalentes e de prestígio até para iniciativas internacionais, áreas panorâmicas para restaurantes, zonas de exposições, espectáculos, actividades culturais, etc., tudo dentro de uma gestão dinâmica e polivalente que tenha em vista estes objectivos.

Quanto à compra do Eden pela CML, evidentemente que não; há, como já disse, soluções alternativas.





## Comunicado do PCP

A Direcção da Organização da Cidade de Lisboa do PCP emitiu um comunicado a propósito dos recentes desenvolvimentos sobre o cinema Eden, que passamos a transcrever:

1 - Os órgãos de Comunicação Social têm vindo a divulgar notícias sobre o futuro do «Cinema Eden».

2 - Aparentemente, surgem duas hipóteses: o Eden transforma-se em escritórios, descaracterizando-se, ou a CML compra o Eden e este mantém as suas características.

3 - O PCP chama a atenção para a falsa dicotomia que se pretende criar na opinião pública. O objectivo desta campanha é favorecer a especulação imobiliária à custa dos interesses da cidade.

4 - O PCP mantém a declaração de princípios que votou na CML e aprovada por unanimidade, em 5/12/89 (Moção nº 28/CML/89). «A CML torna público que não aceitará a realização de quaisquer obras que descaracterizem este edifício e lhe alterem a sua vocação enquanto espaço cultural, recreativo e lúdico da cidade de Lisboa.

Lisboa, 18 de Novembro de 1991

## Cassiano Branco e o Edén

A actual exposição do espólio de Cassiano Branco — de compra relativamente recente pela Câmara Municipal de Lisboa — não sendo nem pretendendo ser uma exposição crítica, o que lhe pode de algum modo limitar o âmbito profissional imediato, tem a seu favor o organizar-se deliberadamente para o grande público, normalmente desatento das coisas da arquitectura e do urbanismo, e levar coerentemente essa opção até à criação excelentemente sucedida de um verdadeiro acontecimento cultural que ultrapassa de longe o impacto que uma exposição normalmente «técnica» teria.

A mobilização conseguida, mensurável pelo surpreendente número de visitantes, 20 000 nos primeiros 10 dias, e pelo esgotar quase imediato da capacidade de cada uma das iniciativas paralelas — percursos pela Lisboa de Cassiano, visitas guiadas à exposição, colóquios, o primeiro dos quais teve a presença de 1600 pessoas — é particularmente significativa, já que esta mobilização se organiza a partir do próprio edifício do EDÉN, ameaçado por remodelações que inevitavelmente o vão amputar do seu sentido global de organismo urbano, e da coerência da sua linguagem própria. Sendo esse precisamente um dos objectivos do empreendimento, há que felicitar os seus comissários, Maria do Rosário Boneville, Eliseo Summavielle e particularmente Henrique Cayatte, que foi também

o principal responsável pela concepção global do mesmo. Certo que passada a onda de emoção pública que a Exposição Cassiano Branco tem estado a provocar, há que dar consistência a esse movimento, pelo que se torna necessário e urgente a elaboração de um programa-base de salvaguarda do edifício que permita estabelecer os meios, as alternativas, os custos financeiros e o seu eventual faseamento, num quadro geral de efectiva viabilidade da operação.

No ponto de vista crítico, algumas reticências caberá pôr, não à exposição nem ao acontecimento público em si mesmos, mas ao tipo de leitura que poderá estar a ser feito de ambos.

De facto, há indícios da criação de um mito Cassiano Branco, envolvido numa aura de artista maldito, génio esmagado por um obscurantismo dirigista da época, opositorista de consistente formação política, duramente perseguido pelo regime do Estado Novo, quando a análise crítica da sua obra e da sua vida pouco deixa testemunhar nesse sentido. Muito pelo contrário.

Esta interpretação, de resto, articula-se como uma visão enviesada da história da arquitectura, na qual uma perversa interpretação das relações dos arquitectos com o poder tem vindo a servir de quadro para verdadeiras manipulações melhor ou pior intencionadas, menos ou mais conscientes.

A criação de núcleos e personagens-mito não passíveis de crítica, a geração de ideias inquestionáveis que há que tomar como um todo, sob pena de uma condenação colectiva, tem vindo a acentuar-se desde os anos 70, anos em que a análise da obra de Raul Lino, arquitecto vulgarmente dito como representante oficial da «arquitectura do Estado Novo», veio retirar algumas pedras dos fundamentos do edifício longamente armadilhado, de uma interpretação, confortável mas falsa, das décadas coincidentes com a ditadura salazarista.

De facto, uma obra e um personagem como Cassiano Branco, até pelo carácter exuberante deste, vêm pôr insolúveis problemas de enquadramento para uma história ortodoxa e incrítrica da arquitectura, tal como tem vindo a desenvolver-se.

É por isso que hoje a Exposição Cassiano, embora não traga quase nenhuma novidade no ponto de vista documental, ganha uma actualidade e uma capacidade de impacto notáveis.

Quase diria ser esse o seu maior mérito.

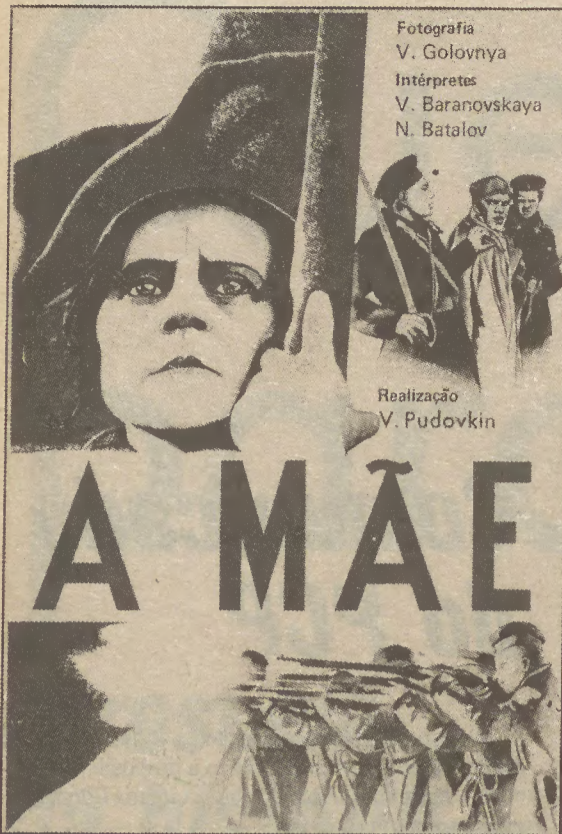
De facto, para além de chamar à atenção para a grande qualidade do trabalho de Cassiano, nomeadamente para a sua obra mais consistente, o EDÉN, ou para a sua obra mais brilhante e talvez a sua obra-síntese, o HOTEL VITÓRIA, para além de orientar o olhar do homem da rua para os



valores urbanos em que distraidamente se envolve, ou para além de alertar a opinião pública para a sua responsabilidade cívica e cultural face ao património construído, a Exposição Cassiano tem o mérito de fazer explodir enquistadas interpretações de uma estratificada interpretação histórica, ortodoxa, incapaz de maleabilidade crítica, fechada à realidade dos factos e em definitivo académica.

«Uma obra e um personagem como Cassiano Branco até pelo carácter exuberante deste, vêm pôr insolúveis problemas para uma história ortodoxa e incrítrica da arquitectura»

■ **Pedro Vieira de Almeida**  
Arquitecto



Fotografia  
V. Golovnya  
Intérpretes  
V. Baranovskaya  
N. Batalov

Realização  
V. Pudovkin

# A MÃE

## A MÃE

Sormovo é uma povoação fabril cuja sorte dos habitantes é demasiado pesada e dependente da vontade dos donos da fábrica.

Vlasov é um velho ferreiro que bebe muito e que bate na sua submissa mulher, Nilovna. Por um copo de vodka, juntamente com um grupo de marginais e a polícia, ele ataca os trabalhadores que estão em greve, entre os quais está o seu filho Pavel. Vlasov, o filho mais velho, é morto por uma bala perdida. A polícia chega a casa dos Nilovna, para procurar as armas escondidas por Pavel. Na esperança de salvar a vida do seu filho, Nilovna mostra-lhes o esconderijo. Pavel é preso e juntamente com outros trabalhadores é condenado a trabalhos forçados.

Somente agora a velha mãe compreende o seu filho. E quando Pavel, ao fugir da prisão saltando o muro, é morto pelos soldados, Nilovna toma a bandeira das suas mãos e levanta-a bem alto. Igualmente ela é morta pelos soldados.



### SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos  
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema  
de qualidade  
em sua casa

DESCONTO ESPECIAL  
15%

Via CTT  À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL  
VIDEO cracfilmes  
Apartado 90  
Queluz Ocidental  
2746 QUELUZ CODEX



## A lei e a vida

■ MARGARIDA FOLQUE

É óbvio que qualquer medida que seja tomada no sentido de beneficiar a situação das mulheres ou da função social da maternidade é medida que desde logo deve merecer (e merece) o nosso aplauso, o aplauso das mulheres e dos homens em geral, o aplauso da sociedade.

No caso a que nos referimos, para as mulheres portuguesas a Directiva agora aprovada ao nível da CEE representa qualquer coisa como o aumento da licença de parto de 13 para 14 semanas, ou seja, mais uma semana do que aquelas de que já usufruem para dar assistência aos seus filhos recém-nascidos.

Digamos, não é uma benesse por aí além mas é, apesar de tudo, uma melhoria. Em contrapartida, ao nível da remuneração, a Directiva não estabelece qualquer quantificação, limitando-se a recomendar que seja «suficiente», o que, naturalmente, dá para tudo. Nesta matéria, como se sabe, o nosso país está acima da média comunitária, podendo a remuneração chegar, ou ultrapassar mesmo, os 100%.

Diga-se, aliás, que as mulheres portuguesas não se queixam propriamente de falta de leis protectoras dos seus direitos, embora naturalmente muita, muitíssima coisa haja a reivindicar e a melhorar.

Mas a reivindicação mais urgente, por que elas mais se batem, é sem qualquer dúvida pelo cumprimento das leis existentes.

É que saber se a licença de parto é de 12, 13 ou 14 semanas é muito pouco relevante se atendermos a que em Portugal, apesar da lei, há mulheres que mesmo grávidas (ou por isso mesmo) são despedidas, que essa maternidade (ou eventual maternidade) serve de argumento (ainda que não explicitado) para impedir ou limitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, que as faltas para assistência à família são contabilizadas para efeitos de promoções, de progressão na carreira, de antiguidade, de atribuição de prémios, enfim um sem-número de discriminações com que as mulheres são «castigadas» pelo simples facto de assumirem a maternidade.

E dá-se, assim, este facto insólito e tristemente ridículo: é que aquilo que deveria ser uma regalia para as mulheres (e um reforço na defesa da maternidade), traduz-se por uma mais pesada punição para elas. É que o patronato (com a complacência, quando não cumplicidade, do Governo) não perdoa às mulheres: elas pagam até ao último centavo a factura que lhes é apresentada pelo facto de cumprirem uma função que a própria sociedade considera de primordial importância, pois que é indispensável à sua sobrevivência.

Não é a competência ou o profissionalismo das mulheres que estão em causa. Os próprios empresários o reconhecem. Recentemente, no inquérito realizado pela Comissão Nacional de Mulheres da CGTP, sobre partilha de responsabilidades, 85,7% dos empresários/Directores de Pessoal inquiridos consideravam como positiva a actividade das mulheres, sendo 38,8% a favor e 46,9% muito a favor, a

maioria deles tecendo elogios à competência e exemplaridade das mulheres na sua profissão. Porquê, então, a discriminação?

A verdade é que apesar de o artigo 68º nº 1 da Constituição consagrar que

«Os pais e as mães têm direito à protecção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível acção em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia da realização profissional e de participação na actividade cívica do país»

esse dever continua a caber fundamentalmente à mãe, que não encontra por parte da sociedade nem do Estado a protecção que por lei lhe é devida. Pelo contrário, como no dia-a-dia constatamos, as discriminações agravam-se substancialmente.

Curiosamente, nesse mesmo inquérito, às perguntas de quem deve faltar ao trabalho para a assistência à família, de quem deve solicitar assistência aos filhos, de quem deve abdicar para tratar dos filhos, as respostas dos inquiridos (homens e mulheres) vão no sentido de ser a mulher, na ordem, respectivamente, de 91,5% para a primeira pergunta, 92,1% para a segunda e 88,6% para a terceira.

É esta a realidade. Realidade pouco mãe e muito madrasta. Realidade acarinhada pelo poder vigente e pelos «empregadores» em geral.

Vejamos o caso escandaloso do Banco Comercial Português (BCP) que impunemente continua a não recrutar mulheres para os seus efectivos, numa orientação claramente violadora da legalidade democrática.

O problema foi levantado na Assembleia da República, foi levado à CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) e ao Provedor da Justiça. Os pareceres que existem, quer da CITE quer do Provedor da Justiça, são condenatórios da actuação do BCP. Há correspondência, inclusive, do Provedor de Justiça com o ministro do Emprego que alega nada poder fazer por se tratar de uma empresa privada.

E a verdade é que este processo arrasta-se há anos, sem que o BCP modifique a sua orientação, convicto como está de que nada nem ninguém o chamará à responsabilidade.

A administração do BCP diz não fazer discriminações (santa hipocrisia!), acontece que a disponibilidade de tempo que o Banco exige, as mulheres a não possuem: é a casa, a família, os filhos...

Principalmente os filhos, esse amor-alegria-fardo-fado que as mulheres carregam, não nove meses mas toda a vida. Como um estigma.

Dá a alegria ensombrada de cada vez que mais uma regalia é conseguida no campo dos direitos da mulher, dá a insistência de mulheres e homens na luta a travar pelo cumprimento da lei e desses direitos, dá a nossa pergunta: a partir de 1993, as trabalhadoras grávidas estão mais protegidas ou precisam de ser mais protegidas?

# Reflexão a partir de leituras

■ Sérgio Ribeiro

A meio da leitura do livro de Jacques Nagels, **Du socialisme perverti au capitalisme sauvage**, não resisti a um comentário. Sobretudo me motivou uma passagem em que aspectos éticos eram valorizados, como decorrentes do marxismo, enquanto ideologia, e como fundamentos e critérios de (auto e altero) avaliação de comportamentos individuais, particularmente entre camaradas. Ao chegar ao fim do livro, muitos outros comentários, diversos e descontraídos, se me impõem. Alguns irei deixar, até para não se extrapolar do anterior artigo uma posição relativa ao livro de Nagels, ou melhor, um juízo de valor crítico. Comentários sobre os títulos, da colecção e do livro, sobre o que chamaria metodologia, sobre a importância da acumulação primitiva, ainda sobre ética e valores.

Não é nada original que se retire uma frase de um texto e se faça dessa frase, ou até de uma expressão ou de um verbo, o que serve para a avaliação de tudo o que foi dito ou escrito. Como ainda menos original é insistir-se nesse verbo, expressão ou frase como significativos, mesmo que uma revisão (melhor: reaudição ou releitura) do ouvido ou lido levasse a concluir, facilmente, que esse verbo, expressão ou frase, não são representativos, ou até contrariam o essencial da posição que se procurou traduzir falando ou escrevendo. O que também pode servir para -- mais ou menos... -- ilustrar o que Lénine dizia quando alertava para o facto de se fazer de nós uma caricatura, a divulgar como nosso retrato e, depois, sermos atacados não pelo que somos mas pela caricatura feita para justificar esse ataque.

Quando acabei de ler o livro de Jacques Nagels, senti que talvez tivesse corrido esse risco, embora o que escrevi se escorresse em metade de um livro lido com grande atenção. E mais o senti ao receber umas páginas manuscritas de um bloco pequenino em que uma camarada me dizia coisas daquelas que nos fazem sentir pertencermos a um Partido de camaradas, ético, e que vale a pena escrever no «Avante!». No entanto, a camarada tomou o que escrevi como uma referência para «leitura a fazer», com o que estou inteiramente de acordo, mas exige que mais alguma coisa se diga sobre o livro para juntar ao que é tomado como essa referência. E depois de o livro ter sido lido até à última página!

## Começar pela capa

Há a velha anedota do aluno que chegou ao exame completamente «em branco» e que se justificou perante o

professor dizendo que seguira o conselho dele de não passar uma página do livro recomendado sem que ela tivesse sido bem compreendida. E o estudante, ao que argumentou, começara por não saber ler a capa, logo à altura do autor, onde estava escrito Achiles Machado, não tendo conseguido ultrapassar a dúvida como ler o «ch»: como «Axiles Maxado» ou «Akiles Makado». Aliás, a anedota tem um fundamento factual pois havia um velho manual, julgo que de ciências, escrito por esse autor, com o nome assim escrito.

Neste caso a primeira reflexão deve fundamentar-se, também, na leitura da capa e, se não pelo nome do autor, que é uma referência imensamente respeitável, pelo nome da colecção e pelo título do livro.

A colecção chama-se **compreender o progresso**, e este é o seu quarto título.

Sendo edição da Universidade de Bruxelas, será que a passagem do socialismo **pervertido** ao capitalismo **selvagem** tem alguma coisa a ver com a compreensão... do progresso? Haverá, evidentemente, quem pense que sim. Que se está num caminho de democratização, e que as características de capitalismo **selvagem**, e suas consequências, se lamentáveis socialmente, são, por um lado, corrigíveis ou «amaciáveis» no quadro do capitalismo e, por outro lado, são o resultado da perversão do socialismo que foi o socialismo real.

Estas duas expressões de interpretações da história (e para o futuro) provocam-me comentários.

**O capitalismo «selvagem», consequência da perversão do socialismo?**

Comece-se por esta expressão. E ligo-a ao que chamaria uma questão metodológica.

No seu livro, Nagels assume a posição de fazer a análise «por dentro». Embora sem negar a objectiva interpenetração das economias (e das políticas), o autor procura, metodologicamente, separar os «factores explicativos internos» dos «factores externos» e opta, assumidamente, por privilegiar os internos, como um conjunto endógeno de elementos determinantes.

Depois de enumerar, na introdução geral, os factores externos (corrida aos armamentos, apoio aos dissidentes, campanhas várias para fragilizar o sistema, acção do FMI, da CEE, sem referência explícita ao bloqueio económico de décadas), o autor considera que nenhum desses elementos teria sido determinante na perversão do socialismo...

«salvo, talvez, quando da 'guerra fria' em que, com efeito, o factor externo influenciou largamente o endurecimento a Leste».

Parece-me pouco, e até contraditório com a necessidade (metodológica) de interpenetrar os dois conjuntos de factores e a impossibilidade -- a meu juízo -- de se separar, de forma simplista, os factores determinantes dos não determinantes, particularmente no caso de uma evolução tão complexa como aquela que se estuda.

Para mim, é evidente que essa necessidade e essa impossibilidade são inerentes a uma abordagem marxista e, nesta, o **imperialismo** não pode estar ausente como situação (histórica) de fundo e determinante! A indispensável valorização dos «factores internos» não deve poder fazer esquecer, ou desvalorizar, a importância determinante dos «factores internos», nem vice-versa.

## Há mais que um capitalismo

O segundo comentário é relativo ao facto de, sobretudo na parte final do livro, poder retirar-se que há dois capitalismo: um «civilizado» e um outro «selvagem». E que, como consequência da perversão do socialismo, pela ausência de mecanismos do capitalismo «civilizado», de concertação social por exemplo -- e exemplo muito insistido no livro -- a saída só poderia estar na passagem ao capitalismo «selvagem», pelo menos transitória e enquanto não se civiliza.

Não posso estar de acordo com esta interpretação, por mais respeito e até admiração que me mereça o autor. Capitalismo há só um, e considerar-se que uma parte dele é «civilizado» resulta de aceitar aparências, possíveis por, noutras paragens, a expressão real do capitalismo não ser adocada por aparências de concerto ou de conciliação social.

Com mais rigor, diria que todo o capitalismo é selvagem porque se baseia na exploração do homem pelo homem, nem que para isso tenha de se mostrar civilizado, ou seja obrigado a assim se apresentar. Tendo nós, os que assim pensamos, a obrigação de lutar para que essa aparência seja, também, uma conquista dos trabalhadores, embora precária porque o essencial permanece intrinsecamente selvagem.

## Os valores e os contra-valores

Deixando para outra oportunidade a questão (mais técnica) da importância da acumulação primitiva, e retomando um aspecto que considero particularmente relevante, diria que a selvajaria do capitalismo se traduz na completa ausência de valores e princípios que definem uma ética.

E se a erosão dos três M (os monopólios político, económico e ideológico) passou pela transformação de partidos éticos em partidos **seita**, factores da passagem do socialismo ético ao socialismo pervertido, o capitalismo, na sua expressão selvagem, corresponde ao preenchimento do vazio de valores por contra-valores.

Traduzir um trecho de Nagels, sem o apresentar como representativo de todo o livro e do pensamento que nele Nagels quer reflectir, será fecho apropriado para o que quero deixar neste artigo:

«A transição de uma ideologia para uma outra modifica, nas gentes, a concepção do mundo. Esta modificação é indispensável para se realizar a transição de um sistema social para outro.

Ela coloca-se, aliás, com acuidade desde os primeiros passos da transição. Para fazer aceitar a austeridade, a redução do poder de compra, um desemprego galopante, uma pauperização dos beneficiários da segurança social, as novas elites constroem novos pilares ideológicos.

Estes podem, aliás, ir buscar um pouco de cimento e alguns tijolos aos antigos caboucos. O direito ao trabalho abre o caminho ao subsídio de desemprego.

Da solidariedade social, que se estima facultar direitos sociais a todos, passa-se à protecção dos grupos sociais mais vulneráveis e às prestações em natureza e em espécie aos mais necessitados.

Em resumo, a solidariedade transforma-se em caridade. Quanto à igualdade, as novas elites podem, é verdade, aceitar que os homens nascem iguais em direitos -- o que corresponde à definição primeira de igualdade -- mas não podem tolerar que, em seu nome, a política económica e social deva procurar reduzir os fossos entre os estratos sociais. No plano ideológico, a acumulação primitiva necessita da legitimação da desigualdade social».

Um livro para ler. Todo. Com o sentido crítico bem desperto. Como tudo deve ser feito.





# Gazetilha

## O MEU PLANO

Avanço com a trova  
que está a dar:  
eu vou formar  
a «esquerda nova»

Uma esquerda de bom tom  
com tratamento de pele  
carrego no bâton  
traço com rimel.

Esquerda leviana  
nova marafona  
sinistra romana  
com bombons de Bona.

Bom serviço à dose  
e com muita classe  
a mentira em pose  
numa casa de passe.

Imprensa de gala  
e a TV, em grande,  
vou já convocá-la...  
para a Disneyland...

## CASA COM UM...

PSD e PS  
são os dois patrões,  
na A.R., das comissões.

E parece  
assim querem mostrar bem  
que, nos lobbies nacionais,  
há só os tais  
só os tais e mais ninguém.

PS não quer a «casa comum»:  
o que ele quer é a casa com um...

Nisto de casas o caso é que  
quem casa com má figura  
vende a alma por um cheque  
sem cobertura.

## GRANDES, GRANDES...

Pobre nação!  
Nunca tanto ardeste  
todo o Verão  
de norte a sul, de leste a oeste...

(foge ladrão  
ou fogo peste...)

Madeira ardida  
está a ser vendida.  
Nas serras desérticas  
passam cascavéis  
vestidas, cobertas  
de contos e contos e contos de réis...

Grandes amigos, grandes sócios!  
Grandes incêndios, grandes negócios...

## TIMOR

Sacripantas sarcófagos pimpões  
louva-a-deus burocratas esquecidos  
vendados vendedores e vendidos  
matutos mata-ratos matulões

equétricos hipócritas capões  
gasosos diplomáticos torcidos  
pragmáticos ronhosos entupidos  
ratinhos franganotes macacões:

calai, calai a túrgida oratória  
essa lábia fingida de menção  
na hora em que Timor nos sabe a casa.

■ **IGNOTUS SUM**

## Incrível!



## Coitado do Sununu!

Para os EUA, o «crash» bolsista é, há muito, uma maneira de estar no mundo - pelo menos desde a célebre quinta-feira negra de Outubro de 1929. A partir daí as aflições bolsistas passaram a constituir o espelho cru das fragilidades de um sistema que vive cego pelo lucro, desenvolvendo, concomitantemente, uma panóplia alucinante de alibis a fazer lei - ao jeito das sentenças no sistema judicial norte-americano - para o «desculpe-se quem puder».

E na rotina em que se tornou o «crash» bolsista, a desculpa para o último (ocorrido há dias na sequência de uma conversa sobre redução de taxas de juro) foi cair sobre os ombros dum tal John Sununu que, no papel de chefe de gabinete da Casa Branca, teve o azar de ser o protagonista de tal anúncio. O desgraçado do Sununu bem grita, agora, que havia sido o presidente Bush «a improvisar aquela medida económica», limitando-se ele, portanto e como fiel megafone, a dizer o que lhe mandaram. Qual quê! Como a demagogia deu bronca, a culpa é do Sununu. O presidente até nem sabia de nada, tal como Reagan ignorava os negócios da droga no «Irangate» ou John Kennedy nem sabia onde ficava a Baía dos Porcos.

Entretanto, o colossal buraco que é a economia norte-americana lá vai singrando até ao naufrágio final. O que não nos alegra particular-

mente, pelo simples facto de nos terem também enfiado neste barco. No porão e como tripulação de segunda, mas, mesmo assim, no barco...

## Os tesouros do Boris

Além de maciço democrata, Boris Ieltsin é também um improvisador de alto coturno. Na Rússia tornou-se famosa a sua utilização dos transportes colectivos para sacar simpatias públicas e das viaturas do Estado para saciar gostos privados, bem como o seu agudo sentido da economia de mercado ao perguntar a um publicitário francês - a quem encomendara um trabalho de promoção pessoal - quanto é que ele (publicitário) «lhe pagava para entrar no anúncio» (isto após o homem ter feito, às suas custas, o trabalho encomendado).

Continuando a não deixar o crédito por mãos alheias, o insuperável Boris foi agora à Alemanha e não esteve com meias medidas: anunciou que sabia da localização do famoso «Quarto de Âmbar», um conjunto de quadros formado por embutidos de âmbar e escondido algures, em território alemão, pelos nazis que o haviam roubado durante a invasão à União Soviética. E o mais engraçado é que os alemães, apesar de toda a gente achar que aquilo não passa de mais um «bluff», desataram a esburacar por tudo o que era sítio.

Grande Boris! Se a Leste semeia escombros, ao menos a Ocidente abre buracos!

## Quem debuta assim...

Com a devida vénia e dispensando, obviamente, comentários, condensamos uma apaixonante reportagem publicada em meia página do «Diário de Notícias» sobre um «baile de debutantes do Porto». Segurem-se:

(...) Finalmente, à hora apazada, os pares de debutantes subiram, com vagares convenientes ao acto, a escadaria rangente do Ateneu, detendo-se, por breves instantes, à entrada do salão nobre. (...) Gente de vários misteres, amantes da informática e dos negócios desta época, ombreavam com cidadãos austríacos que para o efeito foram convidados especiais (...) a exuberância do baile ao ritmo e figurino austríacos foi até às tantas, com os convivas empenhados em trazer ao Porto a majestosa corrente do Danúbio Azul. (...) Da variada ementa de 25 iguarias, os convidados puderam saborear desde ceda de porco ao presunto laminado, ameigando as papilas gustativas com um património doceiro. (...) Em suma, tudo a condizer, tudo muito alegre e feliz numa noite de sonho e algo de irreal como são todas as noites inventadas repletas de luz e de referências passadas, Strauss vivo, tangos espevitados, chá-chá-chás trepidantes, «uh!», sons e poses imorreduros.

(Sei que prometemos não comentar, por isso desculpem lá não resistirmos a um pequenino aparte: «UH»).

# frases da Semana

“Como militante e candidato a secretário-geral da JS, não apoio nenhum candidato a secretário-geral do partido e, mais, vejo todos os candidatos a secretário-geral, sejam eles quais forem, como potenciais adversários.”

☞ (Daniel Adrião, candidato a secretário-geral da JS — «Público», 24.11.91)

“Como militante do partido, apoio um candidato a secretário-geral do partido. Como candidato a secretário-geral da JS, obviamente que sou equidistante.”

☞ (António José Seguro — idem)

“Eu mantenho-me equidistante pelo simples facto de estar inscrito no PS há oito meses e não tenho ainda opinião formada.”

☞ (Luís Miguel Duarte — idem)

“O centro é um gambuzino político. Vai atrás das dinâmicas de vitória e segue quem lhe oferece soluções de poder.”

☞ (Manuel Alegre, PS — «O Jomal», 22.11.91)

“Quando entrei para o partido, e eles convidaram-me em Fevereiro de 1990, eu aceitei em Outubro desse ano. Achei na altura que (partido dos reformados) era pouco e, porque estamos a caminho de um mundo novo, achei que deveria ser o partido da pós-modernidade.”

☞ (Manuel Sérgio, PSN — «O Diabo», 26.11.91)

“Envio uma palavra de alento ao príncipe Alexis Romanov. Vamos ajudá-lo a ressuscitar a Ucrânia e, a partir dela, a Santa Rússia.”

☞ (D. Armando Monteiro, recém-entronizado arcebispo-primaz da Ibéria, na primeira missa da Igreja Católica Ortodoxa em Portugal — «Público», 25.11.91)

“Os portugueses têm de ter a coragem para caminhar decididamente no sentido de abandonar o papel de fornecedores de mão-de-obra barata à Europa», disse hoje, em Lisboa, o Presidente da República, Mário Soares.”

☞ («Lusa», 26.11.91)

# BANCAS de NATAL

C. T. do PCP/BOAVISTA

Este ano com uma grande variedade de artigos

- MERCEARIA: BACALHAU \* PRESUNTO \* SALPICÃO \* QUEIJO DA SERRA \* ENCHIDOS VÁRIOS DA SERRA DA ESTRELA \* AZEITE \* MEL \* BEBIDAS VÁRIAS \* FILI GRANAS \* PELES \* ARTESANATO DIVERSO
  - + LIVROS \* MATERIAL ESCOLAR \* DISCOS + VÍDEOCASSETES E ACESSÓRIOS DE VÍDEO E ÁUDIO \* MOSTRA E VENDA DE ARTES PLÁSTICAS \* MANTAS \* MALAS E CARTEIRAS \* TEXTILS LAR \* MALHAS \* LOUÇAS \* ELECTRODOMÉSTICOS \* UTILIDADES \* BRINQUEDOS \* muito mais novidades
- encontrarás no Mercado de Natal do C.T. do PCP da Boavista.



no C.T. do P.C.P. GOUVEIA

*Peles Brinquedos Artesanato Críveis*



*Boas Festas!*  
**NO CENTRO DE TRABALHO DA AMADORA**  
*Feliz Natal!*  
*Próspero 1992!*

**HORÁRIO:**  
DE 20:00H ÀS 23:00H  
DE 10:00H ÀS 13:00H  
DE 17:00H ÀS 19:00H

ROUPAS \* BRINQUEDOS \* CRISTAIS \* LOIÇAS \* LIVROS \* DISCOS \* CASSETAS \* CHOCOLATES \* VINHOS, ETC.



no QUIOSQUE DO ROSSIO de 2.ª a sábado das 12 às 18 horas e no CT de ALGÉS... e Também em CASCAIS e ALCABIDECHE !!

## Agenda

### Plenário da célula da Sorefame

Hoje no CT da Amadora com a participação do camarada Vidal Pinto

### Plenários em Lisboa

Para hoje, quinta-feira, está prevista a realização de reuniões plenárias de dois sectores da Organização da cidade: dos Serviços, sobre a próxima Conferência Sindical Nacional, com a participação do camarada Américo Costa - a partir das 19.30 no CT da Av. Duque de Loulé, e dos Reformados Bancários - esta com início às 10 horas no Centro de Trabalho Vitória.

No sábado realiza-se na sede da UPPSS (Alameda D. Afonso Henriques) um plenário de militantes da freguesia do Alto do Pina.

Dois outros plenários estão marcados para 3ª feira, dia 3: do Sector Oriental de Empresas, com a participação do camarada Vidal Pinto - às 19 horas no Centro de Trabalho de Marvila; do Sector da Função Pública, para debate de questões relacionadas com a Conferência Sindical Nacional, a partir das 18.30 no CT Vitória.

### Debate em Espinho

Hoje às 21.30 com a participação de Vítor Dias

O DEBATE IDEOLÓGICO HOJE E O PCP NA SOCIEDADE PORTUGUESA

### Debate em Torres Vedras

A situação internacional estará em debate amanhã, às 21.30, no Centro de Trabalho de Torres Vedras, durante uma reunião promovida pela organização local do Partido. Estará presente o camarada Villaverde Cabral.

### Plenário de militantes e amigos das empresas de Cascais

Hoje às 19 horas no CT de Cascais

### Convívio em Loures

O escritor José Fanha participa no domingo num almoço-convívio promovido pela JCP no refeitório da Câmara Municipal. O convívio prossegue durante a tarde, estando previsto um debate... e baile!

### Reuniões em Sintra

Em Queluz realiza-se amanhã, sexta-feira, uma reunião da Comissão de Freguesia com os eleitos da CDU em Belas. Ainda amanhã, no Cacém, no Centro de Trabalho, tem lugar um plenário dos militantes da freguesia. Às 21.30. Em Rio de Mouro realiza-se amanhã uma reunião com os eleitos da CDU locais (às 21.30, no CT) e na segunda-feira, com início também às 21.30 e no mesmo Centro de Trabalho, um Encontro de eleitos do PCP nas autarquias do concelho de Sintra.



**TIMOR - LESTE**  
LIVRE E INDEPENDENTE

### SOLIDARIEDADE COM O POVO DE TIMOR-LESTE

\* Sábado em Setúbal

Atuação de rua (Lg. Misericórdia) durante o dia  
Vigília junto ao coreto da Av. Luísa Todi à noite

Promovido pelo Grupo de Jovens PORTIMOR

\* Domingo em Setúbal

Debate moderado pelo MDM Setúbal com a participação da jornalista australiana Jill Jolliffe e de representantes da comunidade timorense em Portugal

A partir das 15 horas na Sala de Sessões da Câmara Municipal

\* Sexta-feira em Lisboa

Debate promovido pela DORL no Hotel Embaixador

Às 21 horas

(em virtude desta iniciativa e para permitir a todos participarem nela, foi adiada para data ulterior a reunião anteriormente convocada para amanhã, no CT Vitória, sobre questões da Paz e Solidariedade)



### Sextas Jovens

As primeiras sextas-feiras de cada mês passam a ser no CT Vitória **Sextas Jovens** - programas concebidos especialmente pelo PCP e a JCP para os jovens de Lisboa. Música, convívio e serviço de bar serão pano de fundo para iniciativas de ordem cultural e política muito diversas. A Sexta Jovem nº 1 tem lugar já no próximo dia 6 de Dezembro e será animada por um debate que contará com a participação do camarada José Casanova: «Interrogações no final do Século: Ser comunista ainda fará sentido?»

## Televisão

## Filmes na TV

### Quinta, 28

#### Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia (II)  
10.30 Ricardina e Marta  
11.00 Bom Dia (III)  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Cousteau: «Gente do Mar»  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 O Rendez-Vous  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 Ponto por Ponto  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.05 Caderno Diário  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Desenhos Animados  
20.25 Rainha da Sucata  
21.35 Os Simpsons  
22.00 Traffik  
22.55 Os Olhos da Lua  
00.05 24 Horas  
00.40 Remate  
00.50 Histórias Fantásticas

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Primeiro Jornal  
12.05 Os Cavaleiros das Estrelas  
12.30 Curso de Alemão  
12.45 O Mundo de Jorge  
12.55 Filhos e Filhas  
13.25 Agora Escolha (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora Escolha (II)  
15.30 Recreio do 2  
16.35 Guarda Florestal  
17.25 A Natureza das Coisas  
17.55 Clip-Club  
18.25 Eterno Feminino  
18.55 Regiões Magazine  
19.15 Andebol  
20.45 Zás Trás  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 O Sr. Almaníaco  
21.35 Johnny Hallyday em Bercy  
22.35 A Ilustre Casa de Black Adder  
23.05 A Orgia Dourada  
(ver «Filmes na TV»)

### Sexta, 29

#### Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Ricardina e Marta  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Exploração  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Diga... 33 e 1/2  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 Ponto por Ponto  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.05 Caderno Diário  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Desenhos Animados  
20.25 Rainha da Sucata  
21.30 Destinos Opostos  
(ver «Filmes na TV»)  
23.30 Cheers, Aquele Bar  
24.00 24 Horas  
00.35 Remate  
01.05 A Rosa  
(ver «Filmes na TV»)

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Primeiro Jornal  
12.05 Universo Juvenil  
12.30 Curso de Francês  
12.45 Histórias da Nossa Terra  
13.00 Filhos e Filhas  
13.25 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
17.00 Burlescos  
17.25 A Raça Humana

17.50 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
18.55 Regiões Magazine  
19.15 Andebol  
20.45 Zás Trás  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 O Sr. Almaníaco  
21.35 Por Mares Nunca Dantes Navegados  
22.25 Rotações  
23.30 Pantanal  
00.55 Cop Rock

### Sábado, 30

#### Canal 1

08.00 À Mão de Semear  
08.25 Canal Jovem  
13.00 Encontro à Uma  
13.55 A Guerra dos Mundos  
14.45 Diamond Awards 90 (IV)  
15.45 T & T  
16.10 O Amigo da Onça  
(ver «Filmes na TV»)  
17.45 E os Muros Caíram...  
18.40 O Mandarim  
19.45 Totoloto  
20.00 Jornal de Sábado  
21.20 Desenhos Animados  
21.30 Kananga do Japão  
23.05 Casa Cheia  
23.55 Contigo Ninguém Dorme  
(ver «Filmes na TV»)  
01.40 Remate

#### Canal 2

09.00 Universidade Aberta  
11.35 Forum Musical (I)  
12.00 Primeiro Jornal  
12.05 Forum Musical (II)  
13.10 Agarra o 2  
13.45 Rua 42  
(ver «Filmes na TV»)  
16.00 Estádio (I)  
18.30 Jornal Fim-de-Semana  
19.00 Arca de Noé  
19.40 Outras Músicas  
21.00 Estádio (II)  
23.30 Pantanal  
01.00 As Teias da Lei

### Domingo, 1

#### Canal 1

08.00 Canal Jovem  
11.25 Missa  
12.30 70 x 7  
13.00 Notícias  
13.15 Os Jovens Cowboys  
14.00 Desafios da Vida  
14.50 Top+  
15.45 Falta um Dinossauro  
(ver «Filmes na TV»)  
17.20 As Aventuras do Cavalo Preto  
17.45 ET - Entretenimento Total  
18.50 Os Golos da Jornada  
18.55 McGyver  
20.00 Jornal de Domingo  
20.35 Desenhos Animados  
20.50 Kananga do Japão  
22.30 Domingo Desportivo  
23.40 O Sangue dos Outros  
00.35 Conversa Afiada  
01.40 Remate

#### Canal 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 Revolução Azul  
10.55 Regiões Magazine  
11.55 Primeiro Jornal  
12.00 Agarra o 2  
13.05 Vida Nova  
14.00 Troféu  
20.20 Palavra Puxa Palavra  
21.00 Nós 2  
22.00 O Sr. Almaníaco  
22.05 Artes e Letras: «Carnegie Hall»  
22.55 Sob a Bandeira da Coragem  
(ver «Filmes na TV»)  
00.05 Tauromaquia

### Segunda, 2

#### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia  
11.15 Ricardina e Marta  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Paragem no Tempo  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Um Homem de Orgulho  
(ver «Filmes na TV»)

12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Sobrevivência  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 A Minha Última Condessa  
(ver «Filmes na TV»)  
16.10 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.40 A Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.25 Rainha da Sucata  
21.30 O Preço Certo  
23.00 O Rei dos Jornais  
00.05 24 Horas  
00.40 Remate

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Primeiro Jornal  
12.05 O Homem da Carabina  
12.30 Curso de Alemão  
12.45 O Mundo de Jorge  
12.55 Filhos e Filhas  
13.40 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
16.00 As Aventuras de Black Beauty  
17.00 Documentário  
18.00 Clip-Club  
18.15 Eterno Feminino  
19.20 Dramazine  
19.50 Arsenal Hall  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Falar Claro  
22.35 Teatro

### Terça, 3

#### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia  
11.15 Ricardina e Marta  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Nave Terra  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Clano de Bergerac  
(ver «Filmes na TV»)  
16.05 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.25 Rainha da Sucata  
21.15 A Lei de Murphy  
22.55 Primeira Página  
23.55 Carol & Companhia  
00.25 24 Horas  
01.00 Remate

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Primeiro Jornal  
12.05 Goolles  
12.30 Curso de Francês  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
16.30 Madiken  
17.00 Sobrevivência  
17.30 Tribunal de Juri  
18.00 Clip Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.30 Cinemazine  
19.55 O Grande Sonho  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 1000 Imagens  
22.10 Cinemadois  
00.20 Pop-Off

### Quarta, 4

#### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia  
11.15 Ricardina e Marta  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Paragem no Tempo  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Um Homem de Orgulho  
(ver «Filmes na TV»)



24 de Outubro de 1929. «Quinta-feira negra». 13 milhões de títulos mudam de mãos na Bolsa de Nova Iorque. Era o «crack». Era a maior crise económica do mundo capitalista a abater-se sobre Wall Street, pólo financeiro do mundo. De 1 de Outubro a 1 de Novembro do mesmo ano, o valor dos títulos registados na Stock Exchange desce de 87 biliões de dólares para 55 biliões. Em Março seguinte, esse valor é já de 19 biliões — um declínio de 77,8%. O pânico bolsista transforma-se em profunda depressão económica. A produção industrial afunda-se, sobretudo na indústria pesada. Encerram milhares de fábricas. Um quinto dos bancos americanos declaram falência. Em 1932, o número de famílias sem recursos eleva-se a 4 milhões: 15 a 20 milhões de bocas para alimentar. No final desse ano, os salários totais do proletariado americano atingem uma baixa de cerca de 60%, milhões de agricultores estão à beira da miséria absoluta, registam-se 17 milhões de desempregados nos Estados Unidos.

4 de Março de 1933. Investidura do novo Presidente dos EUA — Franklin Delano Roosevelt. A Primavera assinala o início da transição da crise económica para uma depressão prolongada. Três meses mais tarde, em 13 de Junho, o Congresso dos EUA aprova a Lei para o Saneamento Económico — o Industrial Recovery Act. Era o «New Deal». Nesse mesmo ano, a Warner («major» entre as maiores) inicia o lançamento de uma série de filmes musicais que têm, como pano de fundo do próprio argumento, sinais da Grande Depressão. Inexcedíveis espectáculos de música, dança e cinema, estes filmes são também, para Hollywood, o contraponto adequado às agruras

da crise económica, o renascer da «fábrica de sonhos», o «new deal» cinematográfico a aquecer as esperanças dos espectadores em dias melhores. Significativamente, *Gold Diggers of 1933* começa com Ginger Rogers a cantar, num número de antologia, *We're in the Money*, com o corpo coberto, apenas, por moedas de todos os tamanhos! Tudo começara com a «Rua 2» (1933) e continuará com *Gold Diggers of 1935*, *1937* e *Gold Diggers in Paris* (1938), sem esquecer *Footlight Parade*, também de 1933.

É a esta série de esplendrosos filmes que marcam uma época que a RTP dedica (praticamente sem exclusões) um ciclo de visão imprescindível que agora começa e em que avulta o génio de um dos maiores coreógrafos do cinema — Busby Berkeley — comandando, em deslumbrantes coreografias, centenas de «girls», repuxos e palcos rotativos, círculos floridos e espelhos caleidoscópicos, dezenas de violinos e de pianos, e, sobretudo, uma câmara que, pela primeira vez, se erguia da superfície rasteira do «plateau» para a aventura louca das alturas, dançando, também ela, na extremidade de uma grua.

«New Deal» televisivo para fazer olvidar as agruras desta «democracia de sucesso»?...

### ORGIA DOURADA

«Gold Diggers of 1933» (EUA/1933). Realização de Mervin LeRoy. Interpretação de Joan Blondel, Dick Powell, Ruby Keeler, Ginger Rogers. P/B, 92 minutos.  
(Quinta, 23.05, Canal 2)

### O RENDEZ-VOUS

«The Appointment» (EUA/1969). Realização de Sidney Lumet. Interpretação de Omar Sharif, Anouk Aimée, Lotte Lenya, Fausto Tozzi. Cor, 113 minutos.



00.25 24 Horas  
01.00 Remate

### Canal 2

12.00 Primeiro Jornal  
12.05 2020 - Polícias em Acção  
12.30 Curso de Francês  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
16.30 O Caminho das Estrelas II

### Canal 2

12.00 Primeiro Jornal  
12.05 2020 - Polícias em Acção  
12.30 Curso de Francês  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
16.30 O Caminho das Estrelas II  
17.30 Sarah  
17.55 Clip-Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.30 Uma Questão de Palavras  
19.40 Concerto para Jovens  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 Mozart  
23.15 Carlos Cruz: Quarta-feira

Realizador competente e seguro e, em muitos casos, brilhante representante do melhor cinema social e político norte-americano, Sidney Lumet falha aqui redondamente nesta experiência pelos caminhos do melodrama romântico. A total inverosimilhança do par Omar Sharif/Anouk Aimée também não ajuda (e a excelente fotografia de Carlo di Palma não chega para salvar) nesta história que nos conta as desventuras de um marido que descobre ter sido a sua mulher uma prostituta antes do seu casamento com ela.  
(Quinta, 14.35, Canal 1)

### DIGA... TRINTA E TRÊS E MEIO

«Doctor in Distress» (G. Br./1963). Realização de Ralph Thomas. Interpretação de Dirk Bogarde, James Ro-

bertson Justice, Samantha Eggar, Barbara Murray, Mylene Demongeot. Cor, 98 minutos.

Última aparição de Bogarde nesta série de comédia inglesa que Ralph Thomas perpetrou a seguir à série «Com Jeito Vai...» que os telespectadores portugueses mal avisados tiveram de suportar nestas últimas semanas. Esperamos que seja exemplar único!  
(Sexta, 14.35, Canal 1)

### DESTINOS OPOSTOS

«Five Easy Pieces» (EUA/1970). Realização de Bob Rafelson. Interpretação de Jack Nicholson, Karen Black, Lois Smith, Susan Anspach, Billy Green Bush. Cor, 95 minutos.

A matriz é, evidentemente, Jack Kerouac e Dennis Hopper e o retrato é o de uma América doente dos finais dos anos 60 em contraposição (mesmo como modelo fílmico) ao sonho americano «made in Hollywood». Os bares, os motéis, as estações de gasolina são os pontos de encontro para todas as solidões, nesta paisagem feita de estradas sem fim. Nomeado para o Oscar do Melhor Filme, «Destinos Opostos» tem em Jack Nicholson o seu principal intérprete, mas Karen Black, Susan Anspach e Billy Green Bush acompanham-no à altura. Brilhante escrita para o cinema de Adrien Joyce.  
(Sexta, 21.30, Canal 1)

### A ROSA

«The Rose» (EUA/1979). Realização de Mark Rydell. Interpretação de Bette Midler, Alan Bates, Frederic

CINEMA

Forrest, Harry Dean Stanton, Barry Primus. Cor, 129 minutos.

Dos «píncaros da fama» às «profundezas do inferno», esta é a história (porventura baseada, de forma grotesca, na vida de Janis Joplin) de uma grande vedeta do rock arruinada na sua carreira fulgurante pelos vícios e pela droga. Filme depressivo e angustiante, de grande histeria visual (apesar de tudo bem servido pela brilhante fotografia de Vilmos Zsigmond), tem no «overacting» de Bette Midler (no seu primeiro papel no cinema) a intérprete a preceito. Bem melhores, no entanto, são Alan Bates e, sobretudo, Frederic Forrest (nomeado para o Oscar do Melhor Actor Secundário).

(Sexta, 01.15, Canal 1)

**RUA 42**  
42nd Street» (EUA/1933). Realização de Lloyd Bacon. Interpretação de Warner Baxter, Bebe Daniels, George Brent, Una Merkel, Tuby Keeler, Guy Kibbee, Dick Powel, Ginger Rogers. P/B, 87 minutos.

Segundo filme do ciclo dedicado a Busby Berkeley, «Rua 42» é, também, uma referência obrigatória na história gloriosa de um «género» que tem, na Warner, o lugar incontornável do seu renascimento. A história é, no fundo, a mesma de sempre: quem não conhece as peripécias (que dão pano para mangas) do espectáculo da Broadway que está para estrear e que, nas vésperas, se arrisca a fracassar se não fosse...

Brilhantes bailados e movimentos de câmara «impossíveis» são o envolvimento de luxo para canções como «Young and Healthy» (no genérico), «You're Getting to be a Habit With Me» ou «Shuffle Off to Buffalo.» Atenção a um par de sonho: Ruby Keeler e Dick Powell.

(Sábado, 14.25, Canal 2)

**O AMIGO DA ONÇA**  
«Buddy Buddy» (EUA/1981). Realização de Billy Wilder. Interpretação de Jack Lemon, Walter Matthau, Paula Prentiss, Klaus Kinski, Dana Elcar, Miles Chaplin. Cor, 92 minutos.

Filme menor de um grande cineasta, este «remake» de um famoso e justo êxito do cinema francês dos anos 70 («L'Emmerdeur», de Edouard Molinaro), tem, em Jack Lemon e Walter Matthau, dois intérpretes irresistíveis. É uma comédia hilariante que conta a história de um assassino profissional que é perturbado na sua tarefa de liquidar um homem pela súbita aparição de um suicida absolutamente insuportável. «Insuportável» é, também, a presença de Paula Prentiss, a não subestimar de forma alguma...

(Sábado, 16.40, Canal 1)

**CONTIGO NINGUÉM DORME**  
«T'Empeches Tout Le monde de Dormir» (Fr./1982). Realização de Gérard Lauzier. Interpretação de Daniel Auteuil, Catherine Allier, Anne Jousset, Tanya Lopert, Philippe Khorsand. Cor, 90 minutos.

Adaptação ao cinema de uma peça do próprio realizador, cujo enredo se confina às quatro paredes de um apartamento, em Paris, para onde duas jovens levam um guitarrista que impede toda a gente (incluindo elas próprias...) de dormir. É uma comédia de actores, ao que parece bem servida por um trio de jovens intérpretes franceses.

(Sábado, 23.55, Canal 1)

**FALTA UM DINOSSAURO**  
«One of our Dinosaurs is Missing» (EUA/1975). Realização de Robert Stevenson. Interpretação de Peter Ustinov, Helen Hayes, Clive Revill, Derek Nimmo, Joan Sims, Andrew Dove. Cor, 90 minutos.

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Divina Comédia	—	★★	—	★★
<b>B</b>	O Silêncio dos Inocentes	—	★★★★	★★★★	★★★★
<b>C</b>	Thelma e Louise	—	★★★	—	★★★
<b>D</b>	Pensamentos Mortais	—	★★	—	—
<b>E</b>	Commitments	—	★★	—	—
<b>F</b>	Um Anjo à Minha Mesa	—	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Manoel de Oliveira — King/2 (15.00, 17.30) — Lisboa.
- B — Real. Jonathan Demme — City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Ridley Scott — Alfa/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00). Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45). Turim (15.00, 17.30, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Alan Rudolph — Alfa/3 (16.45, 19.45, 21.30); Amoreiras/6 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24); Quarteto/4 (14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00); S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- E — Real. Alan Parker — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- F — Real. Jane Campion — King/3 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45) — Lisboa.

Rectificação — Por lapso, a classificação do nosso colaborador Manuel Neves ao filme O Silêncio dos Inocentes ficou reduzida a duas estrelas, quando na verdade era de quatro estrelas. Aqui fica a rectificação, com pedido de desculpas ao M. Neves e aos leitores.

Mais apropriada a uma noite de insónia do que a uma tarde de domingo, esta comédia de espionagem abaixo da média, saída dos estúdios Disney, conta a história passada à volta de uma fórmula escondida num osso de dinossauro, onde apenas se safa Peter Ustinov.

(Domingo, 15.45, Canal 1)

**SOB A BANDEIRA DA CORAGEM**  
«The Red Badge of Courage» (EUA/1951). Realização de John Huston. Interpretação de Audie Murphy, Bill Mauldin, Royal Bano, Jonh Dierkes, Douglas Dick, Andy Devine. P/B, 67 minutos.

Torpedeado na sua estreia pelos distribuidores, perturbado na sua montagem final pelos produtores, este filme de mestre Huston foi vincadamente subestimado aquando da sua estreia e as peripécias que envolveram o percurso do filme são esmiuçadas ao pormenor no livro, de Lillian Ross, «Picture». Mas talvez que as «desgraças» que o tornaram um filme azarento residam mais na problemática que aborda (a cobardia, a coragem) e nas imagens de soldados (americanos) a fugir...

(Domingo, 22.55, Canal 2)

**A MINHA ÚLTIMA CONDESSA**  
«Drop Dead Darling» ou «Arrivederci Baby» (G. Br./1966). Realização de Ken Hughes. Interpretação de Tony Curtis, Rosanna Schiaffino, Lionel Jeffries, Zsa Zsa Gabor, Nancy Kwan. Cor, 105 minutos.

Tema cómico acerca de um «barba azul» que mata as suas mulheres por dinheiro. Já se viu melhor, no género.

(Segunda, 14.35, Canal 1)

**CYRANO DE BERGERAC**  
«Cyrano de Bergerac» (EUA/1950). Realização de Michael Gordon. Interpretação de Jose Ferrer, Mala Powers, William Prince, Morris Carnovsky, Ralph Clanton. P/B, 112 minutos.

Não fora a recente e fabulosa versão de Jean-Paul Rappeneau, e esta seria, ainda, a melhor adaptação ao cinema do clássico teatral de Edmond Rostand, numa encena-

ção de Michael Gordon que faz esquecer alguns pecados de Hollywood na matéria. Oscar para a soberba interpretação de Jose Ferrer no papel do soldado-poeta secretamente apaixonado por sua prima Roxane mas que, atormentado pelo seu defeito físico, apenas pode fazer-lhe chegar a mensagem da sua paixão emprestando a volve ao seu companheiro de armas, Christian.

(Terça, 14.35, Canal 1)

**UM HOMEM DE ORGULHO**  
«Proud Men» (EUA/1987). Realização de William A. Graham. Interpretação de Charlton Heston, Peter Strauss, Belinda Belaski, Alan Autry. Cor, 100 minutos.

Telefilme em que duas esforçadas interpretações de Heston e Strauss são completamente subvertidas por um argumento falhado que conta a história dos desentendimentos entre um rancheiro e o seu filho.

(Quarta, 14.35, Canal 1)

**AMADEUS**  
«Amadeus» (EUA/1984). Realização de Milos Forman. Interpretação de F. Murray Abraham, Tom Hulce, Elisabeth Berridge, Roy Dotrice, Jeffrey Jones, Richard Frank. Cor, 157 minutos.

Sem totalmente alcançar o fogo dramático da peça teatral que lhe está na origem (adaptada ao cinema pelo seu próprio autor, Peter Shaffer) este admirável filme de Milos Forman é, entretanto, inteiramente merecedor dos sete Oscars que alcançou. Realce especial para o da espantosa interpretação de F. Murray Abraham (Salieri) e para a espectacular e bellissima realização dos Milos Forman num filme que retrata implacavelmente a rivalidade entre a alegada mediocridade musical de Salieri e o génio de Mozart. Os mozartianos ficaram irremediavelmente chocados com as «figuras» de Amadeus e também com a versão da génese do «Requiem» - mas, seja como for, é precisamente esta sequência que contém um fabulosa invenção cinematográfica: o acto criador musical apresentado, na banda sonora, como se de um «monólogo interior» se tratasse. Antológico!

(Quarta, 21.30, Canal 1)

TEATRO

**CASA DA COMÉDIA**  
R. S. Francisco Borja, 25 (às Jane-las Verdes). Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O ÚLTIMO DOS MARIALVAS, de Neil Simon, encenação de Melinda Mourão.

**CLUBE ESTEFÂNIA**  
R. An.ª Maria Inácio, 41, r/c. Tel. 542249. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17.00, dom. às 21.30. DESIMAGINAÇÃO, de António Pedro, com o grupo Persona.

**TEATRO DO BANHO ALTO**  
R. Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. ATÉ QUE COMO O QUÊ QUASE, baseado em textos de Beckett, encenação de Luís-Miguel Cintra.

**TEATRO DO CALVÁRIO**  
R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. De 5ª a dom. às 21.30. AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, produção e encenação de Fernando Gomes/Teatro Livre.

**TEATRO DA COMUNA**  
Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

**TEATRO MARIA VITÓRIA**  
Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00. VAMOS A VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

**TEATRO NACIONAL D. MARIA II**  
Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

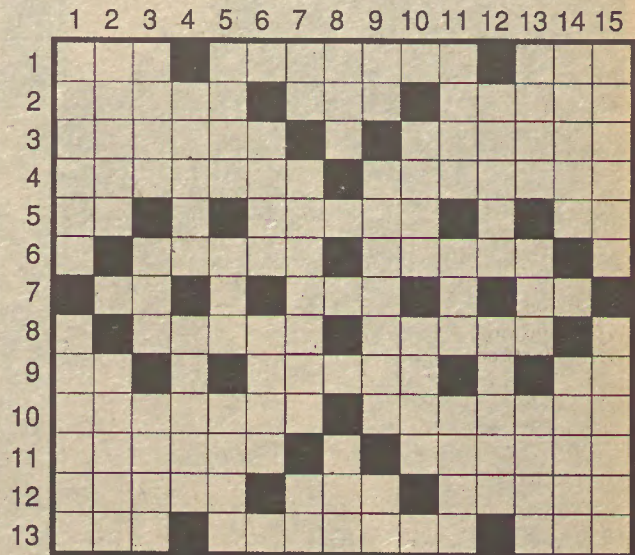
**TEATRO DA TRINDADE**  
Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 20.30, sáb. e dom. às 16.30. INVERNO 45, de Michel Deutsch, encenação de Cacá

**PARA CRIANÇAS**

**TEATRO DO CALVÁRIO**  
R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

**TEATRO DE CARNIDE**  
Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Domingo às 11.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

PALAVRAS CRUZADAS



**Horizontais:** Governanta; pequeno chicharro; remoinho de água. 2 — Físico e químico francês ligado à descoberta da Rádio; fg. do conc. de Oliveira do Bairro; cair neve. 3 — Respeitar; sem pêlo. 4 — Costuraram; miraram; 5 — Nome de letra (pl.); local de fazer vinho e azeite, saudável. 6 — Paladar; garoto. 7 — Cobre (simb.); metade do Egipto; conj. 8 — Içais; navalha. 9 — Cont. pre. e art.; sortes (fam.); Sódio (simb.). 10 — Vila do Distr. de Aveiro; pedras preciosas azuis. 11 — Servido; cicatrizada. 12 — Oferecesse; fúria; devastar. 13 — Patrão; barco para a travessia de rios e pesca à linha; ave corredora australiana.

**Verticais:** 1 — Conselheiro desfrutado; sedimento. 2 — Mucosidades; escutam. 3 — Lavras; pron. poss.; zombaria. 4 — Repete; locais onde se arremata o peixe. 5 — Comer à noite; jibóia; composições poéticas. 6 — Insecto ortóptero; pron. demonstr. 7 — Letra grega; cheiro do mar na vauzante; quatro romanos. 8 — Camareira; quantia diária recebida pelos soldados. 9 — Forma redutiva de rapaz; vendedeiras de peixe; grito de dor. 10 — Fogueira onde se queimavam os cadáveres; alas. 11 — Ligas; progenitor; rebanho. 12 — Prendera-se com eles; mercado. 13 — Vila do distr. de Aveiro; zune; a escória. 14 — Correntes de água; flutuam. 15 — Perfumes; matrimoniara-se.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

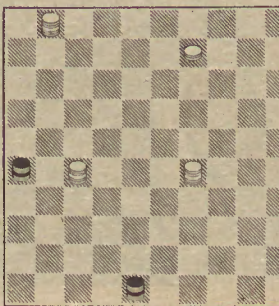
**Horizontais:** 1 — Rabecas; Euterpe. 2 — Abalas; sanear. 3 — Faca; Apolo; aula. 4 — Ano; era; som. 5 — Dó; pua; ró. 6 — Pé; Liana; em. 7 — Cativa; ocelos. 8 — Pedido; óperas. 9 — Azo; até; ova. 10 — Sr.; alatinado; in. 11 — Com; onerado; ara. 12 — Atas; alar. 13 — Lares; Rui; glosa.

**Verticais:** 1 — Rafado; Pascal. 2 — Abano; Ce; rota. 3 — Baco; pada; mar. 4 — Ela; petiza; se. 5 — Cá; tu; ídolo. 6 — Asa; alvo; Ana. 7 — Pé; ia; ate. 8 — Sorna; atirou. 9 — Lá; nó; ena. 10 — Uso; laço; adi. 11 — Tá; fá; epodo. 12 — Ena; relevo; al. 13 — Réus; mora; aló. 14 — Palor; sã; iras. 15 — Éramos; sanara.

DAMAS

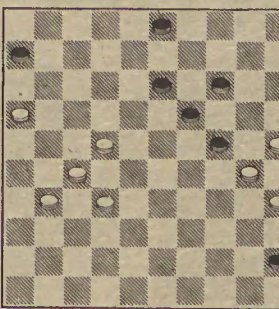
CCCXXXI - 28 de Novembro de 1991  
Proposição nº 331  
Por: E. Lieubray  
Journal de Roven, 14/X/1911

Pr.: [2]: (26)-(48)  
Br.: [4]: (1)-9-(27)-(29)



Branças jogam e ganham (5T)  
\*\*\*  
Golpe Nº 331  
Por: Pendaries  
Jogando contra E. Mathieu/1982

Pr.: [7]: 3-6-13-14-19-24-45  
Br.: [8]: 16-22-25-27-30-31-32-35



Pretas jogam e ganham (5T)  
\*\*\*  
Soluções do Nº CCCXXXI

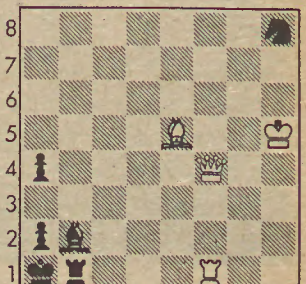
Nº 331 (E.L.): 1. 9-3=D! 1. .... (26-37); 2. 27-31 e 3. 29-42 e 4. 1-12+1.... (48-30); 2. 27-43 e 3. 29-42 e 4. 1-12+ Golpe Nº 331 (P.): 1. .... (6-11); 2. 16x7, (14-20); 3. 25x23, (45-50D); 4. 30x8, (50x26)+

A. de M.M.

XADREZ

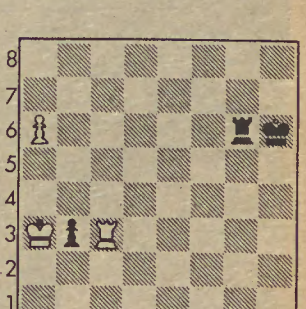
CCCXXXI - 28 de Novembro 1991  
Proposição nº 331/A  
Por: R. Bedoni  
1º Prémio Memorial Halberstadt/  
Thèmes 64, 1969

Pr.: [6]: Ps. a2,a4-Ch8-Bb2-Tb1-Ra1  
Br.: [4]: B65-Tf1-Df4-Rh5



Mate em 5 lances  
\*\*\*  
Proposição nº 331/B  
Por: Henri Rinck  
Bohemia, 1906

Pr.: [3]: Pb3-Tg6-Rh6  
Br.: [3]: Pa6-Tc3-Ra6



Branças jogam e ganham  
\*\*\*  
Soluções do Nº CCCXXXI

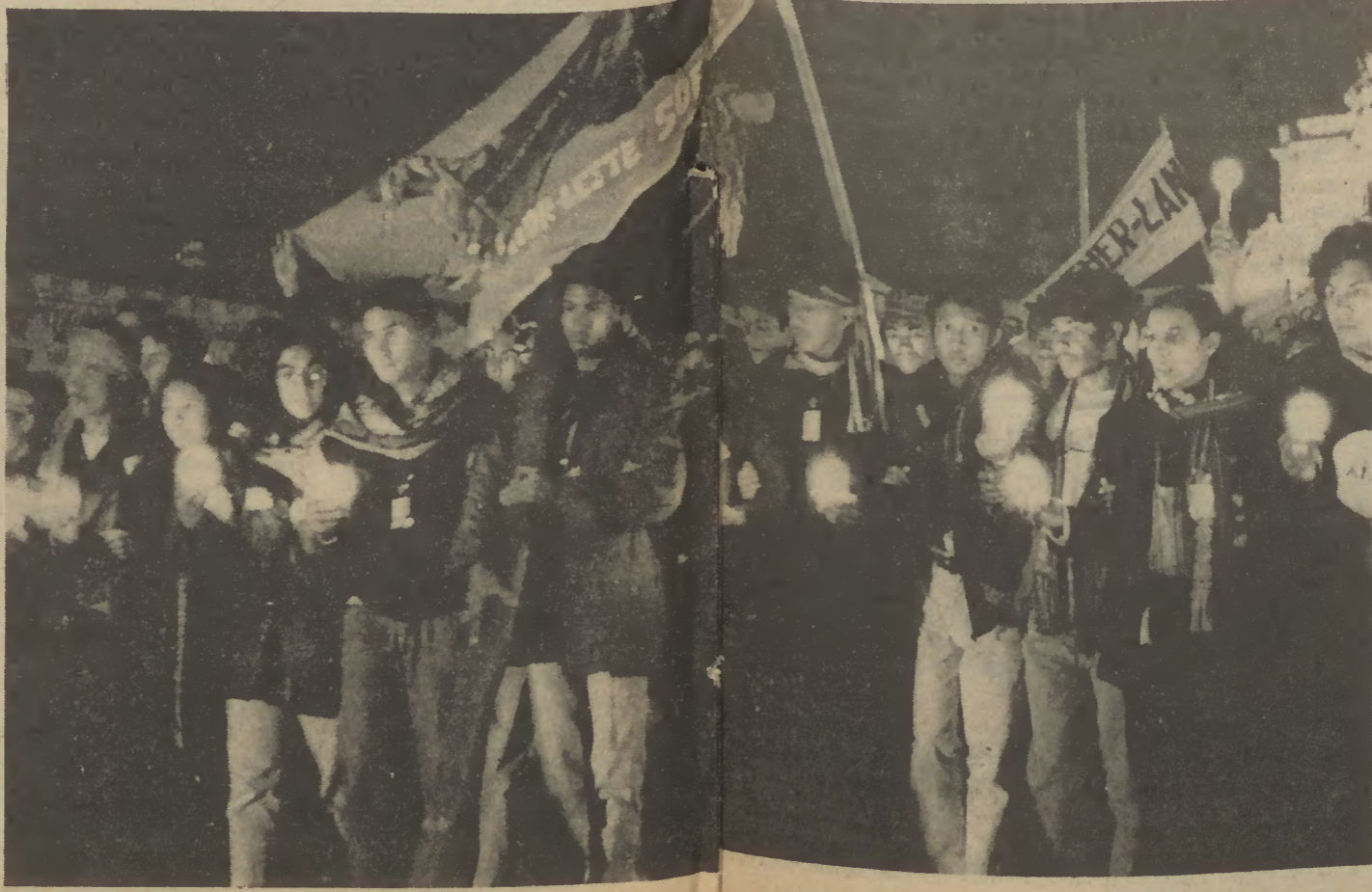
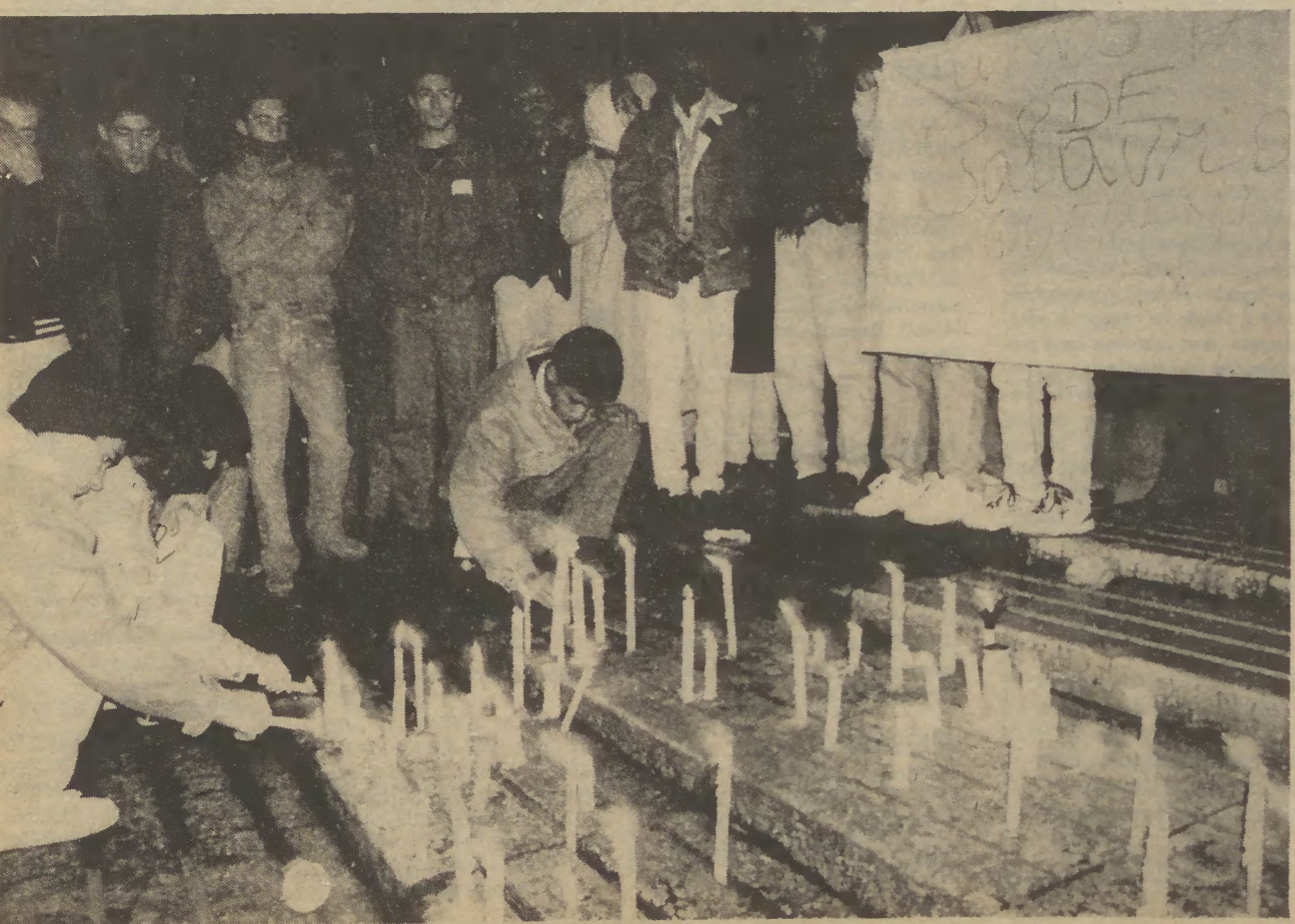
Nº 331/A (R.B.): 1. Dd4, a3; 2. Td1, Cf7; 3. Bf6, Cjoga; 4. D/R/B:CT joga (B joga); 5. T:T (B:B)+ Nº 331/B (H.R.): 1. Th3+, Rg7!; 2. Tg3, T:T; 3. a7, Tg1; 4. Rb2, Tg2+; 5. R:b3, Tg3+; 6. Rb4 e g.

A. de M.M.

Tempo

Segundo o INMG no sábado haverá céu muito nublado com boas abertas a partir do fim da manhã. Períodos de chuva fraca. No domingo, o céu será muito nublado sobretudo no litoral onde haverá chuva fraca no fim do dia. Pequena subida de temperatura e vento moderado nos dois dias.





Todos já vimos nos livros, nos jornais, no cinema e na televisão retratos de meninas e meninos a defender a liberdade de armas na mão.

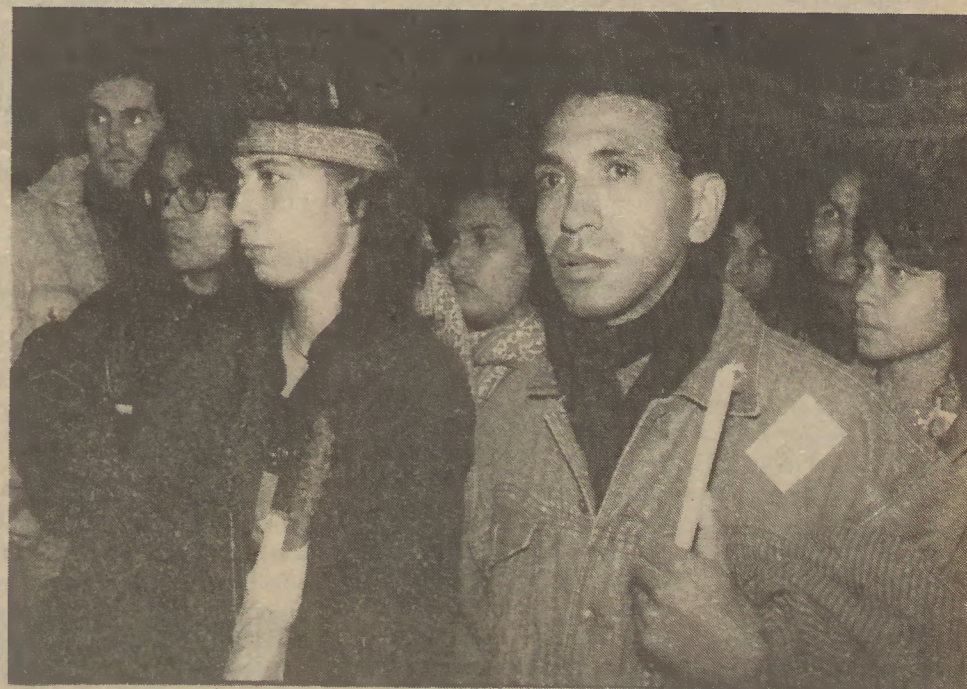
Todos já vimos nos livros, nos jornais, no cinema e na televisão retratos de cadáveres de meninos e meninas que morreram a defender a liberdade de armas na mão.

Todos já vimos! E então?

FERNANDO SYLVAN  
TIMOR



O testemunho de Steve Cox, o fotógrafo que se encontrou lá e trouxe as imagens da massacre



Poema de Fernando Sylvan, publicado em «Primeiro Livro de Poesia», selecção de Sophia de Mello Breyner Andresen, com ilustrações de Júlio Resende, publicado recentemente pela Editorial Caminho



## ÚLTIMAS

# a talhe de FOICE

## Memórias

O ex-embaixador dos EUA em Lisboa, Frank Carlucci, está decididamente rendido à nova era pós-guerra fria, à convivência pacífica, à não ingerência nos assuntos internos dos outros, à democracia. Melhor dizendo, sempre esteve, ou não fora isso mesmo que andou por cá a defender nos conturbados dias da revolução portuguesa. Afastado das lides políticas norte-americanas, Carlucci é hoje um respeitável homem de negócios, presume-se que de sucesso, que não recusa falar do seu passado por terras portuguesas até porque, como fez o favor de nos informar, a História já provou quanto ele esteve certo em apoiar a lusa democracia sem nunca, mas nunca, se ingerir no curso dos acontecimentos.

Foi na segunda-feira, no Falar Claro do Canal 2, dedicado ao tema aliciante do 25 de Novembro. À volta da mesa, fora o moderador, quatro ex-jornalistas da Tass e ex-membro do PCUS e três ex-militares de Abril, por acaso já todos na reforma por razões que nada têm a ver com a idade. Em Washington, o ex-embaixador, via satélite.

Se se falou claro sobre o 25 de Novembro é coisa ainda por apurar, mas lá que se fez luz sobre alguns aspectos obscuros do passado recente, não restam dúvidas.

Ficou-se então a saber que a tão propalada ameaça soviética não passou de hipotética e académica possibilidade destinada a povoar pesadelos de algumas cabeças mais impressionáveis e a servir de pretexto a outras tantas cabeças mais sóbrias para atalhar caminhos a veleidades socializantes. Na opinião do ex-correspondente da Tass, Breznev andava na época demasiado preocupado com a cimeira de Helsínquia para se dedicar a outros assuntos. Ele, jornalista, chegou a Lisboa nas vésperas do 25 de Novembro e julgou que a democracia portuguesa tinha acabado ali. Verifica agora que se enganou.

Mais se disse que tão-pouco os EUA pensaram em intervir em Portugal, não só porque já cá estavam mas porque na época sofreram um ataque súbito de democracia aguda, fruto quicá dos remorsos dos 48 longos anos de amena cooperação com o regime fascista, como a colaboração da CIA com a PIDE bem ilustra.

A propósito não foi possível ouvir a abalizada opinião de Carlucci, que durante o período de aluguer do satélite foi acometido por profundos lapsos de memória e lamentáveis falhas na compreensão do português, óbice que nem a solícita assistência de Crespo no mais puro inglês conseguiu remediar.

Assim, o ex-embaixador «não tinha memória» das esquadras da NATO andarem a passear no Tejo nos momentos «quentes» da vida política portuguesa; nem do seu país ter apoiado os independentistas dos Açores; nem do apoio norte-americano à invasão de Timor; nem das ingerências dos EUA no processo de descolonização, em particular no respeitante a Angola; nem das movimentações da CIA de que Carlucci, após os bons serviços prestados em Lisboa, se viria a tornar responsável. Não «tinha memória» ou não tinha vocabulário para tanta lembrança (a língua portuguesa é muito traiçoeira), para essas questões desinteressantes do passado.

A ligação ao satélite terminou depois de termos ouvido, aí umas três vezes, o ex-embaixador queixar-se de que o mundo mudou e que por cá ainda há quem teime em chamar as coisas pelos nomes, persistindo no delito de esmiuçar o passado à procura de explicações para o presente, afinal tão bom, tão claro, tão democrático, tão cheio de sucessos.

Manias, terá pensado, se a memória o não atraçou.

Em estúdio, as feridas abertas em 25 de Novembro mostraram não ter cicatrizado. Na conclusão final, a jornalista espanhola chamada a pronunciar-se foi clara: a democracia participada trazida por Abril perdeu-se em Novembro; em seu lugar ficou um défice democrático. Carlucci não ouviu. Poupou assim a Crespo o trabalho de se explicar.

AF

## Regiões da CEE debatem mercado único

A segunda conferência do Parlamento Europeu/Regiões da Comunidade iniciou-se ontem em Estrasburgo sob o signo da coesão económica e social face ao mercado único de 1993.

Na conferência, que tem carácter anual, vão ser debatidas questões respeitantes à coesão económica e social e à União Económica e Monetária, fundos estruturais e concessão de crédito, política comum de ordenamento do território e meio ambiente, representação e participação das regiões na elaboração das políticas da CEE, cooperação

inter-regional e cooperação transfronteiriça.

Portugal encontra-se representado por delegações das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, das Comissões de Coordenação Regional do Continente e dos Conselhos Consultivos Regionais (presidentes de Câmaras), entre outros.

De acordo com informações da Lusa, os Açores vão defender o reforço do papel das regiões na vida interna comunitária, que se poderá traduzir na criação de um novo órgão de consulta na

CEE, integrando representantes de todas as regiões europeias com autonomia política, administrativa e financeira.

Recorda-se que ao abrigo do Programa REGIS - criado em Junho último com o objectivo de atenuar as desvantagens da insularidade de diversas regiões da CEE - Açores e Madeira vão dispor de 11,8 milhões de contos; a principal obra a financiar na Madeira respeita à ampliação da pista do aeroporto de Santa Catarina, de forma a torná-lo acessível a voos intercontinentais. No âmbito do mesmo

programa, os Açores vão modernizar o aeroporto das Flores e diversas infra-estruturas marítimas. As Regiões Autónomas portuguesas contam ainda com um programa comunitário específico - o POSEIMA - destinado a criar condições para que possam enfrentar o embate económico do mercado interno de 1993.

Os trabalhos da conferência a decorrer em Estrasburgo prolongam-se até amanhã, estando o seu encerramento a cargo do presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors.

## Municípios querem 200 milhões em 1992

A Associação Nacional de Municípios Portugueses reclama da administração central uma verba «não inferior» a 200 milhões de contos para as autarquias relativa ao Fundo de Equilíbrio Financeiro de 1992.

No final de uma reunião do Conselho Directivo, realizada terça-feira, na sede da ANMP, em Coimbra, Mário de Almeida, presidente da associação, reafirmou a «necessidade de reverter» os critérios de distribuição das verbas do FEF.

«Reclamamos uma clara alteração à lei das finanças locais», disse, à Lusa, Mário de Almeida, acrescentando que «a revisão deve acentuar o carácter redistributivo do FEF».

O autarca frisou que «a correcção de assimetrias não pode ser feita apenas à custa» dos critérios adoptados na distribuição de verbas pelos municípios, e preconizou uma «política de desenvolvimento regional que evite a desertificação do interior».

O Fundo de Equilíbrio Financeiro é calculado em função do montante do IVA presivelmente cobrado em cada ano, mas, segundo a ANMP, «como a verba arrecadada pelo Estado tem sido superior, os municípios ficam sempre prejudicados».

O presidente da ANMP, que voltou a insistir num «acerto das contas ao fim do ano» a favor dos municípios, disse que o orçamento rectificativo a aprovar em breve pela Assembleia da República «dará razão a estes argumentos». Os municípios beneficiaram, este ano, de um montante global de 157,5 milhões de contos, enquanto a associação reivindicava 180 milhões.

Mário de Almeida considerou, por outro lado, que «a existência de legislação abundante, dispersa e muito contraditória tem levado as autarquias a cometer várias irregularidades», designadamente em matéria de contratação de pessoal, domínio para o qual defendeu maior autonomia.

«As enorme dificuldades de interpretação das leis em vigor contradizem a alegada política de desburocratização e modernização da administração pública», concluiu.

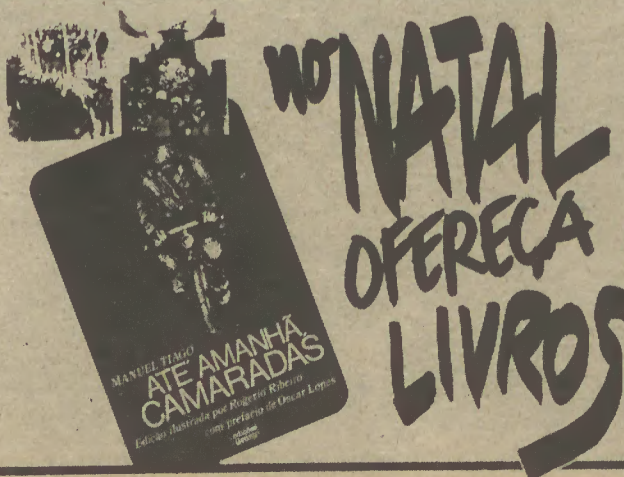


## 50 anos dos «Esteiros»

O 50º aniversário da publicação dos «Esteiros» vai ser assinalado em Alhandra no próximo dia 1 de Dezembro.

O programa tem início às 10 horas, com o descerramento de uma lápide na casa onde Soeiro Pereira Gomes escreveu aquela obra (na Rua Augusto Marcelino Chamusco). Às 15 horas será inaugurada uma exposição biográfica e documental do autor, na Sociedade Euterpe Alhandrense. Nesta colectividade será aberta uma hora depois a Biblioteca Soeiro Pereira Gomes, seguindo-se um colóquio/debate sobre a vida e obra do escritor com intervenções de Gerard Lacase, José Cardoso Pires, Alexandre Cabral e Costa Dias.

Esta é uma iniciativa do Museu do Neo-Realismo e tem o patrocínio da CM de Vila Franca de Xira e da JF de Alhandra.



Edição ilustrada por Rogério Ribeiro  
18 gravuras a cores